

SUPLEMENTO ESPECIAL
DEDICADO AO ESTADO
PORTUGUÊS DA ÍNDIA

O SECULO

O jornal
de maior
circulação
em Portugal

DEZEMBRO
9
SEXTA-FEIRA
1960

Ano 80.º — N.º 28.259

ENDEREÇO TELEGRÁFICO: «SECULO»
TELEF. — P. B. X. 36.27.51 A 36.27.55
Sucursal do Rossio — Telef. 36.27.59

Director — João Pereira da Rosa

REDAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E OFICINAS
RUA DO «SECULO», 41 A 63 — LISBOA. 2

Director Adjunto — Guilherme Pereira da Rosa

EDITOR — ANTÓNIO MARIA LOPES

PROPRIEDADE DA SOCIEDADE NACIONAL DE TIPOGRAFIA



SOB O ARCO DOS VICE-REIS, SÍMBOLO DAS GLÓRIAS DOS PORTUGUESES NA ÍNDIA, TODOS OS GRUPOS ÉTNICOS DO GRANDE CONJUNTO LUSITANO MARCHAM PARA O FUTURO, A VOLTA DA BANDEIRA VERDE-RUBRA, AFIRMANDO A UNIDADE, A GRANDEZA E O PRESTÍGIO DE PORTUGAL

A ÍNDIA PORTUGUESA E A SUA SIGNIFICAÇÃO NO CONJUNTO NACIONAL

A Índia Portuguesa tem, no conjunto nacional, um lugar de privilégio. É a única província ultramarina que a nossa Constituição Política define como Estado; e a classificação legal, documentada em mais de quatro séculos de História, ganha em cada dia mais forte vigor e alta expressão. Embora reduzido aos distritos de Goa, Damão e Diu e suas ilhas e enclaves dispersos, o Estado Português da Índia tem hoje o mesmo significado espiritual, moral, político e económico que exprimi quando todo o Indostão vivia sob o pavilhão lusitano. Continua a ser o mais firme reduto do Cristianismo no Oriente e a prova mais bela do génio universalista português. Nem o tempo nem os homens conseguiram alguma vez apoucar esse nobre significado nacional de um território tão distante da Metrópole.

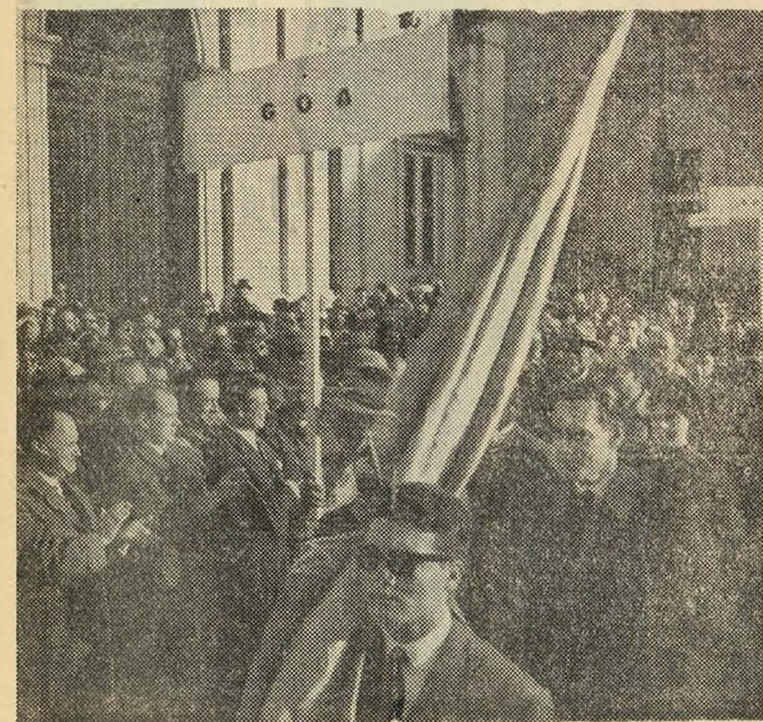
Os portugueses não construíram pela força o Estado da Índia; descobriram-no pelo mar, que era então o único e natural caminho da expansão portuguesa no Mundo; venceram o veneziano, o turco e o mouro, que em dura sujeição tinham os povos nativos, tirando aqueles também a supremacia na navegação e no comércio no Oriente, com isso alterando a estrutura política, administrativa, económica e social do Indostão e até de outras terras próximas ou distantes. Como ainda não há muito tempo recordava o sr. almirante Sarmiento Rodrigues, «não nos levou à Índia a necessidade, que seria razoável, de procurar sustento. Nesse tempo cabíamos, bem à larga, na pequena casa lusitana, acabada de consolidar a golpes contra os mouros. Tínhamos nove décimos de território livre para explorar. Teríamos ido antes à Índia pela sede de glória, de grandeza, de tudo o que distingue os homens dos outros seres. Mas fomos à Índia por mais altos designios ainda, no cumprimento de mais transcendente missão civilizadora que alguma vez coube a uma nação».

Combatemos muito na Índia e com dureza, em lances de heroísmo jamais suplantados? Sem dúvida. Mas foi sempre contra o mouro, que não se resignava à perda do seu domínio naquelas terras, ou contra os pequenos reis aos quais os portugueses tinham mantido as honras e proveitos dos seus reinos e que, não obstante benévolo tratamento e até sincera amizade, se deixavam arrastar para o sonho de uma hegemonia indiana que ainda hoje se reconhece impossível de alcançar. As acções guerreiras de Afonso de Albuquerque e seus pares não foram contra a população nativa, contra o hindu pacífico e acolhedor, que tanto sofria sob o domínio dos reis e grandes senhores cruéis; tiveram em vista somente, como a História bem prova, vencer o Hidalcaço, abater o seu poderio, libertar aqueles de quem a terra era pelo nascimento e pelo trabalho. Senhor do Indostão, em nome do rei D. Manuel, a quem coubera a honra do descobrimento do caminho marítimo para a Índia pela frota de Vasco da Gama, Albuquerque estabeleceu a soberania portuguesa numa base de compreensão, de tolerância, de espírito cristão e humano. De acordo com os princípios legais da metrópole administrou a justiça e regulou a economia. Não impôs, quer aos hindus, quer aos mouros vencidos, as violências que nesse tempo em todo o Mundo praticavam os vencedores; respeitou as crenças, os usos e os costumes da população e apenas mostrou intransigente com o bárbaro sacrifício das viúvas nas piras funerárias dos maridos. Em tudo, respeito absoluto pela dignidade humana, nos domínios espiritual, moral e material e até a iniciativa, surpreendente, reveladora do seu génio político, de provocar com mais rapidez e segurança a integração daquela gente na comunidade portuguesa, por meio de cruzamentos, para o que mandou ir para Goa famílias do Portugal da Europa. Levantou o jugo dos antigos opressores sem estabelecer outro. Assegurou a tranquilidade e a ordem em tão agitados terras. Mesmo vinculado à obrigação de «fazer cristandade», não permitiu que os evangelizadores do Ocidente usassem com violência, impondo o respeito pelas religiões ancestrais e os usos e normas das raças e das castas existentes. Assim, com estes nobres e dignos conceitos da vida e da sua alta missão pôde, como os que depois governaram o Estado Português da Índia, integrar no conjunto nacional novos sangues e caracteres diferentes e criar um espírito de nacionalidade que a todo o momento demonstra a sua força.

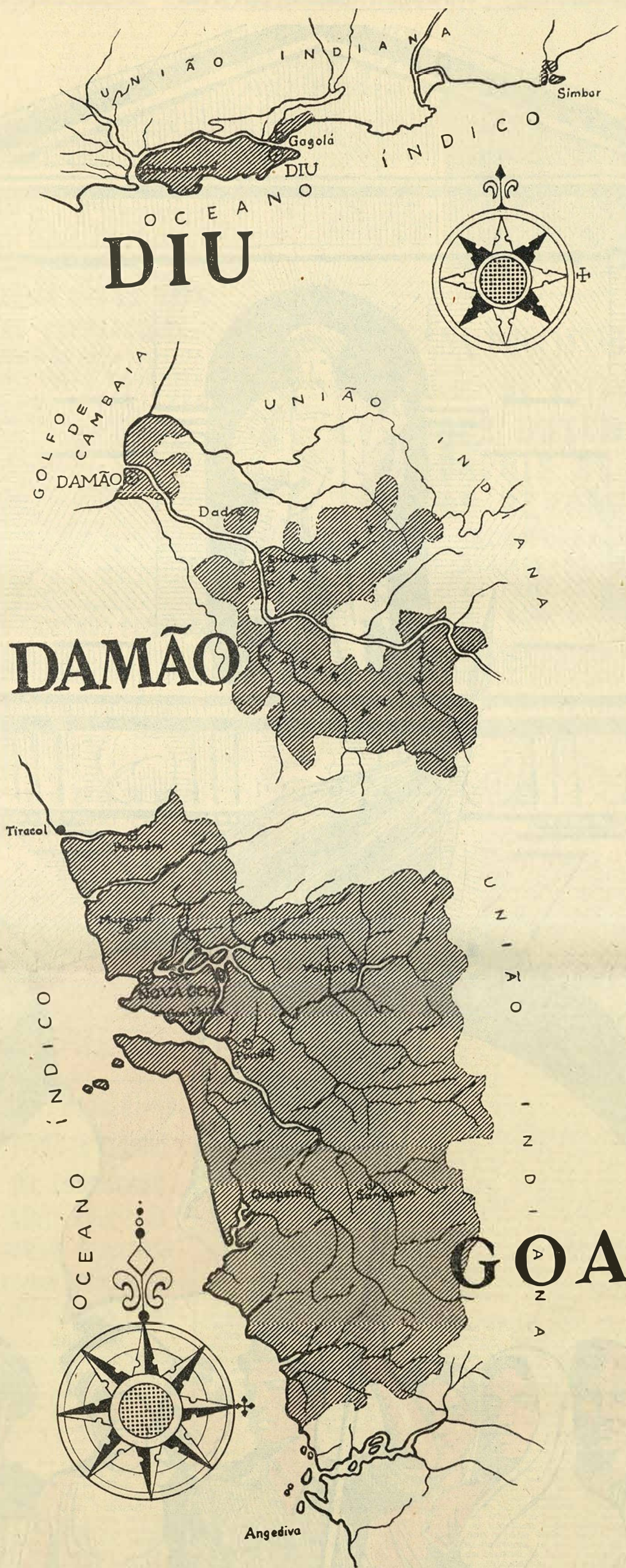
Ao desenvolvimento da expansão portuguesa, não só na Ásia como na África, na América e na Oceânia, faltaram os recursos humanos e financeiros; mas nunca tivemos carência de fé e de espírito de sacrifício. Mesmo no largo período em que Portugal perdeu a sua independência (1580 a 1640) se viu como os alicerces da comunidade nacional eram sólidos. Sempre resistindo aos usurpadores, as nossas províncias ultramarinas, em especial a Índia, se mantiveram fiéis à Pátria comum; e em todo o tempo aqui, no Portugal da Europa, nos preocupámos com a vida e a sorte desses queridos irmãos distantes. Abatram-se muitos impérios e marcos de dominação estrangeira em todos os continentes e só o conjunto nacional português mantém a sua integridade e perfeita unidade. Significa isto que a nossa política em terras ultramarinas foi a mais justa e humana, a mais ousada e feliz pela contribuição bem larga que deu para o progresso da Humanidade.

O Estado Português da Índia tem na comunidade lusitana um lugar de privilégio. Nunca foi colónia ou protectorado. Já possuía uma civilização própria e, por isso, todo o esforço da nossa raça foi simplesmente o da sua integração na civilização ocidental. Basta ver a irradiação e a projecção notável dos goeses no Mundo em todos os ramos da actividade humana para compreender como foi e continua a ser útil a nossa missão em quatro séculos de trabalhos árduos, de sacrifícios, de amor e de compreensão. E ainda não há muitos anos, no momento mais grave, os portugueses da Índia deram demonstração forte e decisiva da sua determinação de continuarem a ser filhos de Portugal. Expressaram bem claramente a perfeita unidade que é a maior força do conjunto nacional português.

Com este suplemento especial, O Sécuro não pretende, por desnecessário, aumentar o amor e a solidariedade absoluta que a Índia Portuguesa deve às nossas populações da Europa, da África ou da Oceânia e os que noutros continentes estrangeiros vivem e trabalham; nem nos propomos examinar os grandes problemas e questões que a ignorância de outras gentes criaram e fomentam com violência ou injustiça para Portugal; nem queremos manter um simples clima sentimental nos povos que falam o nosso idioma, em relação ao Estado da Índia Portuguesa. Desejamos apenas, com elementos de divulgação, recordar o passado e, sobretudo, revelar e examinar, no presente, a acção dos homens que, no Governo Central ou naquela nossa província do Oriente, honram quatro séculos de História e preparam um futuro de prosperidade, de felicidade e de esplendor para tão formosa e gloriosa parcela da Nação Portuguesa.



A delegação de Goa, presidida pelo sr. dr. Caetano Dias, presidente do Primeiro Senado, desfilando em frente da Câmara Municipal de Lisboa, no dia da manifestação dos Municípios Portugueses



«Os portugueses vieram e ficaram, pois a isto vinham. E à sua imagem e semelhança moldaram as gentes, dando-lhes alma, emancipando-as do jugo das trevas e da idolatria, acordando-as para novos destinos. E embora da genial concepção de Albuquerque, criando o primeiro Município de Goa, povoando-a com os seus companheiros de armas, casados com goesas e estabelecidos com as propriedades expropriadas aos mouros, fortificando-a e lançando as bases da futura corte magnífica dos vice-reis e profetizando que ela seria «a mãe de todala Índia por assy estar no meio dela», como escrevia ao rei, pouco ou nada ficasse por culpa dos homens e das forças deletérias da Natureza, no evoluir dos tempos, mercê do trabalho ingente de tantos guerreiros, santos e heróis que inteiramente se deram às gentes de Goa e mais tarde às de Damão e de Diu, criou-se a realidade do Estado da Índia dos nossos dias, constituído por povos de várias raças e credos, mas portugueses de todo o coração e da mesma grande família que geográfica e politicamente tem o nome de Portugal.

«Esta realidade humana, que pouco ou nada deve ao sangue ou à raça, é o melhor título de glória da Nação Portuguesa, pois goeses, damanenses e dioenses, filhos espirituais do generoso Portugal, tão identificados estão com ele que não querem viver e morrer senão portugueses».

DOUTOR JOSÉ ANTÓNIO ISMAEL GRACIAS
(NATURAL DE GOA, PRESIDENTE DO TRIBUNAL DA RELAÇÃO
ESCRITOR E ERUDITO INVESTIGADOR)

A TERRA E AS GENTES DA ÍNDIA PORTUGUESA NA SUA EXPRESSÃO NATURAL

O Estado da Índia Portuguesa, situado a Noroeste da península do Indostão, ocupa uma área total de 4.194,24 quilómetros quadrados — cerca da vigésima parte do continente português — e distribui-se por três distritos: o de Goa, na costa do Malabar; o de Damão, na costa do golfo de Cambala; e o de Diu, na costa de Guzerate.

O maior e o mais importante dos distritos é o de Goa, com a apreciável superfície de 3.611,13 quilómetros quadrados. Na costa do Malabar, o distrito fica situado no extremo Sudoeste da província de Bijapur, no bordo hórstico ocidental do Decão. Além do território da península indostânica, o distrito compreende ainda as ilhas de Anegidiva, S. Jorge e dos Morcegos, espalhadas no Oceano Índico, embora a pequena distância da costa.

Goa prolonga-se por 105 quilómetros de extensão, no sentido Norte-Sul, e tem uma largura máxima de 60 quilómetros, no sentido Este-Oeste, comprimidos entre o estado nativo de Saunto Varrim (ou Savant-vadi), o Canará e os distritos indianos de Belgão, Supém e Canará do Norte, sem falar no Oceano Índico ou mais propriamente o mar Arábico, que banha toda a sua costa ocidental.

Em toda a costa do Indostão poucos portos de abrigo se podem encontrar melhores do que a baía de Goa, com os seus dois ancoradouros, o de Aguada e o de Mormugão, onde navios de grande calado podem acostar nas melhores condições.

O porto de Mormugão, acessível mesmo durante a monção, ao contrário do de Aguada é um dos mais importantes da costa e representa a cabeça da linha férrea que, atravessando o território de Goa, se vai integrar no sistema ferroviário da União Indiana. Frente a Mormugão pode ver-se a baía de D. Paula, muito utilizada pelos passageiros que da cidade de Goa demandam o porto, em especial durante o período em que se encontra fechada a barra de Aguada.

Damão, por seu lado, possui 546,71 quilómetros quadrados, divididos pelos concelhos de Damão, com uma área de 57,13 quilómetros quadrados, e o de Nagar-Aveli, com a superfície de 489,58 quilómetros quadrados.

Por último, Diu fica situado exactamente no ângulo em que o Oceano Índico se bifurca nos golfos de Cambala e no da Pérsia. O pequeno distrito tem uma área de 37,49 quilómetros quadrados e é formado por três distintas partes: a ilha de Diu, sede do distrito, situada na porção meridional da península de Guzerate; Gogolá, frente à cidade de Diu, de que está separada pelo estero ou ilhéu de Chassy, com uma superfície de 2 quilómetros quadrados; e Simbor, pequeno território na enseada do mesmo nome, a 25 quilómetros a Nascente de Diu. Sendo apenas uma ilha onde se ergue o fortim de Panikota, os terrenos arenosos que o circundam, junto do estero denominado Rio Vancoso, são de grande utilidade para os pescadores catiavarenses, os machins, que vão ali secar as suas redes e salgar o peixe. Simbor está enclavado nos territórios do antigo estado de Junagadh e tem apenas a superfície de 0,91 quilómetros quadrados.

A orografia da Índia Portuguesa tem curiosas peculiaridades e é da maior influência na vida da população, com as suas frequentes elevações e depressões. Os relevos de terreno e as altitudes emprestam ao território de Goa uma fisionomia de tipo pouco habitual: a de os mesmos relevos se elevarem frequentemente por forma brusca, originando profundos vales abissais, onde a água está sempre presente.

Esses relevos dividem-se, de uma maneira geral, em três sistemas. O primeiro é o grande maciço ao Sul dos Gates de Chorlém (Gates provém de uma palavra maratá que significa grande elevação escalonada em degraus), que é formado por todos os relevos que vão dos montes de Vagueri a Querim, de Satair, e se ramifica para o Oriente até Surla de Clima, indo morrer no vale em que nasce o rio Nanorém.

O conjunto das montanhas que formam a cordilheira que, partindo dos Gates de Parvor, corre ao Sul até se encontrar com o rio Nadel, constitui o segundo sistema.

O rio é formado pelas cordilheiras que descem dos Gates de

Queilgate e se estende para o Sul, por Embarbacém, acompanhando a linha dos Gates.

Alguns dos principais relevos de Goa atingem altitudes apreciáveis, como o Sonsogod, ou Sonso Durgó, a mais alta montanha da Índia Portuguesa, que se eleva a uma altitude de 1.022,50 metros. Esta montanha faz parte integrante do corpo da cordilheira dos Gates ocidentais e fica situada entre as aldeias portuguesas de Pendral e Codvol e as indianas de Paldem, Mendil e Queli.

São ainda de mencionar as montanhas e montes de Catlanchi Mauli, aproximadamente com 800 metros; Vagueri, Vaguerim ou Zor-mém, com a altitude de 726,08 metros; Morlengod ou Morlemchogod, com 573,75 metros; Morpila ou Morpil, com 480 metros; Sidnath, com 409,65 metros, e Chandernath ou Porvot, com 350 metros, no alto do qual se ergue um templo hindu dedicado a Xri Chandrehwar Bhutnath, que lhe ofereceu o seu nome e de onde se desfruta um panorama avassalador.

Em Damão os relevos orográficos são de reduzida importância, não devendo citar-se mais do que o monte de Guilmargá ou Gambhirgad e a serra da Cruz. Quanto a Diu, os montes são inexistentes.

A hidrografia, intimamente relacionada com a orografia, é da maior importância na vida de Goa. Numerosos rios cortam a sua limitada superfície e é notável a totalidade da extensão navegável desses cursos de água. Embarcações de apreciável tonelagem podem subir ou descer, em cerca de 250 quilómetros, os rios de Goa, particularmente o Mandovi-Madel e o Zuari-Rachol.

Grande parte da circulação de mercadorias no território de Goa, em especial o transporte de ferro e manganês para o porto de Mormugão, é feito pelas vias fluviais.

Os mais longos rios nascem além das fronteiras e descem dos Gates, aproveitando algumas das raras portelas. Os rios que nascem aquém-fronteiras, porém, apresentam a característica curiosa de se orientarem no sentido SE-NN (a excepção do rio do Sal, que segue a linha Norte-Sul). Estas contrárias orientações fazem crer na longínqua ocorrência de um fenómeno tectónico de abatimento na área litoral, obrigando os rios a convergir do Norte e do Sul, para essa zona abatida.

Além desta característica particular os rios de Goa não possuem a secção média. A uma pequena secção inicial, ou erosiva, segue-se imediatamente a secção terminal, ou de depósito. Este quadro deve-se às condições locais, pois atravessada a curta secção que corresponde às vertentes dos Gates, logo se atinge a planície e, depois, a costa.

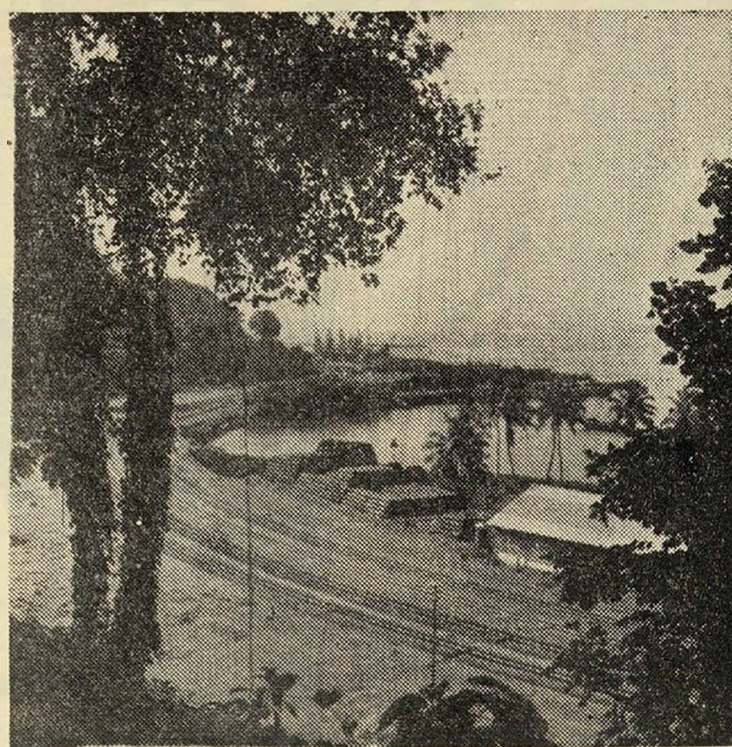
Os rios de Goa avolumam-se de maneira excepcional durante a monção de Sudoeste, de Junho a Setembro, durante a qual as chuvas são persistentes e diluviais. As águas barrentas transportam grandes depósitos aluvionários que, de ano para ano, vão assoreando os canais. A maioria das ilhas de Goa é constituída por estes depósitos de aluvião, ou exclusivamente por eles, como as de Tissuari, Jua, Combarjua, Divar, Capão e outras.

Os contínuos depósitos de aluvião obrigaram ao abandono de portos antigos, como Goa Velha. Em quatrocentos anos na antiga capital da Velha Goa formaram-se depósitos de 1,5 metros, e certos monumentos — exemplo é o Arco dos Vice-Reis — tiveram de sofrer desastros de 1 a 2 metros, quando das obras de restauro de 1952.

A mais importante via fluvial de Goa é o rio Tiracol, também designado por Araundém. Tem uma extensão aproximada de 25 quilómetros, nascendo nos Gates de Ussapá, em território da União Indiana. Embarcações carregadas, até com 20 toneladas de arroueação, podem subir o Tiracol até Touxem, com as prelas-mares, ou até Sanvorzuna, em qualquer período da maré; até 5 toneladas, as embarcações sobem, nas prelas-mares até Baudém, já fora do território português.

Com idênticas condições de navegabilidade, o rio de Chaporá ou Colvale, com os seus nove afluentes, é outra excelente estrada fluvial de 25 quilómetros, podendo subir-se o seu curso até Sirgallim e Salém.

(Continuação na 4.ª pag. 1.ª col.)



O porto de Mormugão, visto da estrada nacional

O GOVERNADOR-GERAL DA ÍNDIA PORTUGUESA,

SR. GENERAL MANUEL ANTÓNIO VASSALO E SILVA,

NUMA ENTREVISTA QUE CONCEDEU AO «SÉCULO»

DEFINIU COM NOTÁVEL CLAREZA AS SUAS IDEIAS

DE GOVERNO, OS MEIOS COM QUE CONTA PARA A REALI-

ZAÇÃO DO PLANO QUADRIENAL E OS TRABALHOS JÁ REA-

LIZADOS OU EM CURSO PARA O DESENVOLVIMENTO

E PROGRESSO DA GRANDE E QUERIDA PARCELA DO TERRITÓRIO NACIONAL

A arte de governar é cada vez mais difícil. Há, por um lado, exigências prementes, inadiáveis, que forçam as soluções rápidas; e, por outro lado, existem as dificuldades naturais no desenvolvimento de grandes planos de acção — dificuldades que tantas vezes os povos ignoram e a custo suportam, pois, se os recursos financeiros, as dotações legais, são indispensáveis para a viabilidade de um empreendimento, igualmente são precisos os estudos, os projectos e, por fim, os movimentos regulares de execução.

A vida moderna atingiu uma intensidade alarmante. Ninguém aceita a mais ligeira demora, nem sequer pode apelar-se para o raciocínio, visto que os povos vivem principalmente de emoções e estas negam as possibilidades de consideração e exame de um problema, questão, empreendimento, ou outros. Assim, a acção governativa, que em recuados tempos era exercida sem admitir objecções, protestos, recursos ou revoltas, decorreu no século passado e princípio do actual, embora limitada pelos órgãos de representação popular, em condições de tranquilidade e só foi dificultada e reduzida pela carência de meios financeiros e técnicos, porque iniciativas mais ou menos ousadas houve sempre.

Na nossa época só raros compreendem as dificuldades, as razões das demoras, a hierarquia e a prioridade de uns problemas em relação a outros. Só por um esforço extraordinário se conseguem os grandes planeamentos, seja em obras materiais ou espirituais e morais. Mas, como falta a paciência, e a injusta apreciação é mais fácil do que o louvor merecido, a atenção do governante não pode concentrar-se apenas nos empreendimentos de maior volume e tem de seguir, paralelamente, com largo desgasto mental e físico, um programa constantemente ampliado de pequenas acções e obras. Por isso, ao mesmo tempo que toma iniciativas, estuda, planeia e executa, o governante tem de obedecer a imperativos sérios: conhecimento cada vez maior da psicologia das populações; compreensão perfeita dos anseios populares, para que as decisões sejam oportunas e justas; sensibilidade, que não dispensa o calor humano nas relações sociais; necessidade de encontrar o equilíbrio entre os interesses mais divergentes, para que o interesse geral não sofra dano, antes seja sempre o primeiro a considerar e a defender; firmeza nas resoluções, sem quebra de alguma maleabilidade que em certos momentos as circunstâncias impõem; respeito absoluto pela lei e pelos direitos das pessoas; e ainda uma atenção sempre voltada para os acontecimentos de ordem internacional que podem ter graves repercussões no país que se administra.

É breve o enunciado, mas permite avaliar como é melindroso,

o modo dos territórios que o compõem; afectuoso e paternal para com os humildes e firme, embora delicado sempre, para com as classes possedentes; árbitro supremo em todas as questões que possam dividir ou perturbar as populações; e executor fiel dos princípios constitucionais e dos seus próprios — nobreza, austeridade, devoção total à Pátria.

Em tudo o que dito fica se pode fundamentar o perfil do sr. general Vassalo e Silva, governador-geral do Estado Português da Índia. No local próprio facilmente se encontram os elementos necessários para avaliar os seus altos méritos de português, de militar e de governante. Dois anos de governo apenas, chegaram para lhe dar posição de relevo entre os maiores administradores ultramarinos de qualquer época da história nacional. Nas suas relações com os vários grupos étnicos que povoam o Estado Português da Índia, procedendo como Afonso de Albuquerque — respeitando e protegendo as populações e ao mesmo tempo promovendo a progressiva integração de tipos tão diferenciados no conjunto português e a sua participação na vida do Estado. É um homem de fina sensibilidade estética — como o demonstra, acima de tudo, a sua iniciativa, em ritmo admirável, da reintegração da Velha Goa no seu passado histórico, religioso, arquitectónico e monástico. Engenheiro ilustre, observa e estuda nos lugares próprios as maiores necessidades dos povos, planeia com segurança e dirige as realizações. É perfeitamente visível, nas suas palavras como nos seus actos, em constantes visitas a todos os pontos dos três distritos do Estado e por meio de providências legislativas, o seu ardente desejo de se informar directamente, de impulsionar os outros, de conhecer as aspirações populares e de, com a sua excepcional afectuosidade e distinção, tornar cada vez mais prestigiado e querido o nome de Portugal. Tem uma fé absoluta nos destinos da Nação e inteira confiança nas gerações novas, dando-lhes tudo o que é possível em instrução, em educação, em assistência social. Em suma: não é um governador de província, mas sim o governador de um Estado — de um Estado que tem no conjunto lusitano um lugar de especial importância e relevo.

A vida do sr. general Manuel António Vassalo e Silva seguiu sempre a linha recta, em acção normal, de acordo com as suas invulgar qualidades e virtudes. Em Torres Novas nasceu em 8 de Janeiro de 1899 e, quando em 1922 entrou para a Escola do Exército, já era um homem consciente das responsabilidades da carreira escolhida. Já tinha feito na Faculdade de Ciências da Universidade



GENERAL MANUEL ANTÓNIO VASSALO E SILVA
GOVERNADOR-GERAL DO ESTADO PORTUGUÊS DA ÍNDIA

reção e fim tratos, juntaram-se outros, como Director do Curso de Engenharia, porque stem procurado sempre, por forma virtuosa e sensata eliminar todas as dificuldades inerentes, em especial, nos anos em que os respectivos alunos cursam nas Faculdades Técnicas, demonstrando assim mais uma faceta das suas elevadas e apreciáveis qualidades de oficial, muito distinto, entre as quais salientamos com toda a justiça a sua inextinguível lealdade, sólida amizade e excelente companheirismo com que se pode contar; e o do ministro da Guerra como professor da 24.ª e da 28.ª cadeiras da Escola do Exército em 1943; e, por fim, comandante chefe das Forças Expedicionárias ao Extremo Oriente.

Engenheiro notável, desenvolveu grande actividade tanto em Lisboa como nas províncias metropolitanas, na elaboração de estudos e na execução de diferentes obras de várias especialidades de Engenharia, pois era esta a Arma da sua predilecção. Alferes em Novembro de 1926, atingiu o posto de brigadeiro em 4 de Novembro de 1938 e em 14 de Junho de 1960 foi promovido a general, por justaíma deliberação do Conselho de Ministros.

Sempre evidenciando uma inteligência viva e penetrante, uma clarividência excepcional, uma forte e saudável disciplina de ideias e de acções, um permanente desejo de ir sempre mais longe, pelo estudo e pelo trabalho, prestou serviço na Escola Prática de Engenharia, no Regimento de Sapadores Mineiros, no Batalhão de Telegrafistas e na Escola de Transmissões. A sua actividade incluiu especialmente nos serviços de sapadores, gases, fumos e transmissões que poucos conheciam com tanta profundidade. Em 1945 foi nomeado comandante da Engenharia e chefe do Serviço de Transmissões das Forças Expedicionárias ao Extremo Oriente, tendo desembarcado em Timor logo após a rendição das tropas japonesas e o restabelecimento da soberania de Portugal. Nos trabalhos preparatórios de instalação das nossas forças militares e da população daquela ilha desenvolveu uma intensa e meritória actividade, pois acumulava, com aquele cargo, os de director das Obras Públicas de Timor e chefe da Reparação Militar. Desempenhou igualmente as funções de Encarregado do Governo daquela província portuguesa; e, pouco depois, os de comandante do Destacamento Expedicionário, logo que o comandante-chefe regressou a Metrópole com uma parte das tropas. Deixara em Timor já bem evidenciada a sua sólida formação militar e uma competência técnica superior nos domínios da engenharia e da acção pronta e eficaz.

À regressar a Lisboa, em 1947, a sua actividade foi chamada novamente ao professorado, na Escola do Exército; novamente, porque muitos anos antes leccionara no Instituto dos Pupilos do Exército.

Às vezes, como merecera ao terminar a sua acção de professor na Escola do Exército, pela alta competência técnica, proibida a sua actividade de ensino, aliando aos seus reconhecidos dotes de professor muito inteligente e sabedor, elevados predicados de disciplina, cor-

damente no nosso carácter, na nossa forma de sentir e de proceder.

«Julgo também que grande parte da nossa felicidade reside em nós próprios como consequência do equilíbrio entre as nossas aspirações e as nossas possibilidades. Procurar aumentar estas e criar um ambiente propício a uma felicidade crescente. Aplicando estes parâmetros na equação resolvente dos problemas do Estado da Índia, tendo sempre bem presente os factores humano, geográfico e económico, será possível, assim o espero, encontrar solução para esses problemas. O factor humano é o melhor qualite. Conto com a sua lealdade e o seu patriotismo. Procurarei melhorar as suas condições de vida, distanciando-as cada vez mais do que é deficiente e condenável.

«O factor geográfico é bem conhecido. Como suporte do factor humano, há que procurar tirar de todo o partido que as condições naturais nos permitirem, com a indispensável ajuda de uma técnica e equilibrada tendente a melhorar fomentando todos os recursos do Estado da Índia. Tal acção exige tempo e perseverança. Não nos falta o ânimo e o espírito. Os portugueses da Índia, compreendendo o espírito de sacrifício na colaboração que lhe venho pedir».

Agora, no Palácio do Hídalcão enquanto esperamos que acabe uma reunião do Conselho Legislativo a que o sr. general Vassalo e Silva preside, na Sala dos Vice-Reis, recordamos aquelas palavras de tanta significação. Da vanguarda do palácio, com que aspecto de fortaleza primeiro foi residência do poderoso mouro Hídalcão que os portugueses venceram e expulsaram da Índia, fica logo adiante, atravessando a antiga avenida asfaltada, o majestoso Rio Mandovi, cujas águas são constantemente agitadas pelas centenas de barcos de todos os tamanhos que andam, do nascer ao pôr-do-sol, num corropio, nos dois sentidos. Do outro lado, em montes pequenos mas encantadores, na orla ribeirinha, oferecendo recortes de bela expressão, arbustos e árvores de certo porte não deixam ver um palmo de terra; a vegetação é cerrada com todos os tons de verde, e tão luxuriante que entra pelas águas do rio. E consideramos que, mesmo agora, quando a natureza nos oferece estas maravilhas, não há nela sinal de cansaço. Exprime uma surpreendente vitalidade espiritual e física e a atenção que dispensa é sempre interessada e firme. Mas o tempo passa depressa e, depois de nós, outras pessoas ainda serão recebidas. Perguntamos então: «Como é a sua vida, sr. general?»

«Sou dos que confiam inteiramente na actual geração dos portugueses como herdeiros de virtudes atávicas que oito séculos de história enraizaram profun-

damente no nosso carácter, na nossa forma de sentir e de proceder.

«Sou dos que confiam inteiramente na actual geração dos portugueses como herdeiros de virtudes atávicas que oito séculos de história enraizaram profun-

damente no nosso carácter, na nossa forma de sentir e de proceder.

«Sou dos que confiam inteiramente na actual geração dos portugueses como herdeiros de virtudes atávicas que oito séculos de história enraizaram profun-

damente no nosso carácter, na nossa forma de sentir e de proceder.

«Sou dos que confiam inteiramente na actual geração dos portugueses como herdeiros de virtudes atávicas que oito séculos de história enraizaram profun-

damente no nosso carácter, na nossa forma de sentir e de proceder.

xidade ou, melhor, a especialização de alguns deles, que exigem técnicos com a prática de serviços ou trabalhos que até hoje não tem sido possível aqui executar. Mas, tenho acentuado todas as vezes que as circunstâncias me obrigam a declarações públicas, entendo que uma das virtudes que se impõem a uma governação equilibrada, será conduzi-la com os elementos de que disponho; e tenho o prazer de verificar que bem valiosos são os elementos técnicos de que disponho, a maioria dos quais são filhos da Índia Portuguesa. Depois de ter feito o meu inquérito directo e quase pessoal, para computo das necessidades mais imperiosas — trabalho a que dediquei uma grande parte dos dias dos três primeiros meses da minha presença aqui —, propus ao Ministério do Ultramar a criação de uma brigada de técnicos relativamente numerosos, da qual já vão chegando os primeiros elementos. E, como eu não podia perder um momento sequer, lancei mão dos elementos que existiam, incluindo os dos serviços militares, que prestaram relevante colaboração. Todavia, esta acumulação de funções não permitiu tirar todo o rendimento desejado, o que veio reflectir-se no ritmo dos resultados, que só agora começo a ver aflorar em risonha esperança. No entanto, não me dispense a permanente esforço que tem exigido o arranque desta máquina, de certo modo volumosa mas perfeitamente dentro das possibilidades seguras, verdadeiras realidades indiscutíveis. Logo que a referida brigada esteja completa, ficarei seguro da execução no ritmo previsto.

«Entretanto, todo este tempo tem sido dedicado a desbravar terreno para uma acção mais rápida dessa brigada e, simultaneamente, para se avançar com os empreendimentos tornados possíveis com a mobilização de todos os meios que se me foram deparando. Isto, quanto a meios de estudo e, até certo ponto, embora restrito, no que diz respeito à execução propriamente dita. Para esta conta, além da acção própria da brigada, com o concurso de firmas empreiteiras idóneas, às quais certamente interessará a instalação das suas delegações nesta província, uma vez anunciados os projectos relativos a certas obras já de vilto, como serão, em Damão, o Hospital de C. T. T., do hospital-escolar, da Junta do Comércio Externo e dos Paços do Concelho, isto para mencionar aqueles cujos estudos entraram em fase de conclusão. Importante tem sido, nesse sector, a contribuição do Ministério do Ultramar, através da sua Direcção-Geral de Obras Públicas. E cumpre-me ainda acentuar que têm sido suficientes os meios financeiros de que disponho. E-me grato manifestar o meu reconhecimento profundo ao Governo Central pelo valioso auxílio concedido a esta província, através do Ministério do Ultramar.

«Embora outros sectores da minha governação se revistam de grande importância, estes das grandes obras públicas muito contribuirão para aumentar uma diferenciação que, mesmo no campo material se impõe, entre o que fica dentro das nossas fronteiras e o que se passa fora delas neste continente em que nos encontramos localizados. O nosso esforço tem de ir-se ampliando progressivamente, constantemente, para termos também presente o desenvolvimento de planos quinquenais em curso nas regiões vizinhas; planos esses que o Portugal do Oriente deve superar, vincando bem a capacidade de realização e a sua permanente preocupação quanto ao bem-estar e prosperidade dos povos que aqui vivem sob a bandeira portuguesa.

«Nota-se, mesmo por uma análise ligeira dos esforços até agora despendidos por V. Ex.ª, que o seu principal objectivo é o constante reforço da unidade nacional nestes territórios, através de uma política de integração cada vez mais ampla das populações nativas na vida deste Estado. E assim?

«É indiscutível que, daquela diferenciação no campo material, há de resultar, com mais evidência, a exteriorização da profunda integração espiritual que vem de uma vida em comum ao longo de mais de quatro séculos e bem atestada é por tudo o que os portugueses do Oriente têm realizado, no sentido de proporcionarem aos seus irmãos do Oriente uma vida mais elevada e feliz.

«Todavia, pelo empenho e tenacidade com que V. Ex.ª promove a preparação das novas gerações, pelo desenvolvimento constante da instrução e da assistência social, verifica-se que V. Ex.ª não perde de vista esses meios consideráveis e indispensáveis de reforçar aquela unidade, sem qualquer ofensa ou limitação para a vida dos nativos, tanto nas relações entre si como nos deveres para com o Estado e a Nação... Julia V. Ex.ª que, por esse motivo, futuro ainda aumentará o valor e o prestígio da Índia Portuguesa no conjunto nacional?

«As novas gerações, além de ocuparem no meu coração um lugar especial, onde permanentemente afloram a ternura e o carinho, têm igualmente nas minhas preocupações governativas um lugar de excepcional importância e responsabilidade, não só para que o seu desenvolvimento, até atingirem a maturidade, se faça em condições saudáveis, no espírito e no físico, mas para a certeza de uma vida apoiada nas suas próprias qualidades, desenvolvidas através de instrução e educação projectos, obras e outros empreendimentos, temos de considerar a comple-

ta juventude para a vida; mas aqui, o problema surge com uma acuidade forte e complexa quando se consideram os factores locais, bem delicados. Sinto, porém, uma confiança ilimitada nos sentimentos espontâneos da gente jovem desta terra, que será facilmente mantida mesmo contra influências inevitáveis de elementos perniciosos.

«Faco também justiça à atitude digna dos pais e das famílias desta numerosa juventude, pois dão permanentemente toda a liberdade de expansão de sentimentos dos seus menores, sem nunca deixarem de lhes dispensar cuidados e a vigilância dos seus passos de adolescentes. Não exagero afirmando que um dos importantes pontos de apoio da unidade nacional nestas terras é a natural e espontânea simpatia da gente nova pelo velho Portugal do Oriente. As qualidades da inteligência e do carácter desta camada nova dão-nos a garantia de dispor-mos amanhã de homens dignos úteis à sociedade.

«Há quaisquer problemas melindrosos nas relações do Estado da Índia Portuguesa com as populações nativas?

«Ao contrário; abundam os sinais e as provas da mais natural, espontânea e perfeita harmonia e mútua simpatia entre governantes e governados, bem demonstrada, aliás bem demonstrada através das manifestações durante as minhas visitas a cidades, vilas e recônditas aldeias dos três distritos do Estado da Índia Portuguesa.

«Como têm correspondido os portugueses da Europa, que aqui vivem e trabalham, aos deveres e obrigações que assumiram, para o progresso deste Estado?

«O português da Europa ou os seus descendentes são aqueles cidadãos que a História aponta, em todos os tempos e em todos os lugares, como fraternais e abertos com os seus concidadãos e outras terras portuguesas, e compreensivos, ardentes, trabalhadores. Assim o tenho verificado em todos os pontos deste nosso Estado da Índia, pois vejo-os sempre irmanados no ideal comum da Nação Portuguesa e no respeito mútuo de crendices e costumes.

«Há necessidade de reformar alguns serviços ou de criar outros?

«Embora pertença ao número daqueles que creem dependentemente, muito especialmente dos homens, o rendimento dos serviços, desde que a execução destes seja seriamente e adequadamente aliçada, verifico que se impõem reformas em alguns sectores da administração, sobretudo nos sectores de economia e de fomento, e ainda nos de carácter acentuadamente social por forma a dar-lhes uma feição mais actualizada e a assegurar a sua evolução com a evolução rápida que actualmente se regista nos aspectos económicos e sociais da vida dos povos.

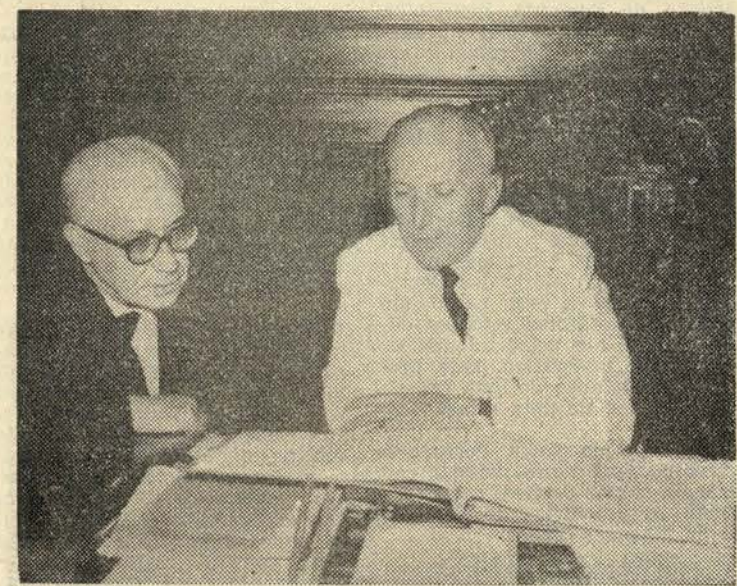
«Já trazia de Lisboa a ideia e a decisão de promover a reintegração da Velha Goa no seu passado histórico, arquitectónico e religioso monástico?

«Desconhecia o panorama que vim encontrar, embora toda a tradição histórica da Velha Goa fosse para mim uma lição aprendida nos tempos da escola. O espectáculo que se me deparou impôs-me, desde o primeiro momento a forte decisão de salvar o que ainda fosse possível, consolidando e conservando em primeira prioridade, para completar ou ampliar, o que pudesse e permitisse dar vida ao que parecia irremediavelmente perdido. Essa vida será garantida mais segura da manutenção de toda a força espiritual que dinamiza daquela venerável lugar. Trata-se de uma empresa de vilto, tanto na delicadeza da execução, como no volume de trabalho. Não podendo actuar em toda a frente, concebi, diferentemente de acordo com a urgência que se impõe com os meios materiais de que disponho, procurando que, progressivamente, se atinja o ponto em que já aquela vida que previmos para a Velha cidade, constitua uma garantia da continuidade da obra que condensa a Velha Goa à expressão por nós idealizada.

«Foi de V. Ex.ª a iniciativa da criação daquele lugar de tão alto significado espiritual do Instituto Pio XV? «Essa ideia nasceu da frequente troca de impressões com espíritos esclarecidos e, neste caso particular, da meditação do brilhante orador sagrado rev. Joaquim dos Santos, cuja visão me empolgou, não só por muito contribuir para dar ao lugar aquela expressão de vida que tão profundamente considero no meu despacho de 29 de Maio de 1959 para estudo da reintegração de Velha Goa, mas ainda porque podemos estar no prenúncio de um futuro ainda esplendoroso, de certo modo amparado, da fase decorrente em que cada conjunto tão glorioso de históricas ruínas, aquele ilustre sacerdote, coadjuvado, com todo o entusiasmo, pelo distinto engenheiro militar capitão Boleto Tomé, com o apoio incondicional e permanente, ou melhor, o mais vibrante aplauso do Governador-Geral, conseguiu dar à obra um grande desenvolvimento que é hoje bem patente e muito promotor de modernas instalações que construirão, neste Oriente português, o ressuscitar e recender de uma chama brilhante, que certamente há-de iluminar esta parte do Mundo de tão ricas tradições.

«O que pensa V. Ex.ª acerca da reforma e ampliação de meios da Escola Médica de Goa? Será possível, em breves anos, construir o Hospital Escolar de Goa, que é uma das maiores aspirações deste Estado? Há qualquer pensamento em estudo já feito para que alguns professores catedráticos das Faculdades de Medicina de Lisboa, de Coimbra e do Porto venham fazer cursos na Escola Médica de Goa para o ensino técnico e revelação de progressos modernos de investigação, de experimentação e da prática que o corpo docente, embora constituído por mestres distintos, não pode levar tão longe quanto desejava?

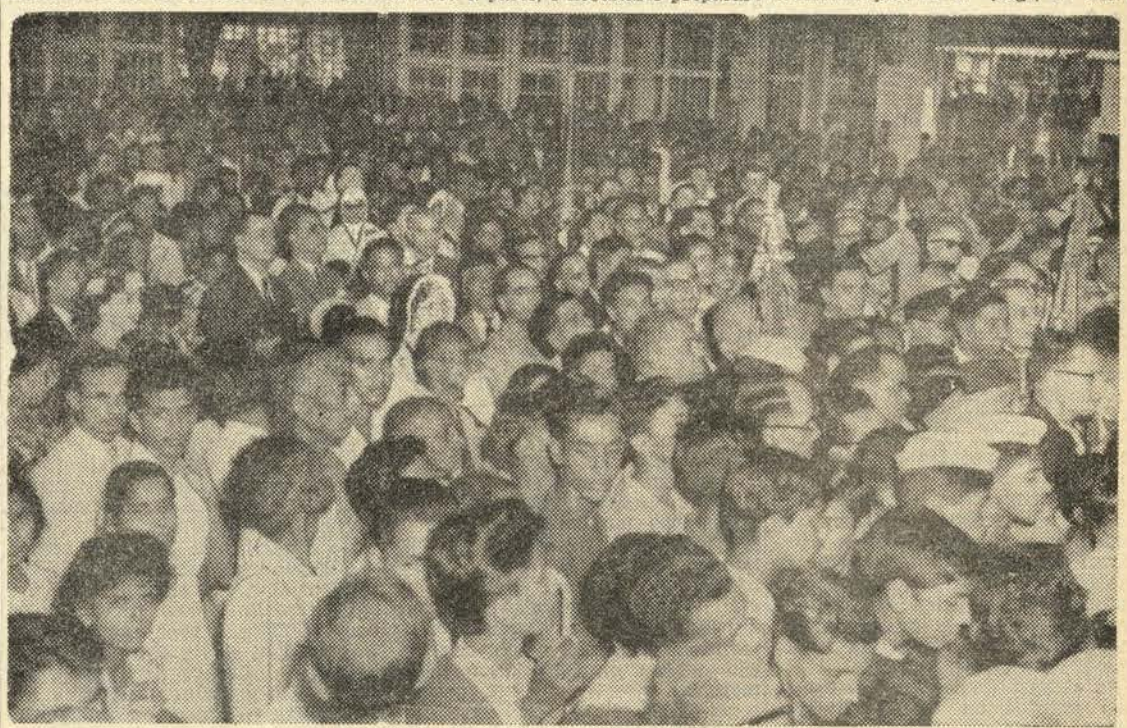
(Continuação na 5.ª pag., 4.ª col.)



O sr. general Vassalo e Silva, explicando ao nosso colega Leopoldo Nunes, os seus planos de governo

preocupante, cada vez mais difícil o governo dos povos. E se isto é assim no governo central, não é o menos nos governos provinciais em territórios distantes do centro nacional; e, nos provinciais, quando se trata de um território com a classificação constitucional de Estado, ainda maiores são as responsabilidades e os encargos e dificuldades que dela derivam.

Estas breves considerações visam ao reconhecimento da árdua e pesada tarefa que tem de realizar o governador-geral do Estado Português da Índia. Longe da Metrópole, onde a burocracia às vezes contraria até as acções e apelos dos homens do Governo central que à Índia vêm, com frequência, para tornar mais fácil a acção do governador-geral, este é obrigado a decisões importantes que o conhecimento do meio lhe proporciona, tanto no campo político, como no social ou económico. É principalmente pelo modo de agir que assegura o prestígio da Administração e o progresso dos povos. Tem de ser político, diplomata, economista, sociólogo, orientador e realizador. Não decidido e firme no respeito pelo passado, que é razão fundamental da nossa permanência no continente indiano, como perante as realidades actuais, que tantas implicações, dúvidas e até angústias oferecem. Tem de ser inteligente e compreensivo; ousado nas iniciativas e prudente na sua concretização; hábil e seguro na organização dos quadros dos colaboradores; inflexível, mas humano, na aplicação da justiça; realizador das suas próprias ideias e impulsor das das alheias que o mereçam; intrínseco no reforço constante da unidade nacional; respeitador de religiões e costumes nativos desde que não perturbem a harmonia do conjunto português; vigilante e pronto na defesa da ordem e da paz na vida interna do seu Estado e da integri-



Uma das grandes manifestações populares feitas em Goa ao sr. governador-geral

A TERRA E AS GENTES DA ÍNDIA PORTUGUESA

(Continuado da 2.ª página)

Para pequena navegação o rio de Baga, que é mais propriamente uma ria, é muito útil, enquanto o de Singuerim, aproveitando as marés, se torna navegável em 4 quilômetros para embarcações até 5 toneladas.

Por sua vez, o Mandóvi, que nasce nos confins dos Gates de Bhimgod, em território da União Indiana e tem uma extensão provável de 64 quilômetros, representa uma extensão navegável de mais de 100 quilômetros o que lhe empresta suprema importância na economia goesa. A sua navegação faz-se não só no Mandóvi, propriamente dito, como nos seus numerosos braços (Madel, Candepar, Volvo, etc.). Seguindo o Mandóvi, seus braços, canais e canaletas, pode viajar-se um pouco por toda a parte do centro do distrito de Goa, com profundidades que chegam a atingir os cinco braços.

Importante é, igualmente, o rio Zuari que é navegável, para embarcações de 16 toneladas, até cerca de 60 quilômetros, situando, depois, os rios do Sal, ou de Betul, de Talpona, de Galgibaga e outros de mais reduzido valor.

No aspecto hidrográfico não se pode deixar de ser citada a cascata de Oudh-Sagor, a maior e, porventura, a única existente em território da Índia Portuguesa, digna desse nome. A cascata, situada em Embarcacem, na aldeia de Sonaulim cai de alta montanha para o nosso território, partindo de um curso de água que irá formar o rio Candepar. O seu nome significa «mar de leite» e despenha-se de 165 metros.

A cascata de Arvalém, em Sanquelim, no concelho de Bicholim, tem apenas a altura aproximada de 18 metros e precipita-se numa bacia pouco larga, mas com a profundidade de 14 metros.

Numerosos portos e estâncias aduaneiras terrestres e marítimas servem os três distritos do Estado da Índia Portuguesa. Citamos já o mais importante, o de Mormugão, cujo movimento tem aumentado progressivamente e que é sede da Alfândega de Mormugão. Mas em Goa há, ainda, a considerar outros vinte e cinco portos e estâncias aduaneiras, como os marítimos de Goa, Chapora, Tiracol, Talpona e Betul, e os fluviais e estâncias aduaneiras terrestres de Cinquim, Nerul, Morgim, Doramogor, Salém, Anconém, Sanquelim, Chandel, Quelandém, Quelgate, Maulingim, Quirranpim, Sanvorzuna, Nibbaga, Torxém, Colém, Zuna e Nalquinim, Molém, Polém e Supangudi.

No distrito de Damão existem um porto e sete locais de carga e descarga interiores. O porto de Damão, na foz do rio do mesmo nome, é normalmente, demandado por embarcações à vela, mas desde 1951 que tem sido frequentado por vapores de longo curso. Os locais de carga e descarga são Dabil, Bensor, Bamanpuja, Calém-A e Calém-B, Varacunda e Colleque.

Em Dio o porto é demandado por embarcações veleiras e por vapores de grande cabotagem. Locais de carga e descarga são Gogolá, Brancavara, Passo-Seco e Passo-Covo. Simbol, como se referiu é procurado pelos pescadores machins para seca do peixe. É sede de um posto de despacho subordinado à alfândega de Dio.

Para servir a intensa navegação a Índia Portuguesa está dotada de 21 faróis e farolins, alguns de apreciável potência. Estes interauxiliares da navegação são: Farol de Aguada, na fortaleza do mesmo nome; farolim de Aguada, no morro de Aguada; campal (farolim luarca), na avenida marginal de Goa; Malim (farolim luarca), no outeiro de Malim; Marca-Tejo, na margem esquerda do rio Mandóvi; Reis-Magos (farolim), na margem direita do mesmo rio; Mormugão, no extremo do molhe-quebra-mar; Mormugão, no Recife de Mormugão; Chicalim, na ponta de Chicalim; S. Jacinto, na ilha do Secretário; Mormugão, no extremo Leste do molhe daquele porto; Damão, na foz do rio Sandalco; da ponte General Craveiro Lopes, também na foz do mesmo rio; e de Cavaleiro, no castelo de Dio; de Couraça, igualmente no castelo de Dio; do forte do mar, entre a Praça de Dio e a península de Gogolá; de Brancavara (anterior e posterior), na barra de Brancavara; do forte da barra de Brancavara, no extremo Poente da ilha de Dio; do forte da barra de Simbol, no forte de Simbol.

Não se chegou ainda a um acordo definitivo entre os cientistas para determinar as características geológicas do território goês. A sua idade geológica supõe-se pertencer à era terciária, com ligação para o cretáceo superior. Quanto à base do seu solo, ela é para uns de granito puro e, para outros, composta principalmente de gnaisse ou das rochas metamórficas primitivas.

A maior parte do território de Goa é ocupado por formações de soco fundamental. Grandes áreas deste soco, porém, foram laterizadas, formando poderosas camadas de laterites primárias, que ocultam as rochas subjacentes. Xistos laterizados, novos, argilosos, hornblendíticos, cristalinos e outros podem ser encontrados com um pouco por toda a parte.

A maior parte deste soco fundamental encontra-se recoberto por camadas de laterite primária, de idade pleistocénica e das rochas do soco derivado. Tais camadas atingem, por vezes, espessuras de dezenas de metros, mas uma vez removida a laterite, sempre aparecem os xistos hematíticos ou os gnaises. No distrito de Goa uma grande mancha granítica ocupa a área de Quepém e outras podem encontrar-se em Canacona e outros pontos do território.

As «traps» do Decão, extensíssimos mantos da União Indiana, apenas bordejam certas secções da fronteira goesa.

Três quartos da superfície total do território de Goa são cobertos

por laterite, conhecida também como pedra de sabão, mas desde o planalto de Mormugão, até à foz do Sal ou Betul, alonga-se uma planície arenosa costeira que terá aparecido mercê de uma regressão marítima pelo levantamento do soco continental. Outras pequenas planícies arenosas aparecem junto à costa.

Damão, por seu lado, assenta, pelo menos na parte Oeste em terrenos de aluvião, com areias assentes numa camada de argila plástica pertencente à época terciária miocena. Em Nagar-Aveli o território é essencialmente aluvionário, enquanto que em Dio a constituição geológica é de natureza vulcânica.

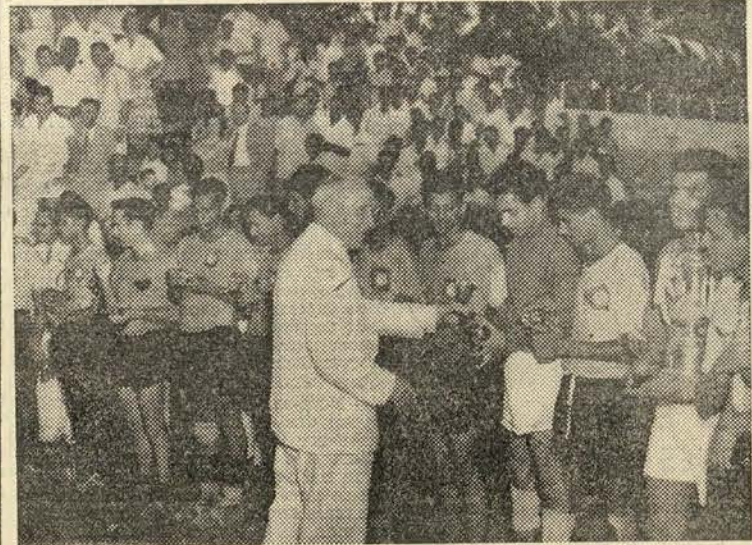
A natureza do solo originou numerosas fontes de águas minerais, como as águas fêreas de Caranzol, em Satari; Candolim, em Bander; Cabo, junto do palácio do mesmo nome; Ambora, em Salsete; Quegdevilim, em Bander; Malina, em Malina de Pilerne; e Aguada. Águas boratadas encontram-se no rio Par, em Ambexi, Querim e Ollizor. As águas boratadas podem ser procuradas em Fondvém, no povo de Mandrém, na fonte do Conção e na fonte de S. Pedro, em Pondá. Carbonatadas fracas Jorram nas fontes de Ralidor, Fatorpá, Bimbal, Betul e Dobaco. Também águas magnéticas fracas se podem beber nas fontes de Cundaim e de Querim. Por último, as águas sulfurosas fracas, vêm-se nas fontes de Camilo Pinto, Torvalém, Caral e Góngó.

Além destas, são frequentes as fontes de águas potáveis e outras de águas minerais fracas.

A economia de Goa recebe excelentes benefícios dos minérios que se encontram no seu solo e em que é tão fértil que os produtos aparecem à flor da terra, não tendo, ainda, sido necessário proceder a escavações para os extrair.

O ferro pode ser encontrado em diversos pontos de Goa, sobretudo na região Leste, em contacto com a laterite e o manganês. Os principais jazigos e os mais regularmente pesados são os dos concelhos de Bicholim e Sangüem. O manganês aparece sempre na laterite, umas vezes na rocha propriamente dita, outras nas terras detriticas formadas pela desagregação dos blocos.

Alumínio também pode ser encontrado nas laterites goesas em pequena percentagem. A sua exploração, uma vez que seja feita



O governador Vassalo e Silva distribuindo taças e medalhas a desportistas goeses

por processos económicos poderá vir a representar importantíssima fonte de receita para o distrito.

Nos últimos anos a exploração e exportação mineiras de Goa sofreram um impulso cíclico, representado expressivamente pelas 14 toneladas de ferro exportado em 1947 em contraste com as 3.686.080 que foram exportadas no último ano. No manganês este salto de exportação é, igualmente, sensível em extremo, dado que em 1947 se exportaram 101 toneladas e em 1959 nada menos de 154.713. As exportações reflectem-se em apreciáveis dividendos entrados nos cofres da Índia Portuguesa.

De facto, em 1947, o ferro e o manganês valeram, respectivamente, 2.550\$00 e 24.000\$00, enquanto no ano passado essas cifras se elevaram para, segundo a mesma ordem, 570.388.776\$70 e 57.253.026\$70.

O aumento da exportação do ferro tem continuado a subir gradualmente em cada ano, enquanto o do manganês vem registando desde 1953, ano de produção máxima (210.595 toneladas algumas quebras e elevações).

O principal consumidor do ferro goês vem sendo, desde há anos, o mercado japonês (que, no ano passado, adquiriu mais de metade da produção) logo seguido pela República Federal Alemã e pela Itália. A África Oriental Britânica, a China Nacionalista e a França contam-se entre os compradores recém-chegados aos mercados de Goa.

O manganês encontra o seu primeiro comprador na Alemanha Ocidental. Figuram depois, como importadores, a Suécia, a Noruega e a Itália. A Suécia Federal e a Suécia são também os nossos maiores compradores de ferro-manganês.

A excepção de Dio, onde não existem mactos florestais dignos de registo, a Índia Portuguesa é densamente arborizada. Em Goa as matas são particularmente vistosas nas zonas de Satari, Embacem, Pondá, Quepém e Canacona, ou seja na chamada região das Novas Conquistas. Por outro lado, as Velhas Conquistas são menos arborizadas e por essa razão a sua pluviosidade é muito menor.

Todas as aldeias de Nagar-Aveli são povoadas de florestas, exceptuando-se Dadrá, Vagchimpá e Noroli. Avalia-se em quatro milhões o número de árvores existen-

tes nesta região, enquanto para as áreas florestais de Goa uma comissão demarcadora de matas estimou, entre 1863 e 1871, dez milhões de pés.

Certos processos de agricultura, como o anuerim, destruindo extensos e densos aglomerados arborícolas por meio de queimadas, influem de maneira pouco benéfica no clima regional.

São numerosíssimas as espécies florestais existentes no Estado da Índia Portuguesa, podendo citar-se, entre muitas outras, a acácia arábica, a panheira, o marmeleiro da Índia, a jaqueira, o jambuleiro, a oitombrela, o pau-ferro, a manjeira, o surang, o pau-rosa, a teca, etc.

Cereais, legumes, oleaginosas, plantas fibrosas, árvores frutíferas, forraginosa e hortícolas crescem facilmente no solo de Goa e um excelente clima favorece-lhes a vegetação. A base da agricultura é fornecida pelo coco, pelo arroz e por algumas árvores frutíferas.

Mas também o milho, o painço, o amendoim, o grão de bico, a lentilha, o feijão ocupam expressiva parte das folhas de cultura. Entre as oleaginosas, além do coqueiro devem citar-se o caju, o gergelim e o richo. O bambu, o ananaz, o cânhamo, o algodoeiro contam-se entre as produções fibrosas.

As árvores de fruto produzem mangas, bananas, laranjas, toranjas, limões, goiabas, anonas, papais e outros frutos menos familiares, como a fruta do pão, a fruta de Adão, a matombeira, a moringa, o caju, etc.

Pepinos, berinjelas, nabos, tomates, melões, melancias e abóbora nascem, como numa horta salaia, mas acompanhados da rosela, da comalenga e do tendil, de sabor mais árabe.

A cana sacarina, o gengibre, o açafrão, a batata-doce, a cebola e a pimentela contam-se entre as culturas irrigadas.

Para além da flora, a fauna constitui uma excelente riqueza do Estado da Índia Portuguesa.

Os seus bovinos são oriundos da grande raça asiática, o zebu, animais de corpulência medíocre, dotados da característica bossa gordurosa e prestam assinaláveis serviços à lavoura, nos campos de cultura e ainda como animais de tiro, quando atrelados a veículos não excessivamente pesados.

Não há propriamente diferenciação de raças bovinas, apesar dos animais criados nas zonas montanhosas possuírem uma bossa mais desenvolvida e serem mais proli-

feros do que os da planície. A produção de leite é limitada, quase só à amamentação das crias, embora o possam fornecer, e muito nutritivo, quando as vacas são exploradas nesse sentido. Por esta razão o fabrico de manteiga é diminuto.

Animais sagrados para os hindus, os bois da Índia Portuguesa podem oferecer carne de excelente qualidade, mas razões de ordem religiosa desviam-nos do matadouro. Assim, cerca de 7.000 reses têm de ser importadas anualmente para venda no talho.

Paralelamente ao boi são utilizados nos trabalhos dos campos os búfalos menos dóceis que os primeiros mas muito mais possantes. São indispensáveis em certos trabalhos, como os dos arrozais, devido ao seu gosto pela humidade. As fêmeas produzem mais leite que as vacas, a sua carne é muito saborosa e são ainda muito apreciadas as peles e as partes ósseas que se empregam no fabrico de cabos de facas, botões, pentes e outros objectos.

Os suínos são de pequena corpulência e oriundos da raça siamesa. Criados em plena liberdade, são resistentes e assimilam toda a espécie de alimentos. Caprinos e bovinos, por seu lado, são animais pequenos e possuidores de fracas vocações para o desempenho das principais funções económicas para que são criados. Da mesma maneira secundários são os equídeos, quase todos importados.

Muito ao contrário, a Índia Portuguesa possui excelentes condições naturais para a criação de raças aperfeiçoadas de galináceos e palmípedes. Esta espécie de aves proliferam em raças comuns, podendo ver-se galinhas, patos, perus e gansos com abundância e, em Nagar-Aveli, até o pavão.

No mar das costas do Estado da Índia Portuguesa o peixe é abundante e de várias espécies; constituindo uma parte importante da alimentação das populações, certas espécies são usadas, também, na adubação das terras.

De Setembro a Maio as pescas são geralmente grandes e as redes, no mar, e armações fixas, nos rios, trazem peixes diversíssimos como esmagar, robalo, serra, viola, garoupa, nairé, dourada, cação, arraiá, teinha, curvina, peixe-pedra, peixe-madame, linguado, sável, peixe-patamar, sardinha, calva, truta e peixe-espada. O tubarão e peixe-martelo são também frequentes. Os crustáceos são representados pelo camarão (do

mar, de riacho, estacadas e portais), lagostins, lagostas, caranguejo e lavagante. Também os moluscos são idênticos aos do continente português: choco, lula, lapa, mexilhão, amêijoia, percebe e ostra (entre elas a perliera).

A caça pode dar lugar a grandes emoções, pois na Índia Portuguesa é possível encontrarem-se animais como o tigre, o leopardo, o búfalo do mato, o javali, o gato bravo e o porco-espinho. Menos perigosos, mas também excelentes alvos



JUIZ-DESEMBARGADOR EUDORO PAMPLONA CORTE REAL Secretário-Geral do Estado da Índia

são a cabra do mato, o veado, o adibe, a doninha, o gor e o macaco.

Além destes animais é frequente encontrar, em terra, nos céus ou nas águas: lontras, toninhas, golfinhos indianos, águia marinhas, pica-peixes, garças, galinholas, maçaricos, galvos, patos bravos, tartarugas verdes e outras espécies menores.

Situada em plena zona tropical a Índia Portuguesa tem, naturalmente, apenas duas estações — uma seca e outra pluviosa. Quanto a temperaturas pode, porém, ser dividido o seu clima em três estações: uma quente (Marco, Abril, Maio e primeira quinzena de Junho), fresca e húmida (segunda quinzena de Junho, Julho, Agosto, Setembro e Outubro) e fresca e seca (Novembro, Dezembro, Janeiro e Fevereiro).

A temperatura média foi, em 1952, de 26,4 em Goa. Em Damão a média térmica anual é de 25, enquanto Nagar-Aveli, situada a uns 30 quilómetros do Oceano Índico goza de clima francamente submarítimo, tendente para subcontinental. Na estação invernal as temperaturas oscilam entre 20° e 27° e na estação fria, entre 10° e 20° centígrados.

Em Dio o clima é caracterizado por fortes contrastes e grandes amplitudes, oferecendo nítidas características desérticas, ou, pelo menos, semiáridas. As máximas vão de 30° a 36° e as mínimas de 10° a 12°. Em Novembro e Fevereiro sentem-se frequentemente bruscas mudanças de temperatura.

São várias as línguas faladas na Índia Portuguesa. As classes ilustradas do povo de Goa, em especial as famílias católicas, falam e escrevem o português, sendo numerosas as escolas oficiais e particulares para o ensino da língua. A população mais baixa fala, regra geral, o concain.

Os hindus aprendem nas suas escolas o maratá ou marathi, língua que usam na sua correspondência particular e comercial e em que editam os seus livros e jornais. Igualmente grande número deles fala o português e ocupa funções públicas nas diversas hierarquias. Os brâmanes chitpavans, caradés, quirvonts e padés exprimem-se em marathi um tanto concanizado e dedicam-se a profissões agrícolas ou sacerdotais.

Em Damão e Dio também as famílias católicas falam o português, enquanto o povo se exprime em guzerathi. Em Praganá, Nagar-Aveli, a língua, sobretudo no interior, é o marathi.

Os maometanos falam em Goa concani e hindustani, mas em Damão e Dio preferem o guzerathi e o hindustani. Escrevem em caracteres árabes.

No concelho de Bardez e em outros pontos existem famílias de emigrantes católicos que se servem da língua inglesa, sendo numerosos os colégios e estabelecimentos de ensino dessa língua.

A população total da Índia Portuguesa era, segundo o censo de 1950, de 637.591 habitantes, com um número ligeiramente superior de mulheres em relação aos homens.

Desses habitantes, 517.448 residiam em Goa; 69.005, em Damão; e 12.138 em Dio.

Por tipos somáticos os indianos predominam, com 636.152 habitantes, seguidos por 518 europeus, 374 seus descendentes, 258 africanos, 200 mistos, 58 amarelos e 31 classificados como outros.

Quanto a religiões os católicos eram, de acordo com aquele censo, 234.021, 254 pertenciam a outras religiões cristãs, 338.408 eram hindus, 14.162 maometanos, 339 parsis, 50 israelitas, 56 budistas e 204 de religião ignorada.

O Estado da Índia Portuguesa rege-se na sua administração civil e financeira e nas suas relações com a Metrópole, pelas disposições da carta orgânica do I. U. P. e da Reforma Administrativa Ultramarina.

O governador-geral é o mais alto agente e representante do governo da República. Junto do go-

vernador funciona um Conselho de Governo, constituído por sete vogais, quatro oficiais e três não oficiais nomeados e cinco não oficiais eleitos. Igualmente o governador-geral preside a uma secção permanente do Conselho do Governo, formada por quatro membros, e tem sob a sua directa dependência a Repartição do Gabinete.

O distrito de Goa está dividido nos concelhos de Goa, com 26 freguesias; Bardez, com 41; Bicholim, com 23; Canacona, com 7; Mormugão, com 12; Perném, com 25; Pondá, com 31; Quepém, com 26; Salsete, com 44; Sangüem, com 10; e Satari, com 8. Damão possui apenas os concelhos de Damão e Nagar-Aveli; e Dio forma um único concelho.

Os serviços de registo civil, passaportes, bilhetes de identidade, diplomas de caçador, posturas municipais funcionam segundo o modelo da Metrópole, embora alguma legislação tenha ressalvado certos usos e costumes locais.

A Imprensa Nacional foi estabelecida no Estado da Índia Portuguesa em Dezembro de 1921 e o jornal oficial que nela se imprime foi sucessivamente designado por «Gazeta de Goa», «Crónica Constitucional de Goa», «Boletim do Governo» «Boletim Oficial», seu presente nome.

Está prevista a criação de uma escola de artes gráficas com dotação própria inscrita no Orçamento do Estado.

A Provedoria da Assistência Pública foi fundada em 1947 e possui, entre outros estabelecimentos, o Asilo para Alienados, o Dispensário Antituberculoso da Virgem Peregrina, a Obra de Mendicidade e a Assistência Materno-Infantil.

A Direcção dos Serviços de Saúde e Higiene tem delegações em Goa, Mapuçá, Margão, Vasco da Gama, Ball, Perném, Quepém, Bicholim, Valpol, Pondá, Colém, Sangüem, Canacona, Damão, Praganá e Dio, e seis subdelegações de saúde com sede em Goa, Sanquelim, Noroli, Canel, Brancavara e Gogolá.

Subordinados a esta Direcção trabalham o guarda-mor de saúde do porto de Mormugão, Instituto de Radiologia, laboratório de análises, Polícia Sanitária, postos sanitários, Leprosaria Central, Assistência aos Tuberculosos, Junta de Saúde, Junta de Revisão, Conselho de Saúde e Higiene, hospitais, casas de saúde, maternidades, dispensários e serviços farmacêuticos.

Em Goa funciona também uma Direcção dos Serviços de Fazenda e Contabilidade, cujo director é vogal do Conselho do Governo e do Tribunal Administrativo, Fiscal e de Contas. Como suas delegações contam-se as Repartições de Fazenda de Goa, Bardez, Salsete, Damão, Dio, Mormugão, Pondá, Perném, Bicholim, Sangüem, Quepém, Canacona, Nagar-Aveli e Satari e a Delegação de Fazenda de Assolná.

Os serviços das Obras Públicas do Estado da Índia Portuguesa estão a cargo da Direcção de Obras Públicas e subdividem-se em: secretaria central e secções de contabilidade, depósitos e oficinas, viação, edifícios, hidráulica, portos e caminhos de ferro e agrimensura.

Por um decreto de 1945 foi criado o Conselho de Instrução Pública, que superintende em todos os estabelecimentos custeados ou subsidiados pelo Estado, e que fiscaliza o ensino particular. Dele dependem numerosos estabelecimentos, o mais importante dos quais é a secular Escola Médico-Cirúrgica de Goa, cujos primórdios datam do século XVI, que, além de formar os estudantes naquelas duas especialidades, constitui também um valioso centro de estudos e de investigação científica. Existe ainda um, também secular, hospital escolar, um curso Superior de Farmácia, o Instituto Vasco da Ga-



Um representante do povo de Goa afirmando ao governador-geral a solidariedade nacional perante os ataques feitos à Pátria na O. N. U.

ma, que publica um valioso boletim, a Biblioteca Vasco da Gama, que possui cerca de 30.000 volumes, muitos deles verdadeiras preciosidades históricas; o Liceu Nacional Afonso de Albuquerque, que ministra todos os cursos liceais, a Escola Normal Luis de Camões e 160 escolas primárias, de português, português-maratá, português-hindu e português-guzerate. Contam-se ainda muitas escolas particulares, a Academia de Música da Índia Portuguesa e quatro escolas técnicas elementares em Goa, Mapuçá, Margão e Damão.

Os serviços da Mocidade Portuguesa (masculina) foram criados em 1939. Funcionam à semelhança dos da Metrópole e estão divididos em quatro regiões, com sede em Goa, Margão, Mapuçá e Damão, havendo em cada região um delegado do Comissariado da M. P. nomeado pelo governador-geral.

Os serviços aduaneiros estão cometidos a uma repartição central e distribuem-se pelas sedes das alfândegas, suas delegações, postos de despacho e postos fiscais. O chefe da repartição central desempenha o seu cargo cumulativamente com o de director da alfândega local.

Os territórios da Índia Portuguesa estão divididos em quatro circunscrições aduaneiras, a que correspondem as alfândegas de Goa, Mormugão, Damão e Dio.

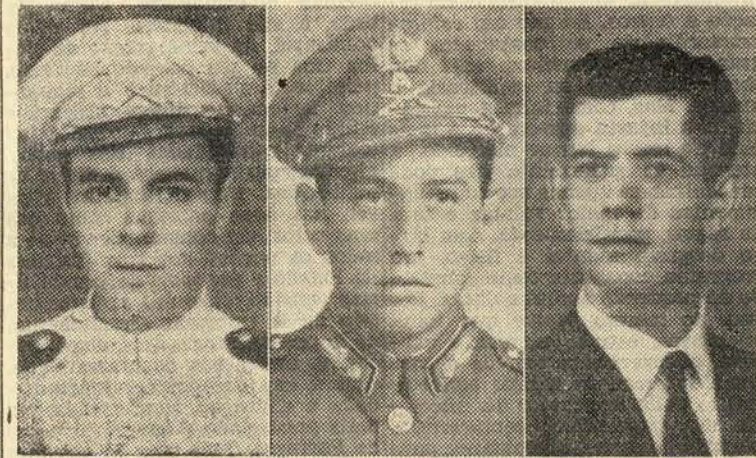
Os serviços de administração dos correios, telégrafos e telefones, de radiotelegrafia e fiscalização de indústrias eléctricas são executados por uma repartição com sede em Goa e denominada Repartição Central dos Serviços dos Correios, Telégrafos e Telefones. O serviço interno desta repartição é dividido em uma secretaria e pelas secções de serviços administrativos, de exploração postal, de exploração telegráfica e técnicos.

Os serviços radiotelegráficos funcionam desde 1938, por intermédio da Companhia Portuguesa Rádio Marconi.

A Emissora de Goa, em funcionamento desde Maio de 1946, esteve integrada nos C. T. T. até ao ano passado. É hoje uma direcção-geral subordinada directamente ao governador.

O corpo de polícia do Estado da Índia foi criado em Abril de 1946 e é superiormente chefiado por um 1.º comandante, directamente subordinado ao governador-geral. Está organizado em cinco comissariados: comando do P. E. I., com sede em Goa; comissariado do Norte, com sede em Mapuçá; comissariado do Sul, com sede em Margão; e os comissariados distritais de Damão e Dio.

Os serviços da Marinha, chefiados por um capitão-de-fragata ou



Da esquerda para a direita: Alferes José Franca de Sousa, tenente João Veiga da Fonseca e alferes D. Alexandre Holstein Beck (Palmela), respectivamente, oficial às ordens, ajudante de campo e secretário do sr. governador-geral

por um capitão-tenente do quadro activo, compreendem a capitania dos portos, hidrografia e balizagem dos portos, rios e canais, polícia marítima, domínio público marítimo e a navegação na Índia.

Uma repartição central de estatística e informação publica periodicamente o boletim trimestral, o anuário estatístico de comércio externo e navegação, as notícias do Estado da Índia, «Portuguese India — News Bulletin» e a «Coleção de Divulgação e Cultura», série de opúsculos não periódica.

Os serviços agrícolas, florestais e pecuários estão a cargo da Repartição de Fomento, incumbida também da intervenção e assistência técnica relativamente às explorações agrícolas das comunidades. A seu cargo está ainda a Escola Elemental Agrícola de Sangüem, com internato, e destinada a rapazes de idade não superior a 14 anos.

Na Índia Portuguesa o serviço meteorológico funciona, desde 1950, sob a coordenação, com os registos de todas as províncias ultramarinas, do Ministério das Comunicações. Tem a seu cargo um observatório, catorze estações climatológicas, um posto udométrico e um posto udrográfico. Está prevista a instalação de uma estação sismológica e de uma estação astronómica.

O Estado da Índia Portuguesa constitui um distrito judicial, com sede na cidade de Goa, compreendendo as províncias do Estado e as de Macau e Timor.



Um representante do povo de Goa afirmando ao governador-geral a solidariedade nacional perante os ataques feitos à Pátria na O. N. U.

Na sede do distrito funciona, como tribunal de 2.ª instância, a Relação de Nova Goa, formada por cinco juizes desembargadores. O distrito judicial está dividido em oito comarcas, seis no Estado da Índia Portuguesa e as restantes em Macau e Timor. Na sede de cada comarca funciona um magistrado judicial de 1.ª instância, designado por juiz de direito. As comarcas subdividem-se em julgados municipais e cada um destes em freguesias.

Na Índia Portuguesa existe um julgado municipal, o de Dio, e dois julgados municipais especiais em Pondá e Mormugão.

Na sede de cada comarca há uma conservatória do registo predial e notários públicos. A Procuradoria da República funciona sob a immediate direcção do respectivo secretário e sob a superintendência e fiscalização do procurador da República.

Como instituições de crédito são de mencionar o Banco Nacional Ultramarino e a Caixa Económica de Goa.

O primeiro, por contrato celebrado em 1953, possui até 1982 a concessão do privilégio da emissão de notas, servindo, além de banco

emissor, como banco central, comercial e caixa do Tesouro.

A Caixa Económica de Goa, em que se fundiram as antigas Caixa Económica Postal e a Caixa de Crédito Rural, é um estabelecimento de crédito sob a garantia do Estado, com autonomia administrativa e personalidade jurídica. A sua função é, especialmente, realizar operações de depósito dos capitais particulares e dos fundos dos corpos e corporações administrativas, as operações de crédito agrícola e industrial, as de financiamento aos organismos autónomos do Estado e aos corpos e corporações administrativas, e, ainda, a colocação de capitais em empréstimos públicos, em acções e obrigações de comunidades e empresas.

Como organismos corporativos contam-se a Ordem dos Médicos da Índia Portuguesa, que tem por fim os estudos e a defesa dos interesses profissionais; e o Sindicato Nacional dos Farmacêuticos do Estado da Índia Portuguesa, com idênticos propósitos.

A Junta de Comércio de Exportação é destinada a regular, disciplinar e coordenar as actividades que em todo o território do Estado da Índia Portuguesa directamente se relacionam com a importação e exportação dos produtos. Propõe ao governador-geral os géneros de primeira necessidade que, a bem do normal abastecimento público, deviam ser submetidos a regime de racionamento

com tabelamento e simples tabelamento de preços, eram as funções da Comissão Reguladora de Abastecimentos, criada em 1946, que hoje cabem àquela Junta.

Como associações de classe devem citar-se a Associação dos Advogados da Índia Portuguesa, que publica uma revista jurídica; a Associação Comercial da Índia Portuguesa, que já completou meio século; a Associação dos Agricultores e Proprietários de Goa, com idade semelhante; e a mais recente Associação dos Proprietários de Automóveis, todas defensoras dos interesses da classe e dos seus associados.

Diogo do Couto, no século XVI, criando em Goa a Torre do Tombo, foi o precursor dos arquivos, museus e bibliotecas que hoje existem na Índia Portuguesa.

De entre eles o Arquivo Histórico do Estado da Índia, com os seus livros de monções, reis vizinhos, cartas e ordens, instruções e regimentos, pazes e tratados, etc., é, certamente, o mais importante e fundamental para os estudos históricos da era dos Descobrimentos.

O Museu de Arte do Instituto Vasco da Gama tem anexo um gabinete de Numismática e onde podem ver-se numerosos trabalhos das escolas de Guido Reni, Tenebris, Rubens e Berghem e outros, além de quadros representativos das modernas escolas portuguesas.

No convento de S. Francisco de Assis encontra-se o Museu Lapidário, onde se podem ver curiosas pedras com inscrições históricas. No convento de S. Caetano existe um Museu Arqueológico de muito interesse. O Museu Sacro do Bom Jesus, no claustro da basílica do mesmo museu, reúne várias preciosidades em imagens, cálices, casulas e outras paramentarias sacerdotais.

Além da Biblioteca Nacional, são numerosas as bibliotecas públicas. Em Goa contam-se as bibliotecas Sri Sarasvati Maudir, Sri Mahalaxinir Hindu Vachan Mandir e a Rabindranath Tagore. No concelho de Bardez podem ser consultadas as bibliotecas Municipal «Atoride», Sri Danaia Prasad Mandal e Sri Xantadurga Vachanalaia.

A diferenciação, que desejo se vingue cada vez mais, entre o que é um Portugal europeu ou ultramarino e o que são as regiões vizinhas, onde alguns Estados não cobrem e se baseiam em que não existe desenvolvimento, nas atentadoras da integridade nacional.

Assim falou ao enviado especial do *O Senão* o sr. Governador-Geral do Estado Português da Índia. Não houve uma hesitação nas suas respostas. Usou os seus dons naturais: a serenidade, a prudência, a competência, o desassombro e a firmeza. Deu a impressão de quem tem um plano e sabe perfeitamente como há de levá-lo até ao fim, abrindo o maior surto de desenvolvimento e de progresso que até hoje a Índia Portuguesa sentiu. Conta com os outros,

(Continuado da 3.ª página)

dos quais desenvolveria devidamente o primeiro como linha de rumo do tempo da minha permanência nesta terra. Não me assustou a cifra de milhões e meio de contos, a que chegara o meu inquérito, para o global das necessidades mais prementes, das quais pus no primeiro plano 400.000 contos; números redondos, ou seja uma média anual de 100.000 contos a despendere. Foi uma das minhas preocupações, a

Estado Português da Índia. Não houve uma
uma hesitação nas suas respostas. Usou
dos seus dons naturais: a serenidade, a
prudência, a competência, o desassom-
bro, a firmeza. Deu a prova de quem
tem um plano e sabe perfeitamente
como há-de levá-lo até o fim, abrindo
o maior surto de desenvolvimento
de progresso que até hoje a Índia Por-
tuguesa sentiu. Conto com os outros,

Para encará-las realidades, mesmo duras, a enveredar por um plano isolado da situação de conjunto. Sabia perfeitamente que a satisfação de todas as necessidades jamais poderia caber no período de uma governação; porém, mesmo assim, achei mais construtivo dividir a total das necessidades em três níveis: em várias possibilidades, quadros, dos quais desenvolveria devidamente o primeiro como linha de rumo do tempo da minha permanência nesta terra. Não me assustou a cifra de milhões e meio de contos, a que chegara o meu inquérito, para o global das necessidades mais prementes, das quais pus no primeiro plano 400.000 contos num primeiro ano, o que se adivinha anual de 100.000 contos a depender. E, em cima, das minhas grandes adivin-

A diferenciação, que desejo se vingue cada vez mais, entre o que é um Portugal europeu ou ultramarino e o que são as regiões vizinhas, onde alguns Estados não cobrem e se baseiam em que não existe desenvolvimento, nas atentadoras da integridade nacional.

Assim falou ao enviado especial do *O Senão* o sr. Governador-Geral do Estado Português da Índia. Não houve uma hesitação nas suas respostas. Usou os seus dons naturais: a serenidade, a prudência, a competência, o desassombro e a firmeza. Deu a impressão de quem tem um plano e sabe perfeitamente como há de levá-lo até ao fim, abrindo o maior surto de desenvolvimento e de progresso que até hoje a Índia Portuguesa sentiu. Conta com os outros,

Estado Português da Índia. Não houve uma
uma hesitação nas suas respostas. Usou
dos seus dons naturais: a seriedade, a
prudência, a competência, o desassom-
bro, a firmeza. Deu a prova de quem
tem um plano e sabe perfeitamente
como há-de levá-lo até o fim, abrindo
o maior surto de desenvolvimento
de progresso que até hoje a Índia Por-
tuguesa sentiu. Conto com os outros,

Só vencem os homens quando «sa-
bem o que querem e para onde vão».

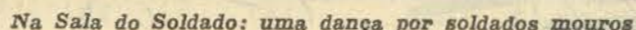
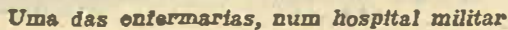
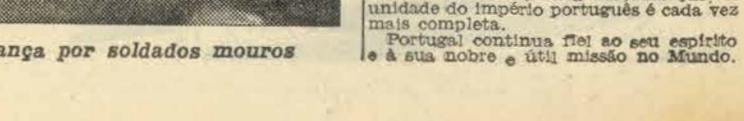
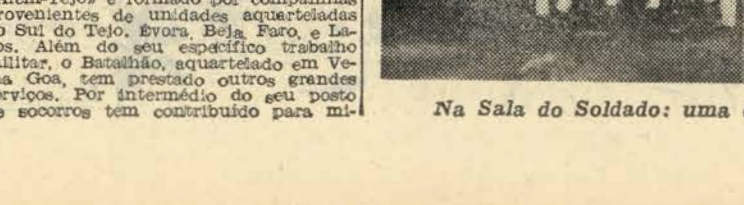
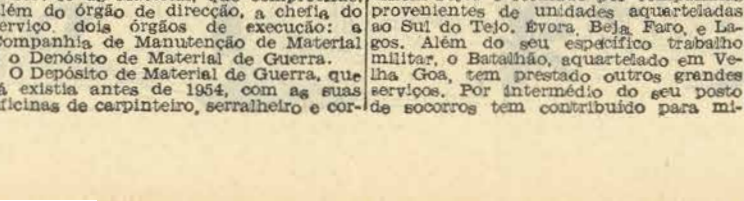
Uma das enfermarias, num hospital militar

[Faint, illegible handwritten notes]

THE UNIVERSITY OF CHICAGO

000000. 0000 000000 000 0000000 0000000 0000000

le a sua nobre e util missao no Mundo.





GOA, CENTRO DA IRRADIAÇÃO DA CRISTANDADE NO ORIENTE

(Continuado da 6.ª página)

Lembra-se, a propósito, uma piedosa lenda que lá corre entre o bom povo de Goa: inventada certamente pela sua limitada confiança no Santo, quando a União Indiana quis assilar o Estado da Índia Portuguesa, criando a sua volta o vácuo económico, e lhe retirou as preciosas divites que costumava receber, em quinhão, do *Reserve Bank of India*, teria o Santo inspirado a alguns seus devotos: «Esgaravata a terra, esgaravata a terra». E assim finalizou o gods que isto nos contou: «Assim aconteceu, esgaravata a terra e dádo-nos dinheiro em troca das nossas pedras».

É contagiosa a devoção a S. Francisco Xavier. Os nossos militares, lá destacados, deixam vencer pelo entusiasmo popular e ficam tão afeitos como os próprios goeses. São estes, porém, os seus grandes propagandistas. Espalhados por todo o Oriente, não cessam de apregoar a grande personalidade daquele que, pela virtude e pelo amor, conseguiu a compreensão mais íntima entre o Oriente e o Ocidente. Esse milagre ainda perdura.

9. Goa, sede do Padroado Português do Oriente.

Do tempo do início da nossa expansão em 1498, quando em Goa, como em todo o mundo cristão, havia o regime de padroado, expressão jurídica da nossa cooperação entre a Igreja e o Estado. Este regime mais mensurável, como era de esperar, com a cegueira dos portugueses à Índia. Naquela época de fé intensa, sentiam os reis de Portugal que era seu dever fazer cristandade, muita cristandade. Movidos por este espírito, gastaram prodigamente os seus recursos, enviando missionários para toda a parte, subsidiando ordens religiosas, mantendo instituições das

que, em 1448, define o Padroado: soma de privilégios e alguns encargos, por concessão da Igreja, competiam aos fundadores católicos de terras, pelas ou benéficas, ou a seus sucessores. A definição é moderna. Nas bulas pontificias, em que tais privilégios se concediam, mencionava-se também o direito de padroado — *ius patronatus*. De facto, porém, mais tarde envenenaram-se as relações entre a corte de Lisboa e a Índia. Quando essa desconfiança, muito legitimamente, aliás, tomou sobre si a mesma orientação de todo o século XVIII, o Padroado português, fundado nos seus princípios, acabou por ser substituído por concordatas, medida que, finalmente, acabou de ser adoptada, com geral satisfação.

Mas relembramos o que aconteceu nos séculos passados, em que Portugal, consciente das suas obrigações para com a cristandade, se esforçou por colaborar na extrema medida das suas possibilidades económicas, com a Igreja. Vimos como a diocese de Goa, criada em 1533-1534, ficou abrangendo a extensíssima área desde o cabo da Boa Esperança para Leste, sempre para Leste, até aos confins do mundo. Depois, novas dioceses surgiram por toda a parte e Goa passou a ser sede de *dioceses* — metrópole — no domínio da Índia. Depois, a *diocese* — Cochim, Malaca, Funchal, Caramor, Malabar, Macau, Peguim, Nanquim, Damão, na Costa Oriental da Índia — obedeceu-lhe ainda a pregação de Moçambique.

Em 1622, criou-se em Roma a Sagrada Congregação da Propaganda da Fé, ministério destinado a gerir todo o esforço missionário. Até 1640, data da nossa revolução nacional, foram cordiais as relações entre as *dioceses* da Propaganda e missionários do Padroado. Uns e outros viviam de zelo. Os pequenos missionários de regresso, não eram as devidas honras, a organização da Propaganda, não do Padroado. De 1640 a 1668, porém, a Santa Sé, dominada pela Espanha, não pôde reconhecer a independência de Portugal. Data de então a raiz de todos os desentendimentos que depois se registaram e cujos ecos se fazem ainda hoje sentir. Aqui e ali, não obstante sinceros esforços de compreensão e de justiça. Os reis portugueses, feridos no seu prestígio pessoal, tornaram-se hostis às propostas dos missionários, enviados pela Propaganda, sem sua licença, para regiões já evangelizadas pelos portugueses. E surgiram lamentáveis conflitos, fonte de escândalo para as cristandades.

Os sacerdotes goeses, solidamente formados, colocaram-se incondicionalmente ao serviço do Padroado, agitando em todo o subcontinente indiano os mais sérios obstáculos levantados pelos missionários estrangeiros. Principiamente, então, um ataque sistemático. Acusações ridículas e sem base alguma. Apesar disso, as acusações, embora hoje possam parecer páginas de uma *«luta»* de regresso, menos informadas ou menos escrupulosas na conferência das suas afirmações. Em meados do século XVIII, o jesuíta João de Deus, enviado para prestar alto serviço à Pátria e à Igreja, ao primado em todo o Portugal a Companhia de Jesus. Estava então em moda a perseguição aos religiosos que mais lhe molestavam a consciência: Choleisul, em França, e Aranda, em Espanha, seguiam-lhe o exemplo. Sonhava o goês com as suas medidas seriam recebidas com verdadeira alegria por toda a parte, quando, de repente, se viu embaraçado por um número de cegos, que se poderiam chamar os funestíssimos resultados das suas radicais medidas. Foi o clero de Goa que



A procissão de regozijo, em Velha Goa, por motivo da decisão do Tribunal da Haia, que fez justiça à Nação Portuguesa

pode sustentar, na medida do possível, a precipitada ecadência de todas as missões orientais.

Com o liberalismo romântico do século XIX não pôde o clero goês impedir que se consumisse o desastre. Goa tornou-se então o refúgio supremo de todas as esperanças do clero. Forneceram pedras para a África Ocidental e Oriental, enviaram padres para Macau e Timor, para Malaca e Singapura, para todos os vicariatos da Índia e de Ceilão, recém-formados pela Propaganda Fide, para toda a parte, enfim.

O Padroado Português, batido pelo próprio governo nacional, não se podia manter de velhos direitos históricos de papados e sós. Era necessário que nova seira os vivificasse. A Santa Sé, como se viu já, concluiu com Portugal várias concordatas e acordos que foram sempre restritos à área geográfica do Padroado em benefício da Propaganda Fide. Duas concordatas — a de 1807 e a de 1886 — arrumaram as questões candentes dando satisfação a ambas as partes.

A última, de 1886, foi o princípio de novo capítulo na história religiosa da Índia. Terminaram os dissídios e as desinteligências. Goa — a gloriosa arqui-diocese de Goa — pôde então ajudar liberalmente a Propaganda Fide, fornecendo-lhe sempre quantos missionários



Um aspecto da preciosa Exposição de Arte Sacra, na Catedral de Velha Goa, que abriu em Janeiro de 1960

podia dispensar. Se as cristandades mais florescentes da Índia eram regidas, aliás, antigas missões portuguesas, o seu clero continuou a ser igualmente oriundo de Goa. Viveu-se assim até 1928, ano em que se assinou novo acordo entre a Santa Sé e Portugal. Este acordo foi altamente desfavorável ao Padroado Português. Outro se lhe seguiu no ano imediato.

Aos 4 de independência da União Indiana, em 1947, tornou-se evidente cada vez mais o governo da recente nação não toleraria sequer a presença de padres goeses, desde que obedecessem a bispos portugueses. Daqui a sequência de Portugal em Portugal, com a Santa Sé os acordos de 1950 e 1953, com os quais terminou em território de

União Indiana, qualquer jurisdição do arcebispo de Goa.

Hoje a arquidiocese de Goa, coberta de glória, continua a sua obra de beneficência e generosidade. Os seus arcebispos exercem apenas a sua jurisdição em território português, mas os seus padres continuam a trabalhar, *de centenas* — as centenas, repetem-se, em dioceses ou vicariatos da União Indiana, de Ceilão e do Extremo Oriente. Não falamos das nossas dioceses ultramarinas.

10. S. João de Brito.

Estamos no século XVII, na segunda metade deste acido século. Experimentava-se nas missões do Maduré, novo método, cheio de dificuldades e sacrifícios. Tratava-se de despir o Cristianismo de todas as roupagens ocidentais, a ver se, assim adaptado ao nacionalismo local, poderia facilmente penetrar nas camadas superiores da sociedade hindu. Lançado pelo padre Roberto Nobili, italiano, do Padroado Português, foi depois pouco a pouco modificado. Foi esta uma das mais ousadas experiências do Padroado. Existia alguma heresia e sacrificada, dispostas aos mais árduos trabalhos e incomodos.

João Heitor de Brito, nascido em Lisboa em 1647, entrou aos nove anos para a corte real portuguesa, como pajem, e

tamente. Perante tantas críticas, houve que abandonar a experiência.

Mas não se abandonou totalmente. De vez em quando ainda se tentou um ou outro caso. E intensificou-se o estudo bastante parecido. Ao lado dos *«missionários»* havia os *«padres-suamis»*, ou *«padres»* interiores em categoria que, mas respectivamente considerados por todos desde os brâmanes aos *«suamis»*, não gozavam do prestígio intelectual dos *«missionários»*, mas impunham-se à consideração de todos. Podiam lidar com todas as castas, sem se poluírem.

Os missionários *«suamis»* recebiam abrigo esta difícil vida, a fim de, por seu intermédio, poderem atingir as castas mais elevadas que, antes, lhes escapavam totalmente. O primeiro *«padre-suami»* foi o padre Baltasar da Costa. O nosso padre João de Brito pertenceu a esta classe de voluntários. Trabalhou no Maduré de 1674 a 1693, data do seu martírio. Mal se pode imaginar o teor da sua vida. De padre do povo, a *«padre-suami»* dos *«missionários»* e *«padres»* maiores privações! Comiam estas *«padres-suamis»* como os seus homólogos hindus: no chão. O seu prato era uma larga folha de figueira. Bebiam apenas água. Viviam em palhotas. Dormiam sobre taboas. Os seus alimentos eram arroz e legumes. O seu vestido era uma larga túnica amarelo-avermelhada. Em vez de calçado, contentavam-se com umas palmilhas de madeira. Viajavam com toda a simplicidade, quase sempre a pé, levando numa das mãos um comprido cajado e na outra uma varinha de cobre, destinada à água que bebiem.

A fama destes penitentes cristãos espalhou-se imediatamente. Multiplicaram-se as conversões. A vida exemplar dos missionários atraiu gentes ateadas. Os hindus deixaram-se conquistar, pouco a pouco, pela sua irradiante simplicidade.

O padre João de Brito chegou ao Maduré em 1674. Em 1685 foi nomeado superior desta interessantíssima missão. Os princípios locais guerreavam-se continuamente e os cristãos sofriam perseguições, sem número, provocadas pelos sacerdotes hindus. Foi neste ambiente que se robusteceu cada vez mais a santidade do fidalgo português. Várias vezes foi preso, esbofetinado, perseguido. E por isso não se deixou de trabalhar, que mais tarde, no mais exato, acabaria por ser morto. O martírio tornou-se assim o seu ideal.

Em 1686 recebeu ordem do seu provincial para vir a Portugal como procurador das missões indianas. Obedeceu, muito embora preferisse continuar na sua missão. Foi recebido em Lisboa em todo o carinho. Todos o consideravam já santo. Em 1690 pôde libertar-se da veneração comum e embarcar novamente para a Índia. Pouco tempo depois, em 1693, foi novamente preso e decapitado. Em Orléans, na véspera do seu martírio em 3 de Fevereiro de 1693, pôde ainda rabiscar na parede do cárcere, um pedaço de bambu serviu-lhe de caneta, e carvão, de tinta em água, de tinta. São dessa carta as seguintes nobilíssimas palavras: «A culpa de que me acusam vem a ser que ensino a lei de Deus Nosso Senhor, e que de nenhuma maneira há-de ser adorados os ídolos. Quando a culpa é de virtude, o poder é glória».

11. Conclusão.

Goa representa ainda hoje no subcontinente indiano, de variadas raças e línguas, a ponte lançada pelos portugueses no século XVI entre o Oriente e o Ocidente. Os goeses são os melhores embaixadores não só da aliança feliz uso-cristã, mas também de comuns ensinamentos humanos. Eis o segredo do felício que, suave e subtilmente se desprende da bisagem dos monumentos e das gentes de Goa. O estudo da expansão portuguesa, sem um conhecimento do que se fez em Goa, ficará sempre incompleto. E o estudo da Índia em particular e do Oriente em geral que os portugueses atingiram a sua verdadeira estatura humana. Em duo viver dos penitentes *«padres-suamis»* foi verdadeiramente heróico. O padre Proença, que por estes mesmos anos se dedicou a pedir uma túnica que não desmaiase, a fim de, por seu intermédio, parecer mais moreno e menos branco, foi profundamente humano. E o que Goa ainda hoje representa, um convite ao encontro Leste-Oeste, em ambiente pacífico e produtivo.

A MOCIDADE PORTUGUESA NA ÍNDIA CONSTITUÍDA POR DEZENAS DE MILHARES DE PORTUGUESES DE TODOS OS GRUPOS ÉTNICOS ASSEGURA, PELA SUA FORMAÇÃO ESPIRITUAL E MORAL, A GRANDEZA DA PÁTRIA NO FUTURO

A organização nacional da Mocidade Portuguesa, instituída pelo Decreto-Lei n.º 26.611, de 19 de Maio de 1936, em execução da Lei n.º 1.941, de 11 de Abril do mesmo ano, abrange toda a juventude masculina, escolar ou não, e tem por fim estimular o desenvolvimento integral da sua capacidade física, a formação do carácter e a devoção à Pátria.

A Mocidade Portuguesa das Províncias Ultramarinas foi organizada pelo Decreto n.º 29.453, de 17 de Fevereiro de 1939, e reger-se-á igualmente pelo Regulamento n.º 37.765, de 17 de Fevereiro de 1950, aplicado às mesmas províncias pela portaria n.º 14.787, de 17 de Março de 1951.

A M. P. toma como guias ideais da sua acção ministerial grandes exemplos de Nuno Álvares e de D. João de Brito, e adopta, como símbolo da Organização, o leão da bandeira nacional, a de D. João I, glorificada pela primeira renascença pátria.

As actividades do Comissariado Provincial da Mocidade Portuguesa do Estado Português da Índia, no ano de 1959-60, decorreram da melhor maneira possível para que a M. P. se dignificasse e se fortalecesse ainda mais nos olhos de toda a gente e merecesse dos filiados a maior confiança e carinho.

Críticas ao Comissariado da M. P. da actual divisão um Gabinete de Estudos, com a finalidade de definir as bases da acção da M. P. no âmbito da Formação de quadros, dos Serviços Culturais e do Ensino Técnico.

Aos Serviços de Formação de Quadros, sob a chefia de um dos comissários-adjuntos, atribuiu-se o estudo dos problemas respeitantes a: Actividades gerais; formação de graduados; formação de dirigentes; e camaradagem.

Os Serviços Culturais ficaram afectos o estudo dos problemas respeitantes a:

Em todos os centros escolares, escolares-primários e extra-escolares foi construído o presépio. Embora todos com o mesmo real significado, houve alguns que se superiorizaram pela sumptuosidade religiosa e até originalidade de concepção.

Com a Campanha do Presépio, lembrou-se que, na quadra do Natal, teria inteiro cabimento a realização de pequenas festas de camaradagem entre cristãos e não cristãos, num amplexo fraternal de profunda sentimentalidade e extraordinária comunhão de Deus, Pátria e Família.

Ainda com apoio dos Serviços Culturais e do de Sua Ex.ª o governador-geral, inaugurou-se, em Fevereiro de 1960, o III Salão Provincial de Educação Estética, no Instituto Vasco da Gama. Nele se expuseram algumas centenas de trabalhos manuais de desenho, escultura, ourivesaria, navimodelaria, escultura e marcenaria. De novo a atribuição de prémios monetários se ficou a dever ao grande coração de Sua Ex.ª o governador.

Em 20-2-58, após a morte do saudoso dr. Sócrates da Costa, foi nomeado para exercer interinamente o referido cargo, o sr. eng. Carlos Fernando da Cunha Vieira Araújo. Em 8-5-58 foi nomeado comissário provincial o sr. major Francisco Valadas Júnior, em vaga deixada pelo sr. capitão Vieira de Araújo. Em virtude do regresso à Metrópole do sr. major Valadas Júnior, foi nomeado em 24-5-59 o sr. tenente-coronel Mário Marques de Andrade, que até à presente data vem desempenhando de maneira prestigiosa as funções de comissário provincial.

Actividades gerais em 1959-60

Os planos de instrução geral para o ano de 1959-60, ficaram assim distribuídos: plano detalhado das actividades na

Na inauguração da cantina escolar de Mapuçá, filial da M. P. exibiram-se em danças regionais metropolitanas

Actividades Culturais, Intercâmbio e M. P.: programa de instrução para os centros de formação geral; programa-horário de instrução para os centros escolares primários; actividades especiais relacionadas com a instrução da M. P. Este Centro de Instrução de Vela, em Mapuçá, tem a honra de ser o primeiro do tipo em toda a Índia.

O Gabinete de Estudos é presidido pelo comissário provincial. Para o desempenho das funções dos órgãos directivos da M. P. existe em cada uma das províncias ultramarinas, um comissário provincial, nomeado pelo ministro do Ultramar, ouvidor do respectivo governador e o comissário nacional e delegados regionais, nomeados pelo governador, mediante proposta do comissário provincial.

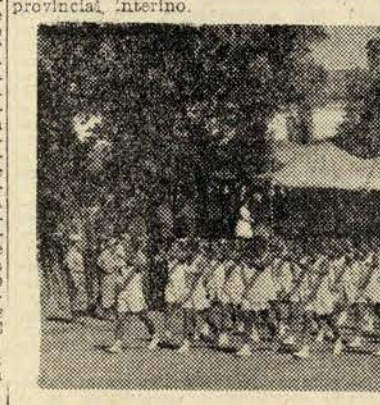
No Estado Português da Índia, o comissário provincial, tem a sua sede na capital — cidade de Goa — com a seguinte composição actual: comissário provincial; tenente-coronel da M. P. Mário Marques de Andrade; dois comissários-adjuntos: major do C. E. M. Joaquim Ramos de Freitas e capitão de infantaria Orlando Couto Leite; um assistente provincial: mons. Filipe Neri Mendonça; e um comandante provincial da milícia: tenente de cavalaria Ruben Marques de Andrade.

Para efeito da organização dos serviços da M. P. o território do Estado Português da Índia está dividido em quatro regiões, com sede na cidade de Goa, compreendendo a área dos concelhos de Goa e Pondá; com sede na cidade de Mapuçá, compreendendo a área dos concelhos de Bardez, Pernim, Bicholim e Satari; e com sede na cidade de Damão compreendendo os distritos de Damão e Diu.

Os serviços da M. P. instalaram-se, neste Estado, em 2 de Outubro de 1941 data em que o 1.º comissário e seus adjuntos tomaram posse dos seus cargos e entraram no exercício das suas funções.

Cinco meses depois, em 11 de Março de 1942, o comissário, capitão de Infantaria Ernesto Chianca da Maia, embarcou para a metrópole. A vaga do mesmo sr. capitão Chianca da Maia foi preenchida pelo sr. dr. Jerónimo Sócrates da Costa, que exerceu notavelmente as funções do comissário provincial até 7 de Novembro de 1957.

Durante a ausência do sr. dr. Sócrates da Costa, na metrópole, no ano de 1948, o sr. prof. Ricardo Pinto Carmo Ferreira, que era comissário adjunto da M. P., exerceu as funções de comissário provincial, interino.



A. da Silva Rego



TEN.-COR. MÁRIO MARQUES DE ANDRADE

Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas do Estado da Índia e comissário provincial da M. P.

pol, e, de ambos, resultou experiência para o funcionamento de novos futuros cursos.

Uma das particularidades essenciais da M. P. na Índia é, sem dúvida, a sua obra social. Este plano abrange cantinas escolares — já em funcionamento em grande número, bolsas de estudo e o fundo central de camaradagem, que possibilita uma melhoria económica a cada um dos culturais do território a actividade da M. P. em 1959. Graças à gentileza da Emissora de Goa, pôde criar-se a Hora Radiofónica, em emissão semanal, com programas atraentes, nos quais se destacava um interesse especial pelo folclore local. Fiziram-se também quatro cruzeiros a ilha de Anjediva, realização só possível com a simpatia de Sua Ex.ª o governador. Em cada um dos cruzeiros foi organizado um pequeno curso literário, cujo tema se devia relacionar com o próprio itinerário demarcado, tema de sentido histórico-cultural. E não deixa de ser digno de registro esta preocupação de se estimular o gosto pela cultura. Os serviços culturais colaboraram ainda nas comemorações do Dia de Portugal — 14 de Agosto — Batalha de Aljubarrota e comemoração do título de S. Francisco Xavier. Em 25 de Novembro, aniversário da reconquista de Goa, e 30 de Dezembro, aniversário da chegada de S. Ex.ª o governador-geral. Mais, em 22 de Julho, aniversário do Herói da Índia, e 1.º de Dezembro, isto não falando na gigantesca contribuição para os testes henriquinos. Já em 1960, começou a funcionar um curso de Gravidade e Escultura em madeira e mármor, com vários prémios oferecidos pelo próprio governador. Igualmente intensificou-se e melhorou-se o aspecto cultural do jornal «Mocidade».

Os Serviços de Educação Física e da Campanha do Presépio

Passamos à análise dos Serviços de Educação Física. Entre as várias filiações, disputaram-se Campeonatos de



Castelos da Mocidade Portuguesa em formatura na cidade de Goa

«Tennis de Mesa, «Carrom», «Badminton», «Voleibol», «Basketball», «Andebol», de Sete, Ciclismo, Natação, «Frontball», «Cricket», «Hockey», «Ginástica» e Atletismo. No apuramento das equipas campeãs estiveram presentes a I Região, com seis centros, a II Região, com igual número, e a III, com cinco centros. Estas competições tornaram-se um verdadeiro manancial de entusiasmo e de vitalidade para os rapazes da M. P. Cada prova foi disputada com o máximo de correcção e empenho.

A M. P. do Estado Português da Índia esteve representada no XIV Salão Nacional de Educação Estética, onde obteve dezasseis diplomas. Isto dá sequência, dinamismo e orientação dos trabalhos do centro de cultura.

Um enorme êxito rodeou a Campanha do Presépio em boa hora e pela primeira vez lançada neste Estado nos centros e nos lares. Distribuiu-se um diploma e uma medalha de prata com uma inscrição, a seguir à adoração do Menino pelos Reis Magos.

Igualmente na assistência religiosa se conseguiu um nível de alto interesse. A todos os actos religiosos e confissões (os primeiros necessariamente segundo os ritos cristãos) os filiados hindus e muçulmanos prestaram a maior atenção e acatamento. Durante missas e rezas breves alocução, derivando do Evangelho do dia, as lições referentes à juventude e de um modo especial, os deveres do bom filho da M. P.

Como a organização tivesse a tremenda infidelidade de perder, por morte inesperada, o comissário-adjunto nacional do Ultramar, dr. Jerónimo Sócrates da Costa, realizou-se missa vespertina solene exequial na Igreja de Goa.

Eis uma resenha das actividades da Mocidade Portuguesa no Estado Português da Índia em 1959-1960. O seu lema foi e continua a ser — Servir!



TEN.-COR. MÁRIO MARQUES DE ANDRADE

Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas do Estado da Índia e comissário provincial da M. P.

pol, e, de ambos, resultou experiência para o funcionamento de novos futuros cursos.

Uma das particularidades essenciais da M. P. na Índia é, sem dúvida, a sua obra social. Este plano abrange cantinas escolares — já em funcionamento em grande número, bolsas de estudo e o fundo central de camaradagem, que possibilita uma melhoria económica a cada um dos culturais do território a actividade da M. P. em 1959. Graças à gentileza da Emissora de Goa, pôde criar-se a Hora Radiofónica, em emissão semanal, com programas atraentes, nos quais se destacava um interesse especial pelo folclore local. Fiziram-se também quatro cruzeiros a ilha de Anjediva, realização só possível com a simpatia de Sua Ex.ª o governador. Em cada um dos cruzeiros foi organizado um pequeno curso literário, cujo tema se devia relacionar com o próprio itinerário demarcado, tema de sentido histórico-cultural. E não deixa de ser digno de registro esta preocupação de se estimular o gosto pela cultura. Os serviços culturais colaboraram ainda nas comemorações do Dia de Portugal — 14 de Agosto — Batalha de Aljubarrota e comemoração do título de S. Francisco Xavier. Em 25 de Novembro, aniversário da reconquista de Goa, e 30 de Dezembro, aniversário da chegada de S. Ex.ª o governador-geral. Mais, em 22 de Julho, aniversário do Herói da Índia, e 1.º de Dezembro, isto não falando na gigantesca contribuição para os testes henriquinos. Já em 1960, começou a funcionar um curso de Gravidade e Escultura em madeira e mármor, com vários prémios oferecidos pelo próprio governador. Igualmente intensificou-se e melhorou-se o aspecto cultural do jornal «Mocidade».

Os Serviços de Educação Física e da Campanha do Presépio

Passamos à análise dos Serviços de Educação Física. Entre as várias filiações, disputaram-se Campeonatos de



Castelos da Mocidade Portuguesa em formatura na cidade de Goa

«Tennis de Mesa, «Carrom», «Badminton», «Voleibol», «Basketball», «Andebol», de Sete, Ciclismo, Natação, «Frontball», «Cricket», «Hockey», «Ginástica» e Atletismo. No apuramento das equipas campeãs estiveram presentes a I Região, com seis centros, a II Região, com igual número, e a III, com cinco centros. Estas competições tornaram-se um verdadeiro manancial de entusiasmo e de vitalidade para os rapazes da M. P. Cada prova foi disputada com o máximo de correcção e empenho.

A M. P. do Estado Português da Índia esteve representada no XIV Salão Nacional de Educação Estética, onde obteve dezasseis diplomas. Isto dá sequência, dinamismo e orientação dos trabalhos do centro de cultura.

Um enorme êxito rodeou a Campanha do Presépio em boa hora e pela primeira vez lançada neste Estado nos centros e nos lares. Distribuiu-se um diploma e uma medalha de prata com uma inscrição, a seguir à adoração do Menino pelos Reis Magos.

Igualmente na assistência religiosa se conseguiu um nível de alto interesse. A todos os actos religiosos e confissões (os primeiros necessariamente segundo os ritos cristãos) os filiados hindus e muçulmanos prestaram a maior atenção e acatamento. Durante missas e rezas breves alocução, derivando do Evangelho do dia, as lições referentes à juventude e de um modo especial, os deveres do bom filho da M. P.

Como a organização tivesse a tremenda infidelidade de perder, por morte inesperada, o comissário-adjunto nacional do Ultramar, dr. Jerónimo Sócrates da Costa, realizou-se missa vespertina solene exequial na Igreja de Goa.

Eis uma resenha das actividades da Mocidade Portuguesa no Estado Português da Índia em 1959-1960. O seu lema foi e continua a ser — Servir!



A POLÍCIA DO ESTADO DA ÍNDIA, PELO SEU ESPÍRITO, DISCIPLINA E HEROÍSMO, SOUBE LUTAR BRAVAMENTE PELA ORDEM E ESTÁ AGORA EMPENHADA NUMA OBRA SOCIAL NOTÁVEL E DE GRANDE PROVEITO



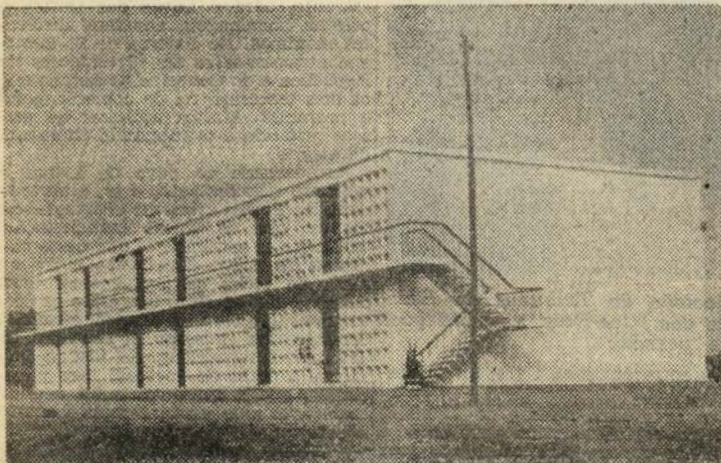
MAJOR COSTA PINTO
Governador do distrito de Damão



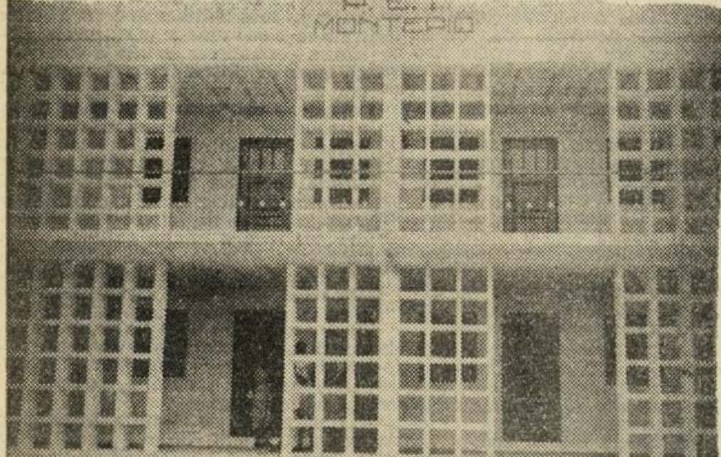
CAPITÃO FERNANDO CUNHA
DE VASCONCELOS
Governador do distrito de Dão



Porta da Fortaleza de Damão



Bloco de doze moradias para guardas da Polícia, em Dão



Um bloco de doze moradias do Montepio da Polícia do Estado da Índia Portuguesa



A população do Estado Português da Índia é, por índole natural, pacífica e obediente. Durante largos anos, séculos até, uma pequena força policial, dedicada quase exclusivamente a missões de segurança pública e de natureza fiscal, foi suficiente para manter a ordem nos três distritos.

Porém, os acontecimentos que se deram há alguns anos, por influência do exterior, forçaram a autoridade superior à criação da actual Polícia do Estado da Índia, e a oportunidade e efeito dessa decisão bem demonstraram nos grandes trabalhos, riscos e sacrifícios até agora inscritos com notável expressão.

Antes da corporação actual, o Corpo de Polícia e Fiscalização da Índia, com característica militar, dependia do Quartel-General das Forças Armadas e tinha restrita competência e muitas limitações legais. Além de velar pela ordem e segurança da população, cabia-lhe a fiscalização dos trabalhos nos campos; e, como essa fiscalização era de grande importância para a Fazenda Pública, absorvia a maior parte da actividade dos efectivos da Polícia, espalhados pelas aldeias em pequenos grupos de dois ou três guardas cada.

Designado para o cargo de governador-geral, em 1946, o sr. dr. José Ferreira Bossa reconheceu, perante a gravidade dos acontecimentos nos territórios vizinhos, a necessidade da criação de um corpo policial com efectivos e atribuições suficientes para enfrentar todos os riscos; e, assim, decretou a reorganização que tão eficiente veio a mostrar-se. Nesse decreto as atribuições da Polícia do Estado Português da Índia eram assim definidas: segurança pública; polícia de trânsito interno; polícia de trânsito externo (Serviço de Polícia Internacional e de Defesa do Estado); polícia judiciária; polícia administrativa e municipal; e identificação civil (que mais tarde transitou para a secção ultramarina do Arquivo de Identificação).

A nova Polícia entrou em actividade no dia 1 de Janeiro de 1947, enfrentando imediatamente graves dificuldades para dominar a situação que começava a ser minada pelas teorias que nos eram enviadas do exterior por conhecidos grupos de agitadores. Apesar de contar quase somente com a boa vontade dos seus componentes, o comandante, que era da altura o sr. capitão Mário José Pereira da Silva, conseguiu restabelecer a ordem e, aproveitando o período de acalmia seguinte, dotar a Polícia do material indispensável à sua missão e melhorar o nível técnico dos serviços.

Esta tranquilidade, porém, logo viria a romper-se em 1953 perante novas tentativas de alteração da paz interna, que a Polícia conseguiu, sem alarde, restabelecer. A situação foi-se agravando, progressivamente, até 22 de Julho de 1954, data do assalto ao enclave de Dadrá que culminou com a morte heroica de Aniceto do Rosário e António Fernandes, dois elementos da Polícia que não sabiam recuar perante qualquer sacrifício.

A Polícia do Estado da Índia teve, a partir de então, de lutar com permanente denodo para enfrentar as continuas invasões de «satyagrahis»; e conseguir neutralizar oportunamente

os desordeiros internos e externos, pon-do em prática medidas de ordem que muito contribuíram para fazer gorar as intenções dos adversários.

Um ano depois, todavia, os «satyagrahis» voltaram a invadir o nosso território, desta vez em massa, exigindo novos sacrifícios do corpo policial, que lutou ardorosa e abnegadamente e conseguiu vencer o ataque. Reconheço da ineficiência deste método de subversão, seguiu-se uma campanha de violência de toda a ordem contra Goa, nomeadamente assaltos a postos policiais e da guarda fiscal,



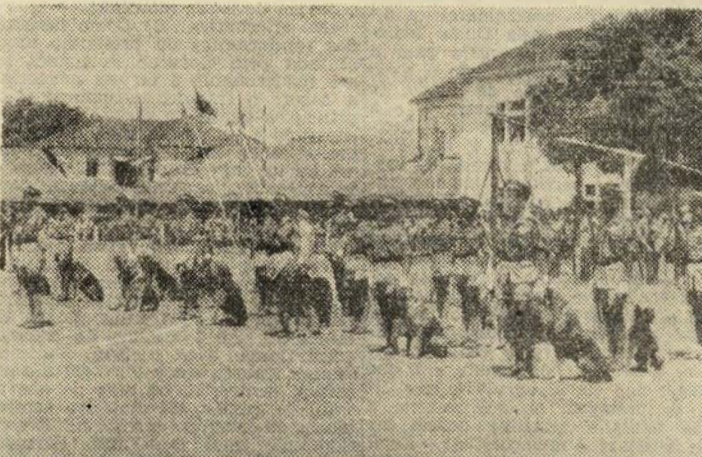
CAPITÃO JOAQUIM PINTO
BRÁS
Comandante-geral da Polícia do Estado da Índia



O sr. ministro da Presidência inaugurando o padrão comemorativo da sua viagem, em Dão



Colónia Balnear da Polícia, na praia de D. Paula

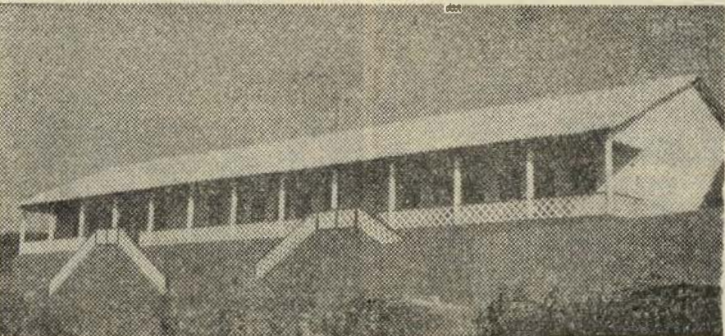


Guardas da Polícia com os cães que colaboram na descoberta e perseguição de criminosos

colocação de bombas nas estradas e obras de arte e destruição de material da indústria mineira. Durante esta campanha foi apreciável o número de elementos da Polícia e o de civis indefesos que perderam a vida ou ficaram mutilados.

A Polícia lutou com todas as suas forças e conseguiu realizar uma acção preventiva e repressiva notável, que veio a terminar, após três anos de extraordinária violência, com um último recontro entre elementos da corporação e terroristas armados na fronteira Norte de Goa.

Em homenagem aos elementos que perderam a vida neste duro período, o comando da Polícia do Estado da Índia publicou um opúsculo denominado «In Memoriam», e um decreto de 1957, concedendo com o grau de oficial da Ordem Militar da Torre e Espada aquela corporação, proclamando os relevantes serviços em que evidenciou, na prática de notáveis feitos, avultado número de elementos das suas fileiras, muitos dos quais morreram em combate ao serviço da Pátria e outros souberam merecer altas e valiosas citações e condecorações pessoais, por actos de indiscutível mérito e rara coragem e bravura, o que tudo denota a existência na corporação de um arraigado espírito de lealdade à Pátria e de acrisolado amor a Portugal e à Nação Portuguesa».

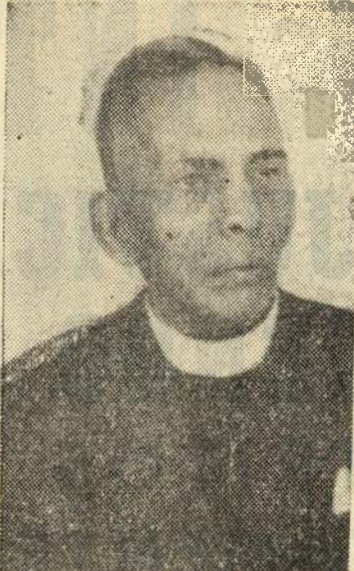


Bloco de seis moradias para guardas da Polícia, no bairro do Alinho (Goa)

A margem desta sua actividade fundamental, e apesar da dureza das missões a cumprir, o comando da Polícia do Estado da Índia interessou-se vivamente pela assistência social aos seus subordinados, em particular os cabos e guardas que vivem com maiores dificuldades económicas.

O comandante da Polícia, o capitão Joaquim Pinto Brás planeou um conjunto de casas de renda económica para os seus subordinados e, mercê de generosas contribuições do comércio, da indústria e de várias instituições, conseguiu já levar a cabo a primeira fase dessa obra excepcional, fazendo erguer noventa e três casas, trinta e seis das quais em Pangim, nove em Vasco da Gama, dezoito em Margão, seis em Mapuçá, seis em Pondá, seis em Damão, doze em Dão e seis em Sanguém.

Cada uma das excelentes moradias, em que, sobretudo, se pensou nos interesses da vida familiar, compreendem sala de jantar, dois quartos, uma sala de estar, cozinha, casa de banho e duas confortáveis varandas. Os terrenos, o custo da construção,



Rev. Castilho Serpa do Rosário Noronha (em cima) e dr. Purvotoma Ramanata Quenin, deputados pela Índia Portuguesa



o transporte de materiais e outros pormenores, tudo importou em mais de seis mil contos, que foram cobertos pelo Governo-Geral, pelo Banco Nacional Ultramarino pela indústria mineira, pela Caixa Económica de Goa, pela Companhia Nacional de Navegação e pelo Patriarca das Índias, que cedeu os terrenos em Pangim. Todas as casas dos bairros são mobiliadas pelo Montepio da Polícia.

Mais cinco mil contos vão ser gastos na já projectada segunda fase desta excepcional obra que recebeu, além de valiosa contribuição monetária, as palavras de carinhoso incentivo e louvor do general Vassalo e Silva.

Para além desta obra, foi também criado há dois anos um Montepio da Polícia, que tem como principais fins a concessão de pensões aos seus sócios e, por sua morte, aos herdeiros, independentemente de outras pensões ou rendimentos a que tenham direito; assim como a missão de construir casas de renda económica para residência dos associados e suas famílias, a quem, igualmente, ajuda quando em difíceis situações financeiras.

O mesmo interesse pela vida familiar dos elementos do corpo policial, levou o comandante Pinto Brás à criação de uma colónia de férias para os filhos dos guardas, situada no maravilhoso sítio de D. Paula. Inaugurada em Maio deste ano, a colónia balnear animou-se já com a alegria e o bulício de dezenas de crianças que criaram ali novas forças e energias. Onde quer que na Índia Portuguesa se encontre um núcleo policial se podem ver ali esses belos aglomerados de casas risonhas e afeitas, de crianças saudáveis e felizes.

Nas aldeias mais pequenas e distantes, onde ainda não existem escolas primárias, os funcionários da Polícia que prestam ali serviço ministraram a instrução primária às crianças mais pobres, de maneira a prepará-las para ingressarem directamente na 3.ª ou na 4.ª classe das escolas oficiais. É uma função inesperada para a Polícia, mas que se integra no princípio de convívio directo com as gentes e a terra, fortalecendo laços que todos unem e muito fazem prever quanto ao futuro da Índia Portuguesa que, no presente, já tanto deve a uma corporação ainda bem jovem.

Pelas actividades que ficam ligeiramente descritas bem merece o sr. capitão Pinto Brás o reconhecimento do Estado da Índia e da Nação em geral. Não só demonstrou uma excepcional capacidade de comando, como completou essa obra com outra em que se revela o carinho pelos seus subordinados e famílias e um sentido humano e cristão bem pouco vulgares.

A corporação da Polícia do Estado Português da Índia é notável; o seu comandante é dela o digno chefe.

A GUARDA FISCAL DA ÍNDIA, CORPO MILITAR DE SÓLIDA FORMAÇÃO, TAMBÉM HERÓICAMENTE SE BATEU NA DEFESA DAS NOSSAS FRONTEIRAS

A Guarda Fiscal do Estado Português da Índia é uma corporação que em tudo merece também o reconhecimento do País. Criada em 4 de Abril de 1946 organizou-se em 1 de Janeiro do ano seguinte como corpo armado, muito embora de natureza civil. Comandada por um oficial do Exército de parente não superior a capitão, coadjuvado por um oficial subalterno, em caso de necessidade poderia ser posta à disposição da autoridade militar, como efectivamente veio a acontecer em Agosto de 1954. Apesar do seu reduzido efectivo, tanto em oficiais (apenas dois) como em graduados (somente quatro chefes) a Guarda Fiscal manteve sempre nos distritos de Goa, Damão e Diu, até 1954, sessenta e cinco postos em funcionamento, quase todos instalados na fronteira terrestre.

Com guarnições que em cada posto variavam entre três e seis homens, estes souberam opor-se sempre às ameaças e acções de que constantemente eram alvo, por parte do inimigo vindo do exterior, e em tudo revelando verdadeiro espírito de sacrifício, de abnegação e até de heroísmo. De 2 de Agosto a 30 de Outubro de 1954 a Guarda Fiscal foi enquadrada nas forças militares, cujo comandante manifestou o seu grande apreço, no conjunto, pelos serviços dos elementos daquela corporação, distinguindo uns e propondo louvores a outros. Com grande carência de meios e de instalações, e duas viaturas apenas para todo o serviço, a G. F. mantinha em estreita ligação todos os seus postos que, incumbidos de resistir e de informar sobre tudo o que respeitasse a vigilância das fronteiras, conservavam, contudo, uma elevada força moral.

As actividades dos terroristas idos da União Indiana começaram a intensificar-se em 1955 com assaltos aos postos fiscais, por grupos bem armados que os pretendiam dinamitar e eliminar as guarnições. Mas estas defenderam-se sempre, contra-atacando com o maior vigor.

Desde o memorável dia 14 de Agosto de 1954, na linha de postos de Palár, deu Fiquirpató, Chandel, Anconém, Ibrampur e Salém, a Guarda Fiscal evitou, com nítida compreensão dos seus deveres militares, que elementos inimigos se internassem no nosso território e que numerosos grupos de terroristas, que chegaram muitas vezes a transportar a nossa fronteira, conseguissem levar a cabo os seus intentos destruidores; e outros factos de bravura e de heróicidade daqueles pequenos grupos de guardas foram dignos de registo, conforme consta de ordens de serviço do comandante-chefe das forças armadas. O assalto a Ravona, na noite de 18 de Março de 1955, levado a efeito por um numeroso e bem municiado grupo de terroristas, que não conseguiram dominar os três guardas fiscais do posto, os quais apenas dispunham de três espingardas e três pistolas e mesmo assim rechaçaram o inimigo ao cabo de algumas horas de luta; a emboscada de 16 de Janeiro de 1956, em que foi assassinado o chefe da guarda fiscal Adam Can, que, mortalmente ferido, impôs aos seus dois companheiros que o abandonassem e evitassem a morte também — como tantos outros episódios de que a Guarda Fiscal foi protagonista, criaram à corporação uma justa aureola de dedicação à Pátria e de nobre espírito de sacrifício e de heroísmo.

Nesse ano de 1956, em consequência das ameaças de novas actividades dos terroristas nas zonas da fronteira, foi o efectivo da Guarda Fiscal aumentado com um oficial e 109 unidades do Exército metropolitano. Superiormente atribuído um sector de defesa à G. F. em Março de 1957, organizou-se o mesmo, com sede em Pernam, a cobrir todo o concelho e parte do de Bicholim ficando enquadrado no Agrupamento «Alfonso de Albuquerque» do Exército metropolitano. Suplemento de Cobertura n.º 1. A eficiência que a Guarda Fiscal revelou em mais esse encargo também foi superiormente apreciada e louvada.

Os actos de devoção à Pátria, pelos pequenos efectivos dos postos, cumpriram com o feio de extraordinária valentia e coragem praticado em combate, frente ao inimigo, para defesa da sentinela vigilante que era o posto de Anconém; acto de verdadeiro heroísmo e característico do aguerrido soldado português. Por isso o sr. ministro da Defesa Nacional enviou, então, ao governador-geral — que era ao tempo o saudoso e ilustre general Édouard Guedes, a seguinte mensagem:

«Muito orgulhoso pelos factos relatados envio a V. Ex.ª as minhas maiores homenagens pelo feito praticado, o que peço transmita à corporação da Guarda Fiscal da Índia, na pessoa do seu comandante. Neste seu primeiro contacto com o inimigo, a corporação da Guarda Fiscal mostrou a sua larga preparação moral e o seu espírito de resistência e sacrifício, em alto grau, que me apraz registar, fazendo votos para que as excelentes qualidades militares, agora reveladas, perdurem e se desenvolvam».

A esta mensagem seguiram-se louvores, condecorações e promoções por distinção de elementos da Guarda Fiscal: tenente Pedro António Augusto Calapez Correia, 2.º sargento António da Silva Ferro, soldado David Gomes Vieira, guarda da Jacub Agá, 1.º cabo Bento da Silva e Manuel Marques de Sousa, e guardas Roque Monteiro, Usman Can Corol, Esvonta Nalque, Pundolca Ranto, Esvonta Ruencar, Vamona Nalque, Grisná Gaunco, Ramchondra Sainito, Aires Vasco de Sousa, Soid Maneod Abá Gomá Tonco, Xequé Mamod, Xequé Umor, Xambá Gaunco e João Climaco Marcal Rodrigues.

Foi no comate de Anconém que um terrorista, empoirado numa árvore, assassinou com um tiro o bravo tenente miliciano de Infantaria, Jean Marie Filliol de Raimond.

A Guarda Fiscal, cujos efectivos actualmente se compõem de 500 homens, foi recentemente estruturada com mais característica militar e dotada de meios materiais convenientes.

Há muitos anos que é seu comandante o sr. capitão de infantaria, Joaquim M. da Costa Macedo, oficial distinto que à Guarda Fiscal tem dado uma organização sólida, tanto no ponto de vista moral como no militar, e que também alguns recontros com os terroristas romou parte, revelando o seu valioso pessoal e capacidade de comando.



O governador-geral entregando ao capitão Costa Macedo, comandante da G. F., a nova bandeira, em 5 de Janeiro de 1960



Residência de um chefe de posto da G. F., em Aileu



estão já a ser alargadas e reparadas convenientemente.

EXPANSÃO DO GOÊS NO MUNDO

REVELOU EM TODOS OS TEMPOS E EM EXPRESSÕES ADMIRÁVEIS

O ESPÍRITO, O SENTIMENTO E A CAPACIDADE DOS PORTUGUESES DA ÍNDIA

«Povo de escassas 600.000 almas, perdidas na multidão de 400 milhões de seres que povoam o subcontinente indiano, e possuindo — sobretudo o elemento cristão — uma especial mentalidade, resultante da sobreposição do espírito europeu sobre o indiano e com uma cultura inspirada na velha civilização latina, forma como que uma unidade espiritual e uma comunidade social diferente do resto da Índia».

«600 mil goês — escreve o prof. P. Gregório da Costa no seu excelente trabalho «A Expansão do Goês pelo Mundo», a que nos reportamos para estas breves notas — dos quais cerca de 200 mil emigraram para as sete paragens do Mundo, imbuídos do espírito de aventura e de expansão, próprio dos portugueses, pois que foi com eles e nas suas naus que começaram a emigrar para terras de além — mas acabadas de conquistar ou ocupar, quer terras da África, quer do Extremo Oriente».

São conhecidos alguns famosos nomes de goês cuja acção ficou gravada na história em páginas impressivas. Entre eles o padre José Custódio de Faria, que viveu vinte anos na capital francesa, onde foi importante elemento revolucionário em 1793 e publicou o importante tratado «De la Cause du Sommeil Lucide», hoje unanimemente reconhecido como a verdadeira doutrina dos fenómenos do hipnotismo. Outro goês, Ernesto José Soares, de Salvador do Mundo, recebeu em Inglaterra, o título de «estre» e foi «junior Lord of Treasury», ocupou outros altos cargos e foi deputado várias vezes e membro do Parlamento. Muitos médicos e advogados da Índia Portuguesa se especializaram e praticaram na Inglaterra.

Em França, além do já citado Abade de Faria (que terá servido a Dumas para modelo do seu conhecido personagem), Francisco Luís Gomes foi recebido na Sociedade dos Economistas de França, junto com Gladstone, o grande economista britânico.

Muitos médicos do Estado da Índia Portuguesa se formaram em França, mas o contributo da Alemanha foi igualmente grande. Mas, neste país, o goês que mais se distinguiu foi, sem dúvida, Gama Pinto que conquistou a rara posição de professor agregado na conhecida Universidade de Heidelberg, na Bélgica, na Áustria, na Suíça não é difícil encontrar nomes goês nos diplomas das Universidades.

Foi a Itália, naturalmente através da Faculdade de Teologia de Roma que formou aquele que seria, depois, o primeiro bispo goês, D. Mateus de Castro, natural de Divar, bispo de Grisolópolis, Os Estados Unidos da América do Norte também formaram muitos goês. O mais conhecido de todos eles é o médico dr. José Paulo Lobo, que teve como superior em Lisboa, foi senador pela Índia, governador civil de Portalegre, e regressou aos Estados Unidos, fundou a Casa de Portugal e o jornal «Luso-Americano», em Newark. Famoso o notável oncológico Torquato Monteiro, que fez parte da expedição norte-americana ao Nepal, em 1948. No Brasil, entre muitos outros, Bernardo Peres da Silva, o primeiro deputado da Índia às cortes de Portugal e paladino do liberalismo foi muito conhecido, assim como dr. Artur da Gama, então presidente da câmara daquela cidade, enquanto outros goês foram vogais do Conselho Legislativo, professores universitários e de outras escolas, magistrados, engenheiros, arquitectos, etc.

De citar com particular relevo o nome de Beatriz de Meneses Bragança, que, começando as suas pesquisas sobre vitamina K no Instituto Haffkine, obteve uma bolsa de estudo no Canadá, onde se doutorou em Bioquímica na Universidade de McGill, e dedica-se ao estudo dos efeitos da pectina de cobra no organismo humano e os meios de a combater.

Nas províncias de África, desde o obscuro comerciante, pioneiro da penetração no sertão africano, e que por vezes se cafreizava, desde o soldado, o modesto funcionário até o oficial, o médico, o magistrado e o militar, são milhares de goês que servem à Nação nesses climas insóportáveis, sacrificando não poucas as suas vidas, vítimas de doenças endémicas ou tombando nos campos de batalha, ao serviço da Pátria, escreve o prof. Gregório da Costa, no citado trabalho.

Como pioneiros devem referir-se Pedro Caetano Pereira, que se tornou, mercê da sua grande influência, régulo do império Makanga; Gonçalo Caetano Pereira e seu filho Manuel Caetano Pereira, guias da malograda expedição do dr. Lacerda, incumbido de verificar a possibilidade de comunicação, entre as duas costas de África; Manuel António de Sousa, que dominou os povos de Barú e Gorongosa, e tantos outros.

Muitos goês foram governadores de distrito, enquanto o desembargador Celso Gonçalves foi governador interino de Angola. Cupido de Andrade foi, por mais de uma vez, governador-geral de Moçambique, o coronel médico Benito da Costa foi em S. Tomé e Príncipe.

D. José Celso Gonçalves foi prelado de Moçambique e tem os pais de Goa a si ficarem fechados, escreveu em 1891 o bispo de Angola.

Na própria Metrópole, têm sido muito elevados os cargos ocupados por naturais da Índia Portuguesa. Deputados, políticos, professores de cursos superiores (como Roberto Aries, Bruto da Costa, Ciriano da Costa, Cunha Gonçalves, Mario Cordeiro, Froilano de Melo e Aires de Sousa); professores do Ensino Técnico e Secundário, oficiais do Exército e da Marinha (como o contra-almirante Hopper Clemente Gomes, os generais José Vicente Godinho, João de Bettencourt Rodrigues, Quadros Flores, Marciano Pinto), médicos, advogados e magistrados, engenheiros, sacerdotes, e tantas outras profissões, todas foram ocupadas por goês.

D. Luís de Castro, conde de Nova Goa, foi ministro das Obras Públicas e professor do Instituto Superior de Agronomia. Francisco Luís Gomes, Conde de Roque da Costa, João Gonçalves, Alberto Xavier, Cristóvão Pinto, Gonçalo Pinto, Ludovino de Mesas e muitos outros foram ou são conhecidos como excelentes jornalistas.

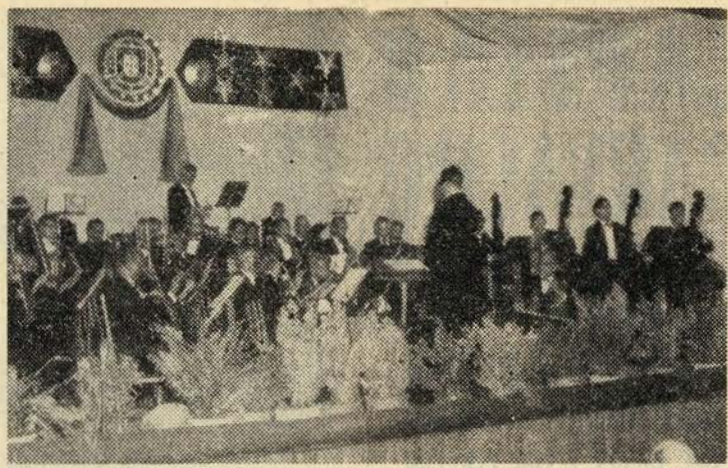
Indianos que há quatro séculos viam apegados aos seus puranas, aos seus vedas e aos seus ritos e que, centralizados por Portugal, desde o século XVI, refreavam as suas mentes e as suas almas, se adaptaram e integraram facilmente, em países de mais alta civilização, e nas mais diversas latitudes. Toda uma legião de homens prestantes, ao serviço da Humanidade e do prestígio de Portugal no Mundo.

Baseado numa melancolia a duas dimensões, o folclore goês possui o colorido impar das alegrias orientais sublinhado por um subjectivismo telúrico de origem ligeiramente ocidental. E que nas duas dimensões de que falamos, se potencializam a melancolia suave do Dulpodam local e o nostálgico realismo do nosso Fado. Embora de características essencialmente indianas, as canções goês não podem furtar-se, sem dúvida alguma, a uma influência prodigiosa e aprofundada por um contacto quanto possível directo. Esse contacto, revelado por séculos e séculos de consanguinidade, de aproximação radicada por estreitamento social e humano, acabaria, forçosamente, por insuflar no folclore nativo algumas particularidades indissolúveis, levadas pela gente da Metrópole. Se os territórios de Goa, Damão e Diu, pela distância no tempo, foram sempre parcela integrante do território português, não o são unicamente e, após quatro séculos, apenas por significado histórico. Não talhamos, com certeza, a ideia de uma linha metafísica se afirmarmos que o sentimentalismo de um povo pode tornar-se interpretativo noutro povo — apesar embora os milhares de quilómetros que os separam. Se os acontecimentos através da História e a humanidade de uma aliança indefectível — concretizada por esses mesmos acontecimentos — se realizam numa vastidão singular, claro que, em todas as manifestações, acabam por deparar-se semelhanças, e semelhanças nunca ocasionais — antes, pelo contrário, enraizadas na mais clara das absorções por natureza, das absorções por ordem sentimental, nas quais cada um dos povos viu maneira de transmitir um pouco da sua própria personalidade. No folclore, na arte, na língua, na religião e nos princípios.

Mas nós, distantes e incompativelmente informados destas razões, vamos apresentar um libelo de convicção fundamentalmente goês, um testemunho colhido ao vivo, irrefutável e competente, acerca do folclore da Índia Portuguesa. Referimo-nos ao livro do dr. António Mascarenhas, denominado precisamente «Folclore de Goa», publicação recente do Centro Cultural Goês, em Lisboa.

Livro de ensaio — se nós é permitido classificá-lo — escrito com a fulgurância de uma pena brilhante, «Folclore de Goa» oferece-nos, nas suas 78 páginas, uma descrição profusa e latente. Excelentemente documentado, o autor relança num ápice, com maravilhoso acrescento de pormenores, através das características do Dulpodam ou canção goês, com páginas dignas de uma antologia.

Ocupamo-nos numa passagem do seu livro: «O folclore goês possui, no entanto, uma série de melodias que o espírito popular compreende bem e que podem ser cantadas mesmo sem tempo, sem ritmo. A finalidade não é a compo-



Orquestra Sinfónica de Goa, regida pelo maestro António de Figueiredo

A MÚSICA NA ÍNDIA REVELOU MUITOS E NOTÁVEIS ARTISTAS, ALGUNS DOS QUAIS CONQUISTARAM FAMA INTERNACIONAL

No campo musical, não falando já nas danças e nos cantares do povo, a Índia Portuguesa, especialmente Goa, é bem conhecida em todo o Mundo, através das magistrais actuações de músicos, cantores e artistas indo-portugueses que se espalhavam pela Europa e por toda a Ásia.

A cultura musical é uma das mais acessíveis ao goês, por natureza poliglota e sensível à influência da música, e não é difícil vê-lo tomar parte, e até mesmo dirigir, as mais famosas orquestras e conjuntos musicais do Oriente, desde Hong Kong e Singapura até à Índia, ao Golfo Pérsico ou em qualquer região da África inglesa.

Designados naturalmente por «italianos do Oriente», os goês são os principais animadores de «clubs» nocturnos, «hotels», «bars» e hotéis de toda essa parte do Mundo.

Vem de muito longe essa tradição e logo à sua chegada à Índia os portugueses assimilaram facilmente os ritmos orientais, e sob a orientação da Igreja, nas escolas oficiais onde as crianças indo-portuguesas iniciavam a sua instrução, a música era disciplina obrigatória, uma sólida base para a educação infantil. Dessas escolas surgiram excelentes cantores e notáveis maestros e solistas de violão.

Esse espírito manteve-se até aos nossos dias e, actualmente, só em Bombaim, há pelo menos três quartetos de câmara, tanto moderna como clássica, alguns deles constituídos por amadores que actuam por simples prazer. Para atender a esta necessidade espiritual do goês foi necessário fundar, na última década, uma Escola de Música e uma Academia Musical, com cursos regulares de música vocal e instrumental.

O goês não fica limitado à música oriental, assimila facilmente os ritmos ocidentais e, por vezes da junção destes dois tipos tão diversos, consegue alguns dos seus mais belos e harmoniosos trechos. Exemplos são o «Duni» ou bailado do Corão, uma canção e dança sequência do Konkani, com fundo folclórico regional, e mais acentuadamente ainda, o «mandão», em que resalta a influência celta, característica do povo português, com os seus sentimentos de nostalgia, o amor à terra natal, as fatalidades desilusões amorosas. Um género musical não muito diverso do fado.

O «Canavai», com os seus três dias de animados festejos, é o pretexto para o aparecimento de novas canções sempre interpretadas pelos melhores compositores e cantores e que se revelam, também, através de inspirados motivos de bailado.

Os dois grandes estabelecimentos de ensino musical são, como dissemos, a Academia de Música de Goa, de que é director o maestro António Furtado de Figueiredo, e a Escola de Música, dirigida por Fr. Camilo Xavier.

A primeira tem um curso especializado, com direito a diploma, e o seu curso de treino dura cinco anos. A segunda tem um curso elementar de música e é o centro musical mais activo em Goa. Ambas apresentam regularmente programas musicais, dando a segunda um concerto mensal, em que tomam parte alunos, professores e artistas reunidos.

Alguns dos intérpretes indo-portugueses têm nome de relevo na vida musical internacional. Deve citar-se o maestro António Furtado de Figueiredo, nascido em 1903. Evidenciando grande inclinação musical desde muito novo, começou a estudar na sua aldeia natal de Leutim, frequentando, mais tarde, o Conservatório Nacional de Lisboa, com mestres como Ivo da Cunha e Silva, Venceslau Pinto e Luis de Freitas Branco.

Professor de canto coral no Liceu de Goa desde 1934, esteve em Paris, como bolsista do Instituto de Alta Cultura, onde melhor firmou a sua técnica de orquestra sob a orientação de Eugène Rigot e frequentou a Academia de Chingiana de Sienna, na Itália, sob a direcção de Paul Van Kampen. Foi, durante muito tempo, em Lisboa, director da Orquestra Sinfónica da Emissora Nacional.

Novamente na Índia Portuguesa, organizou e regiu a Orquestra Sinfónica de Goa, que deu, com enorme êxito, o seu primeiro concerto em Fevereiro de 1952. A sua colaboração para as celebrações do 4.º Centenário da Morte de S. Francisco Xavier, em Dezembro daquele ano, ficou assinalável. Um ano depois foi nomeado director da Academia de Música e tem sido, desde então, director da Orquestra Sinfónica de Goa, apresentando notáveis programas.

Dominic Pereira é outro notável maestro e solista de goês. Seu pai, que foi conhecido violinista, introduziu as primeiras noções musicais e, mais tarde, estudou sob a orientação de célebres músicos como Edward Behr e Leopold Pemmnylav e foi o primeiro, na Índia, que alcançou o diploma da Real Escola de Música de Londres.

Durante largos anos foi maestro e solista de violão na Orquestra Sinfónica de Bombaim, director da Filarmónica Coral e da Sociedade Orquestral de Bombaim. Fundou o quarteto da estação emissora de rádio de toda a Índia, tendo recebido, por esses altos serviços, a medalha de ouro do governador de Bombaim. São inúmeros os seus sucessos em concertos na Índia, em Ceilão e em Goa.

Micail Martins, tão bom compositor como violinista, pertence à geração mais nova de artistas goês. As suas composições versam sempre temas goês e são muito conhecidas

A EMISSORA DE GOA ENTROU NUMA FASE DE EXPANSÃO EFICIENTE E SURPREENDENTE

GRAÇAS À INTELIGÊNCIA E DINAMISMO DO SEU DIRECTOR

A Emissora de Goa resultou da oferta de um pequeno emissor, feita pelo sr. João Ferreira Martins, Inspector do Serviço de Fazenda, aposentado, e que um grupo de entusiastas aproveitou para a transmissão dos primeiros programas de rádio em Goa. A primeira expedição saiu no dia 28 de Maio de 1946, e, em Julho do mesmo ano, o sr. governador-geral, dr. José Ferreira Eanes, oficializou a existência da Emissora de Goa, em fase experimental, pela Portaria n.º 4.255. Pela Portaria n.º 4.255, de 8 de Novembro de 1946, foi autorizada a concessão de

das mais completas estações do seu género no Oriente.

A Emissora de Goa trabalha actualmente com um emissor com duas ondas curtas, de 10 Kw, nas bandas de 31 e 49 m, e um emissor de onda média, de 5 Kw, programado para a transmissão de um programa diário de 14 horas, em sete línguas — português, concanin, inglês, marata, guzerate, hindi e urdu — programação destinada à população dos distritos de Goa, Damão e Diu — à União Indiana (principalmente as regiões de Guzerate, do Concan e do Decão). Paquistão Ocidental (sul). Ceilão, e outros países do Médio Oriente.

Estão já montados dois novos emissores de ondas médias de 25 Kw, que poderão funcionar em paralelo, e se destinam a cobrir com maior poder de audição as zonas servidas actualmente pelo emissor de onda média de 5 Kw. Encontra-se também montado, em serviço, em regime experimental, um emissor de ondas curtas de 50 Kw, com antenas direccionais — uma dirigida à Metrópole e outra ao Médio Oriente; outra dirigida ao Extremo Oriente, cobrindo Macau e as áreas da Formosa e Filipinas; e uma terceira dirigida a Lourenço Marques, cobrindo a África Oriental Indiana, a província de Moçambique, Madagáscar e a África do Sul.

Prevê-se que estes novos emissores possam em funcionamento diário, em princípios do próximo ano, permitindo que a Voz de Goa, uma voz de Portugal na Índia, se escute em grande parte dos continentes europeu, africano e asiático.

No projecto de programação para 1961, a entrar em vigor quando estiverem terminados os trabalhos de ajustamento de antenas e de emissões experimentais dos novos emissores, conta-se com maior número de horas para todos os programas

nas sete línguas, e ainda com programas especiais, em desdobramento em português, para as províncias portuguesas da Europa, África, Extremo Oriente e Oceania; em concanin, e em inglês para o Médio Oriente, África e continente asiático, que somarão mais de 24 horas de emissão diária.

O edifício onde estão instalados os estúdios, os serviços de produção, distribuição, e oficinas de secretaria e de direcção, está a sofrer uma profunda remodelação, tanto interior como exteriormente. Também os serviços estão sendo remodelados na sua organização e aprofundados com novos meios de trabalho, de forma que a programação geral e o serviço noticioso correspondam aos meios técnicos que a Emissora de Goa irá dispor no próximo ano.

Nos poucos meses que já leva no exercício do seu cargo, o sr. governador-geral, dr. José Ferreira Eanes, tem o com a transformação do edifício e o estreitamento conveniente da Emissora de Goa, tem o sr. D. João de Mesquita promovido a melhoria dos programas e a emissão, não só nos estúdios, como em salas de espectáculos de Goa e de importantes sedes de condeados dos três distritos da Índia Portuguesa, de actores artísticos de renomeada categoria. Ainda há pouco alcançou, um êxito brilhante o Oito Harmonia da Emissora Nacional, e outros grupos estão já convidadas ou convidados para os meses mais próximos.

Realiza-se assim uma acção magnífica de aprofundamento da população e de elevação do seu nível cultural e artístico.

Até agora, os reforços de dotações que lhe são solicitados, tem o sr. governador-geral, reafirmado um sério interesse também pelo desenvolvimento da acção da Emissora de Goa.



D. JOAO DE SOUSA DE MACEDO (MESQUITELA) Director da Emissora de Goa

tonomia administrativa e financeira. E, como consequência, pelo Diploma Legislativo n.º 1.226, de 25 de Maio de 1948, a Emissora de Goa passou a funcionar com autonomia administrativa e financeira, mas integrada nos serviços dos Correios, Telégrafos e Telefones. Poucos dias depois, o encarregado do governo-geral, ao tempo o sr. comandante Quintanilha Mendonça Dias, decidiu a inauguração oficial da Emissora de Goa, em regime experimental.

Em 3 de Novembro de 1949 foi aprovado o primeiro orçamento da Emissora, no qual se incluía o subsídio do Estado de 40.000 rúpias. Por Diploma Legislativo n.º 1.879, de 3 de Fevereiro de 1950, a Emissora de Goa foi desanexada dos serviços dos Correios, Telégrafos e Telefones, passando a constituir um organismo de radiodifusão do Estado, com autonomia administrativa e financeira e dotado de personalidade jurídica.

Por Diploma Legislativo n.º 1.983, de 8 de Abril de 1950, foi criado o cargo de director da Emissora de Goa, sendo investido nessa função o sr. D. João de Mesquita (Mesquitele).

A Emissora tem hoje ao seu serviço mais de setenta funcionários, de diversas categorias e especializações — mecânicos, hindus e cristãos, entre estes dois metropolitanos.

Com a entrada do sr. D. João de Mesquitele para o cargo de director, a Emissora de Goa recebeu um novo impulso. Homem inteligente e dinâmico, que há meses percorreu, em viagem de estado, os principais centros de radiodifusão europeus e, consequentemente, da Emissora Nacional de Lisboa, através dos seus serviços técnicos, uma prestável colaboração, o sr. D. João de Mesquitele está a realizar, com o apoio e a inteira confiança do sr. governador-geral, uma obra de grande eficiência, que tornará a Emissora de Goa uma



Emissoras de Bombolim, da Emissora de Goa

A POESIA NA ÍNDIA PORTUGUESA —TEMAS INFINITOS, MAS QUE PERTENCEM AO DRAMA CORRENTE DA VIDA

A poesia do povo goês é um fenómeno colectivo. É certo que todos os grandes poetas, em qualquer parte do Mundo, foram os intérpretes ideais dos sentimentos dos seus compatriotas: mas a verdade é que a poesia — embora elingua materna da Humanidade, como lhe chamava Teixeira de Pascoas — é um fenómeno pessoal e subjectivo.

Não assim na Índia Portuguesa. O folclore local constitui uma selecção onde a sabedoria colectiva, o aspecto proverbial, o critério típico, as normas tradicionais e os valores herdados, se conservam num verso ou num poema menor. Os seus temas são infinitos, mas pertencem ao drama corrente da vida. E a poesia que se adapta à humanidade.

Os «Khells» formam uma instituição aldea com o fim de cultivar o homem e a inteligência social. São espectáculos de grupos de amadores, com uma exuberante vivacidade, que vagueiam pelas aldeias em certas estações e tocam em frente das casas das mais importantes famílias do lugar. O seu repertório compõe-se de farsas e melodramas e representa um comentário corrente aos acontecimentos quotidianos. Velhos temas e elementos tradicionais figuram também, sempre nesses poemas, uma espécie de poesia épica que entesoura a história da família.

Por outro lado, os «dulpodams» são canções, com a sua métrica e o seu ritmo e formam uma espécie de antologia de panfletos, líricos, surgidos por um processo de cristalização dirigida pela inspiração prática.

Muitos deles são canções de amor e contém um testemunho sociológico além do encanto lírico da sua poesia, sendo denominados mandos, espécie de baladas em que a vida familiar é cantada mais do que os desvalores do amor delituoso. Uma canção alegre de amor feliz. Sobre eles escreveu Tomás Ribeiro que eram «música linda, suave simpatia, repassada de sentimento».

Um dos mais belos exemplos de «mandão» é este «Santos bhogta ré jivakos»:

Oh! como me sinto feliz!
A luz que invade a casa
Enche a minha alma!
Agradecemos a Deus
Nossa felicidade.
De mãos erguidas
Oremos ao Senhor!

Deixamos a vida solitária.
A bênção do sacerdote
Unindo nossos corações
Purificou nossas vidas.

Chieira a fasmim e a mogrim
Deus abençoe o nosso lar!

Deixamos a vida solitária.
A bênção do sacerdote
Unindo nossos corações
Purificou nossas vidas.

Chieira a fasmim e a mogrim
Deus abençoe o nosso lar!

Deus santificou
Nossa união!
Vamos viver felizes
Um e outro
Sempre unidos, sempre unidos!

Chieira a fasmim e a mogrim
Deus abençoe o nosso lar!

Oh! como é delicioso este perfume!
Como cheiram os fasmims
E mogrims!
Deus abençoe o nosso lar!

Chieira a fasmim e a mogrim
Deus abençoe o nosso lar!

A respeito dos «dulpodams» escreveu Nita Lupi: «Em toda a música folclórica estão retratadas as características que definem os povos, as suas tendências, a sua psicologia e o grau da sua cultura... A música tradicional é o ponto capital para o historiador que pretende retratar a expressão nítida das épocas através da força inesgotável da arte musical dos países».

Excelente exemplo desta poesia-documentário é «Arso dantonim ghevunums»:

Sou vaidosa!
Sentada à janela
Meus cabelos penteio,
Ao espelho me vejo,
Meu rosto admiro...
Minha mãe aí vem
Fazer minhas tranças;
Minha irmã aí vem
Fazer os meus laços...
Oh, como estou vaidosa
Sentada à janela...

Estas duas formas da poesia goês reflectem a alma de um povo, uma forma tradicional que explica o fácil entendimento com o português, pois embora os seus temas sejam praticamente infinitos, pertencem apenas ao drama corrente da vida. «E — como afirmam a dr.ª Maria da Paz Cabrita de Barros Santos e Jesulino de Noronha no seu livro «Poesia do Povo Goês» — poesia que se adapta à humanidade. «As suas canções ajudam-nos a gozar a graça e o humor da vida, a rir das suas frotas, aplaudir o seu heróismo ou sorrir da sua ingenuidade, deplorar um hábito da sociedade ou caricaturar contratempos líricos». Isto quanto ao «dulpodam», pois quanto ao «mandão», aqueles autores escrevem: «Não há qualquer mancha de verlanismo no nosso mandão. Nem mesmo fatalismo, embora a rapariga, de coração desfeito algumas vezes, solicite por causa do destino cruel, mas sem sérios pressentimentos astrológicos. Acima de tudo é digno de nota que o amor no nosso «mandão» é demasiadamente humano para se confundir com a hipocrisia trovadoresca mascarada de romance».

Populares hindus exibindo-se numa das suas danças

NA ECONOMIA DO ESTADO DA ÍNDIA TEM POSIÇÃO DE GRANDE PREPONDERÂNCIA A JUNTA DO COMÉRCIO DE EXPORTAÇÃO CUJA ACÇÃO TEM SIDO NOTABILÍSSIMA

O organismo de maior preponderância na vida económica do Estado Português da Índia, pelas responsabilidades que lhe cabem e pela acção extensa e profunda que desenvolve, é a Junta do Comércio Externo que, por diploma de 28 de Dezembro de 1959, assinado pelo sr. governador Vassalo e Silva, substituiu a Junta de Importações e Exportações da Índia, que vinha de 1948. São duas as suas finalidades principais: coordenação das actividades relacionadas com o comércio externo e abastecimento público. Todavia, outra se apresenta maior: em toda a actividade da Junta, a mobilização de todos os recursos disponíveis para o bem e integral cumprimento de normas conducentes a um crescente grau de prosperidade económica.

No que respeita à importação e actividade da Junta desenvolveu-se em dois aspectos fundamentais: licenciamentos e «controle» cambial. A seguir aos acontecimentos de natureza política de 1954 e em sua consequência, processou-se no comércio local uma fase de desenvolvimento das suas relações com os mercados fornecedores do exterior, em escala que excede o movimento anteriormente verificado, com tendência para um progressivo aumento. Também circunstâncias económicas de ordem interna, geradas pelo desenvolvimento da indústria mineira, contribuíram para que o ritmo das importações se mantenha com a sua actual feição, reflexo natural de um saudável aumento do poder aquisitivo dos habitantes da província. Os números seguintes, do último triénio, provam o que atrás se diz: em 1957 as importações atingiram 810 502 462 76, em 1958,

brar que essas exportações, de 14 toneladas apenas em 1947, atingiram 1247 272 toneladas em 1954 e, sempre crescendo, se aproximaram dos quatro milhões no ano passado.

Os outros produtos de exportação têm-se movimentado em ritmo pouco célere, a despeito dos esforços desenvolvidos com vista à sua maior valorização. A castanha de caju é, a seguir aos minérios, o mais importante produto de exportação, e o seu incremento é motivo de constantes preocupações. Nas outras exportações pode efectivamente afirmar-se que as perspectivas são encorajadoras. As tentativas e os estudos feitos para valorizar os produtos de exportação, presentemente de pouco valor comercial, e as medidas adoptadas para garantir o minério, actual fulcro de toda a economia goesa, corresponderão resultados que a seu tempo justificarão as previsões agora feitas.

De acordo com o que a lei lhe impõe, relativamente à regularidade do abastecimento das populações, a Junta do Comércio Externo continua a importar directamente o arroz e o açúcar, conseguindo assim manter a uniformidade e o equilíbrio dos preços no mercado interno. Para o abastecimento dos distritos do Norte (Damão e Diu), onde a Junta mantém as suas delegações, além dos dois géneros referidos são importados outros, como a melancia e a manga, cereais que constituem a base da alimentação da população. Os produtos de exportação, como o açúcar, o óleo de amendoim, semente de algodão, combustíveis e outros artigos não importados pelos comerciantes locais. Por outro lado, para suprir a escassez de carnes frescas, mantêm-se permanentemente nos seus frigoríficos uma

preço de 12500 o candil. Tal providência beneficiou os produtores, que obtiveram um preço bastante compensador, e proporcionou aos agricultores e proprietários uma oportunidade de estruturarem os seus pomares e campos de cultura com sal entregue no local a preço muito acessível. Com o fim de dar à indústria da castanha de caju os meios necessários para uma laboriosa e contínua, a Junta concedeu 12 000 contos de empréstimo a quase todos os industriais e habitantes de importância. Aos industriais de conservas alimentícias também a Junta concedeu empréstimos tendo em vista o progresso da indústria e quanto às pequenas empresas, a Junta apoia a indústria importando o fio de algodão de que ela necessita e vendendo-o a preço ou a crédito, segundo as possibilidades dos industriais.

No fomento agro-pecuário a acção da Junta teve em 1959 a seguinte expressão: 500 contos para aquisição de maquinaria e instrumentos para a mecanização crescente e melhoria dos processos de produção agrícola; 120 contos para a campanha fitopatológica; 280 contos para fornecimento de adubos e sementes aos cultivadores a preços acessíveis; 80 contos para «subsídios agrícolas e hortícolas» 170 contos para um «estábulo-modelo» em Diu; 150 contos para incentivo de novas produções, como a do tabaco em Damão; e 1 500 contos para assistência financeira em obras fundárias de valorização de terras e instalação de gralhas. No fomento social, financiamento de Centros de Bem-Estar Rural; em Guim, 800 contos; em Damão 300; em Diu, 300. E ainda quatro bolsas de estudo, no valor de 72 contos para cursos técnicos superiores e um prémio de três contos para o melhor aluno finalista do Liceu Afonso de Albuquerque.

Por despacho do governador-geral de 8 de Maio de 1959, foi criado o posto de troca de notas indianas em Poim. Este posto, financiado pela Junta e mantido para defesa dos nossos emigrantes que trabalham na União Indiana, representa uma medida de largo alcance dado que a moeda Indiana, em virtude de recentes acontecimentos, sofreu considerável desvalorização relativamente ao nosso escudo.

Desde 1956 que a presidência da Junta do Comércio de Exportação é exercida pelo sr. major António Areias Peixoto. A larga actividade desenvolvida pelo organismo e que rapidamente descreveremos, documenta bem a inteligência, a competência e a segurança com que o seu presidente dirige o mais importante sector económico do Estado da Índia com o apoio sempre pronto e eficaz do sr. governador-geral. E, em tudo, um elemento de coeservação e de vigor.

Grandes esforços têm sido feitos, em 1959 e 1960, para o desenvolvimento da agricultura

O estudo da evolução económica dos três distritos de Goa, Damão e Diu, não cabe num artigo de jornal. No entanto, pode dizer-se que a economia de Goa evoluiu fundamentalmente na última década, desde que a exportação, representada tradicionalmente por coco, areca, castanha de caju, mangas, bambus e sal, passou a ser constituída, na sua maior parte, pelas minérios de ferro e manganês.

De uma maneira geral verifica-se que melhoraram em certos sectores, as condições económicas da nossa população. Já é regular o nível de vida da maioria das classes trabalhadoras e incontestavelmente melhorou a situação económica das que se dedicam ao comércio e indústria. É certo que esta não se acha organizada em moldes modernos; sociedades anónimas de responsabilidade limitada e cooperativas, existem, porém, umas poucas sociedades e empresas em nome colectivo, por quotas, e outras de espécie mal definida para a exploração de minas, preparação de amendoins, da castanha e de caju, para a exportação, de óleo de coco e fabrico das pinças dessecadas de arroz cordas, capachos e outros artefactos de caju, fabrico de sabões e para transportes colectivos, o que já significa alguma coisa na ordem de uma evolução económica progressiva.

O sector de agricultura propriamente dita encontra-se ainda relativamente atrasado no que respeita a iniciativas privadas e à receptividade por parte dos proprietários, agricultores, cultivadores directos do solo e trabalhadores rurais das práticas aperfeiçoadas do outeiro da terra. E, todavia, o conselho verificar que devido à escassez de mão-de-obra a lavra das várias palmeiras e canavieiras está sendo feita por meios mecânicos, proporcionados pela Repartição de Agricultura e Veterinária em escala crescente, desde que pela mesma Repartição foram adquiridos, nos últimos cinco anos, os tractores com o seu equipamento de charninas, grades, discos, etc., e, após prévios ensaios demonstrativos da sua adaptação às nossas condições técnicas. Vai também aumentando o uso de pesticidas e fungicidas para o combate das pragas e epidemias, por vezes, das culturas. A incidência, porém, destes melhoramentos atinge apenas uma fracção de toda a área cultivada, de sorte que é insignificante o aumento da produção agrícola, condição fundamentalmente pelo regime das chuvas de monção. A distribuição irregular destas chuvas nos últimos quatro anos ora com uma intensidade de precipitação, atingindo mais de três metros nos meses de Junho a Setembro, causando inundações pluviais, ora fazendo em dias seguidos e provocando estiagens parciais, como no corrente ano,

secta consideravelmente a produção de cereais, nomeadamente de arroz, que diminuiu entre 10 a 20 por cento em relação ao normal.

O distrito de Goa tem a área de 361 113 hectares, encontrando-se cultivados cerca de 140 000 hectares e sob o domínio florestal quase 100 000 hectares, existindo também vastas áreas susceptíveis de cultura, embora nem sempre económica.

O distrito de Damão, incluindo o concelho de Nagaravelli, tem a área de 54 670 hectares, sendo destes cerca de 25 000 hectares a área ocupada pelas matas de Nagaravelli. A área total sob cultura de arroz é de 8 728 hectares e a do coqueiro apenas 96 hectares no concelho de Damão. A outra cultura predominante deste distrito é a de caju (tamariz brava), não estando desatendida a sua área.

Os principais produtos importados são: arroz, trigo, fava, feijão, milho, cana, grão, legumes secos, pimenta longa, batata, oco, fruta fresca, hortaliça verde, além de açúcar, farinha de trigo e, ultimamente, a cebola, que há uns vinte anos atrás exportávamos em pequena escala. Há possibilidades naturais para aumentar a produção agrícola das principais culturas atrás indicadas, não só pelo aproveitamento de terrenos incoltos e desaproveitados, susceptíveis dessas culturas, como de rotação unitária mais elevada dos terrenos ora cultivados, nomeadamente de arroz e coco.

Em virtude de campanhas hortícolas efectuadas pela Repartição de Agricultura nos últimos sete anos, tem sido consideravelmente reduzida a importação de hortaliça verde e há possibilidades naturais de se aumentar a produção de caju, cana, cebola e pimenta longa, pelo menos ao nível de satisfazer as necessidades de consumo interno, evitando-se a importação de feijão, cebola e pimenta longa.

Existem possibilidades naturais do desenvolvimento das florestas sob o regime de exploração, conservação e repovoamento das matas que contribua não só para se manter constante o fornecimento de madeira e lenha necessárias para o consumo interno mas também no sentido de que elas exerçam benéfica influência nas condições climáticas do distrito, pelas suas acções física, química, fisiológica e mecânica.

Quanto à agricultura, nos anos de 1959 e 1960, o Governo-Geral orientou superintendente a execução das obras e medidas de defesa e protecção da agricultura, nomeadamente as relativas ao dano causado nos valados das várzeas e nas várzeas situadas nas margens dos rios e vias fluviais utilizadas pelas barcaças motorizadas nos transportes de minério. Tem concedido o compartilhamento do Estado para muitas dessas obras e particularmente as comunicações, mandando em alguns casos executá-las directamente pela Repartição como as de reparação da alameda Nandastolém de Cacora. Regulou o comércio e a indústria da castanha de caju e tornou obrigatória a importação de determinada quantidade de castanha de caju com o fim de manter em actividade permanente as respectivas fábricas de dessecção, assegurando a continuidade da sua laboração. Nomeou comissões, sendo a primeira, para estudar o estado em que se encontram os valados e promover o reforço, alçamento e outras medidas consideradas urgentes para a defesa e protecção das várzeas; e a segunda, que manda pressar a fase de execução as mesmas medidas. Mandou dispensar de determinadas formalidades previstas na lei com vista à concessão de quotas de renda das várzeas inundadas e destruídas pela acção de inundações pluviais do ano final de 1959.

O sr. governador Vassalo e Silva acompanha com o maior interesse o andamento dos respectivos trabalhos, visitando com frequência as aldeias de todos os concelhos, contactando as populações rurais, estudando em locais as necessidades de obras e reparações, inspeccionando a sua execução distribuída pessoalmente na sede dos respectivos concelhos os prémios atribuídos aos agricultores e horticultores, anotando e indicando o que se torna mister fazer em benefício dos agricultores, nada escapando à sua vigilante acção construtiva em prol da colectividade.

Um aspecto do magnífico porto de Mormugão

MAJOR AREIAS PEIXOTO GRANDE IMPULSIONADOR DA ECONOMIA DA ÍNDIA

Outro ilustre colaborador do sr. governador-geral do Estado da Índia é o sr. major António Areias Peixoto, presidente da Junta do Comércio Externo. Possui, a par de viva inteligência, uma capacidade excepcional de trabalho, uma ampla e segura visão dos problemas que é forçado a enfrentar e um conhecimento perfeito do meio e dos homens. Só quem conhece as importantes atribuições da Junta pode avaliar o esforço que o sr. major Areias Peixoto desenvolve, com um dinamismo contagiante, invulgar.

O sr. major Areias Peixoto assentou praça na Escola do Exército em Outubro de 1941; foi promovido a alferes em Abril de 1944; a tenente, em 1947; a capitão, em Agosto de 1951; e a major em Dezembro de 1958. Serviu ano e meio no Comando Militar dos Açores; quatro anos na Escola Prática de Administração Militar. Desde 1945 que presta serviço no Estado da Índia: primeiro, nas Forças Armadas; e, desde 1956, em comissão de serviço, no Ministério do Ultramar, como presidente da Junta do Comércio Externo, e administrador, por parte do Estado, dos Estaleiros Navais de Goa.

Na sua folha de serviços figuram os seguintes louvores: do director do Hospital Militar da Madeira «por, durante o desempenho do lugar de tesoureiro e provisor daquele Hospital, desde 24 de Abril de 1944, lugar que marcou o início

da sua carreira militar, ter evidenciado muita competência, interesse e dedicação pelo serviço, qualidades que, aliadas à sua ponderação e espírito militar, são dignas do maior relevo e apreço»; do chefe do Estado-Maior do Estado da Índia «por se ter revelado um oficial diligente, zeloso e cumpridor dos seus deveres, tendo evidenciado competência profissional e espírito de iniciativa, tanto em serviços próprios da 2.ª Repartição, como na gerência da mesa de oficiais da guarnição da capital»; e «porque, durante o tempo que desempenhou as funções de chefe da 2.ª Repartição, e mormente depois da vinda do destacamento de Moçambique, mostrou sempre, a par de conhecimentos técnicos dos serviços a seu cargo uma apreciável boa vontade e ordenado dinamismo, qualidades em que deu provas de inteligência e dedicado colaborador»; do comandante militar do Estado da Índia, «porque vem a revelar-se de há bastante tempo um oficial com esplendidas qualidades de saber, dedicação e desembaraço, qualidades estas ainda recentemente comprovadas no desembarque das forças da província de Moçambique, onde trabalhou com um método e um acerto dignos de registar, muito embora o seu estado de saúde não lhe permitisse o esforço violento que despendeu; porque em todo o tempo que tem prestado serviço no quartel-general do Comando Militar do Estado da Índia, sem-

pre tem manifestado apreciáveis qualidades de desembaraço previdente e sensato em proveito de um bem ordenado trabalho a que dedica todo o seu esforço, zelo e ponderação, completado com a mais perfeita lealdade, tudo convergindo para garantir de meritória confiança dos seus superiores e firme consolidação da sua reconhecida e mul-



MAJOR ANTONIO AREIAS PEIXOTO

Presidente da Junta do Comércio de Exportação da Índia Portuguesa

to apreciada honestidade e competência profissionais, também já patentes e seguramente confirmadas na prática, onde sempre tem manifestado inteligente acção de iniciativa imediata e eficiente execução. Oficial dinâmico, sempre pronto a uma decidida colaboração, aliada a uma correcção e pendor, reúne o conjunto de predicados que o classificam de colaborador de muita valia, digno da maior consideração e elevado apreço; e pela forma relevante como durante todo o período da sua comissão neste Estado se tem conduzido em todos os serviços de que tem sido incumbido, com completa compreensão dos seus deveres militares, aliada a um dinamismo, boa vontade e competência notáveis, bem vinculados nos períodos mais exigentes de atinado esforço e sensatez. Oficial inteligente e conhecedor, extremamente dedicado, puniloso e cuidadoso, os seus serviços são relevantes e a sua execução excelente, tornando-o um óptimo colaborador do Comando.

Louvou pelo general comandante-chefe porque, como adjunto da Intendência ao Comando-Chefe das Forças Armadas do Estado da Índia, revelou provas notáveis e qualidades de desembaraço que, aliadas a uma pronunciada largura de espírito e a uma rasgada inteligência, lhe permitiram vencer todas as dificuldades, não só inerentes àquele cargo, mas também nascidas de outros problemas cuja solução lhe foi pedida. Possuidor de característica boa disposição que o leva a encarar, com toda a calma, as situações mais complicadas, conseguiu impor-se, com a maior naturalidade, à consideração de todos os que com ele privaram, já pela sua inteligência de carácter, já pela simpatia com que sabe tratar as pessoas, qualquer que seja a sua posição hierárquica. A boa vontade de que sempre deu provas nos seus trabalhos, o entusiasmo pela carreira das armas a todo o instante manifestado a dedicação pelo serviço constantemente demonstrada são factores que, aliados às qualidades já citadas, dão a certeza de se tratar de um oficial muito distinto e cheio de prestígio que honra sobremaneira os serviços a que pertence e lhe garantem um largo futuro.

Já por despacho ministerial, na «Ordem do Exército» de 31 de Dezembro de 1952 fora condecorado com a medalha de Mérito Militar.

Em Setembro deste ano foi condecorado com a medalha de ouro de Serviços Distintos no Ultramar, em acto solene, na sala dos Vice-Reis, tendo o sr. governador Vassalo e Silva traçado, em comovidos termos, o perfil do agraciado, apontando o seu amor e dedicação pelo Estado da Índia, onde vive há doze anos, e os inestimáveis serviços que tem prestado, principalmente numa intensa e eficiente colaboração na grande obra de fomento que está em realização progressiva.



Camponeses ocupados na debulha do arroz



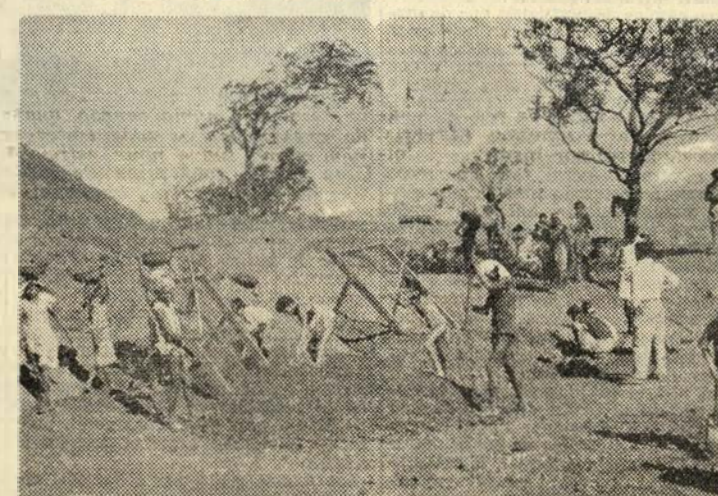
A faina nas salinas

420 669 938 663; e em 1959, 331 794 183 500.

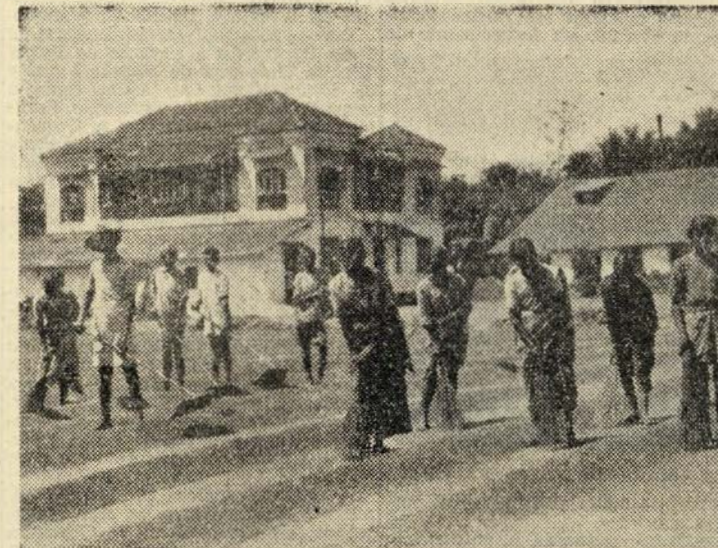
Quanto à exportação, no ano de 1959 o comportamento foi paralelo ao verificado na importação. Attingiu-se uma tonelagem que excede a de 1958 e, no que respeita à exportação de minério de ferro, a marca alcançada situa-se em nível nunca antes conhecido. Tal comportamento, porém, não foi acompanhado de aumento proporcional dos valores monetários deduzidos. Verificou-se no minério uma baixa de preço, pela acumulação do «stock»; e, assim, com a ajuda dos nossos exportadores em movimento capital coincidiu a não menor ansia dos importadores em fazerem as suas compras por preços, aviltados. Para combater os resultados prejudiciais de uma tal conjuntura, a Junta impôs ao exportador a obrigatoriedade de firmar os respectivos contratos de venda de minério com base nos preços F. O. B. oficialmente fixados, e outras providências que se revelaram altamente eficazes.

Para se avaliar da importância que os minérios ocupam na economia do Estado são bem elucidativos os seguintes números, respeitantes à exportação no último triénio: em 1957, minério de ferro, 2 721 262 toneladas, no valor de 494 557 938 500; minério de manganês, 129 739 toneladas, no valor de 127 800 812 500; e minério de ferro-manganês, 61 426 toneladas, no valor de 53 736 186 500. Em 1958: ferro, 2 506 234 toneladas, no valor de 439 121 112 500; manganês, 62 797 toneladas, no valor de 53 736 186 500; ferro-manganês, 63 502 toneladas, no valor de 20 111 394 500. Em 1959: ferro, 3 686 209 toneladas, no valor de 570 405 116 700; manganês, 55 295 toneladas, no valor de 32 363 756 500; e ferro-manganês, 99 417 toneladas, no valor de 24 889 270 500.

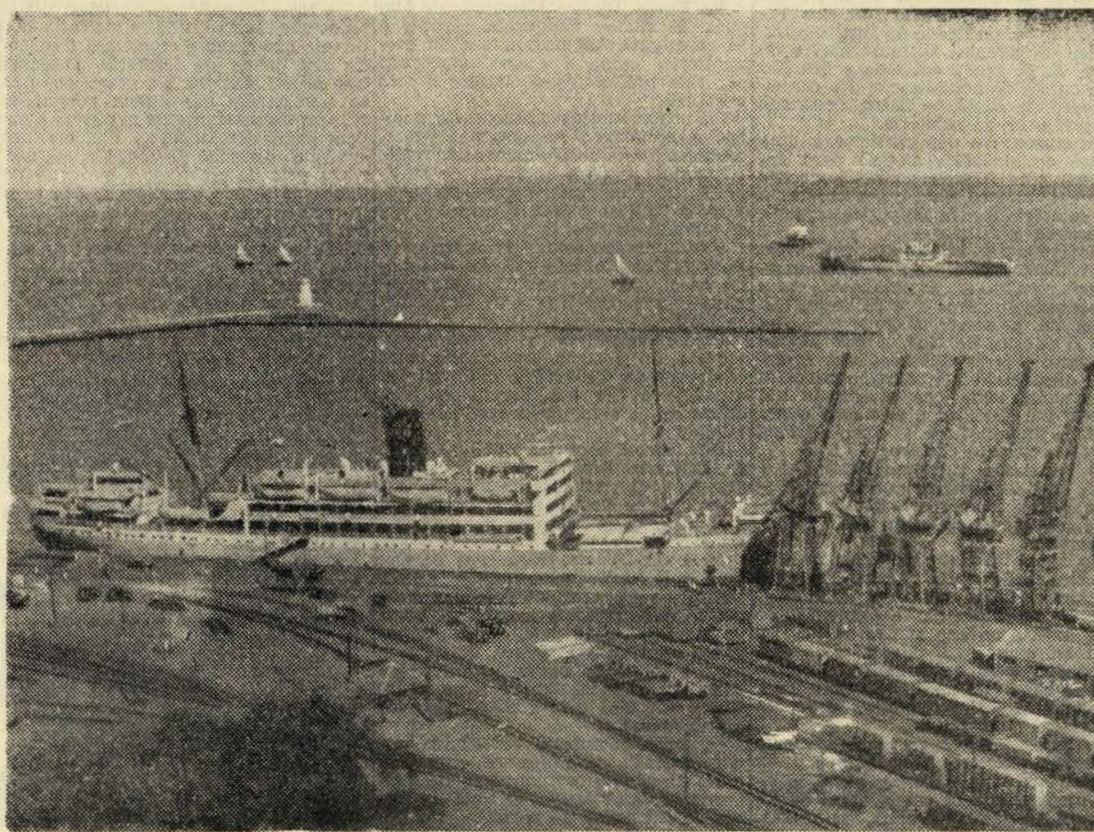
Calcula-se, sem exagerado optimismo, que no ano corrente as exportações de minérios atinjam os cinco milhões de toneladas, pois já em 12 de Setembro os números eram iguais aos de todo o ano de 1959. E vem a propósito lem-



Aspecto dos trabalhos nas minas de ferro e manganês



Depois de seco, o arroz em casca é amontoado



Um aspecto do magnífico porto de Mormugão

ANSTRUÇÃO E A EDUCAÇÃO DOS PORTUGUESES DA ÍNDIA

DESENVOLVEM-SE EM ESCALA CADA VEZ MAIOR EM TODOS OS GRAUS DE ENSINO E ABRANGENDO TAMBÉM A EDUCAÇÃO FÍSICA E OS DESPORTOS

No Estado da Índia Portuguesa é notabilíssimo o esforço desenvolvido no campo da instrução e da educação. As escolas são muitas e o seu número vai aumentando gradualmente. Abrangem o ensino primário, o técnico, o liceal e até o superior. Atendendo-se a que grande parte da população mantém os seus idiomas e dialectos próprios, a par do ensino obrigatório do idioma português, respeita-se e ajuda-se o ensino das línguas locais, num espírito bem caracteristicamente lusitano de universalidade.

O ensino primário em língua portuguesa abrange, no ano lectivo 1959-60, 134 estabelecimentos de ensino, com 27.802 alunos matriculados, 264 professores efectivos, 36 professores agregados e 296 regentes escolares.

Porém, no ano escolar corrente, esses números passaram para 135 estabelecimentos, visto ter sido reaberta a escola primária oficial de Ball, com uma população total de 25.344 alunos e 242 professores efectivos, 44 agregados e 176 regentes escolares.

O ensino misto do português e das línguas nativas abrange 23 estabelecimentos situados nos três distritos da Índia Portuguesa.

O português-marata é ministrado em quatro escolas, que no último ano lectivo tiveram 258 alunos, 4 professores efectivos e 1 eventual. O número de estudantes passou este ano para 191, mantendo-se o de professores.

O ensino de português-urdu abrange 12 escolas, sendo 10 no distrito de Goa, uma em Damão e outra em Diu. A sua população escolar no ano lectivo de 1959-60 foi de 762 alunos, com 12 professores efectivos e 5 eventuais, e no ano corrente passou a ser de 813 alunos, com 12 professores efectivos e 3 eventuais.

Por sua vez, o ensino de português-guzarati estende-se a 11 escolas, sendo 6 no distrito de Damão e 5 no de Diu. 986 alunos frequentaram estas escolas no último ano, orientados por 18 professores efectivos e 6 eventuais. No corrente ano lectivo o número de alunos passou a ser de 950, com 9 professores efectivos e 12 eventuais.

O sensível e progressivo aumento da população escolar, consequência da entrada em vigor da obrigatoriedade do ensino nas escolas do Estado, trouxe numerosos problemas, entre outros a necessidade de criação de lugares de regentes escolares, arrendamento de salas para o funcionamento das aulas, aquisição de mobiliário e material didáctico para o aproveitamento das salas e alargamento do ensino.

Para fazer face às novas exigências, foi necessário alugar 83 salas para o funcionamento das aulas, tendo também sido reabertas as escolas de Camorlim, de Bardez e de Ball, esta em edifício acabado de construir. Entretanto, estão em vias de ser concluídos sete novos edifícios destinados a escolas primárias oficiais e vão ser iniciadas as obras de outros 17. 211 regentes escolares foram nomeados no ano de 1959, e outros 188 começaram a exercer a sua actividade no primeiro do primeiro semestre deste ano.

Para as novas escolas e para os novos alunos foram adquiridos, no último ano, 2.380 carteiras, 45 mesas, 135 cadeiras e 45 quadros negros, com o que se despendeu a importância de 579.170\$. A aquisição de material prossegue no mesmo ritmo e, este ano, já se providenciou a aquisição de 1.000 quadros negros e 1.000 cadeiras.

O magnifico campo de «football» na cidade de Vasco da Gama deu origem a estas aquisições, devendo despende-se, aproximadamente, 230 contos.

A importância gasta pelo Estado com o pagamento de professores primários e regentes escolares que em 1959 foi de 10.728.510\$000, aumentou de maneira sensível e, no ano corrente e apenas no primeiro semestre, subiu já a 6.710.329\$90.

A população da Índia Portuguesa demonstra claro interesse pela instrução. A obrigatoriedade do ensino foi aceita com entusiasmo pelos pais dos alunos, embora não se tenha entrado, no campo de aplicação, no regime de multas por absentismo. Muitas vezes, as crianças vão, da melhor vontade, para as suas escolas de pontos muito distantes e sempre com o maior interesse.

O governador-geral empenha-se por que o ensino seja ministrado nas melhores condições e, assim, em várias escolas foram criadas cantinas escolares, melhorando-se sobremaneira o ambiente estudantil.

Os cursos nocturnos encontram-se ainda na sua fase inicial, mas já contam grande número de alunos inscritos e os seus efeitos começam a fazer-se sentir. A instrução tornava-se difícil para grande número de adultos, que, embora desejosos de aprender, não podiam fazer por causa de meios, que agora foram postos à sua disposição.

Cursos nocturnos estão a ser regidos por professores do ensino primário oficial, mediante gratificação mensal, nas escolas de: Massano de Amorim — Agostinho Vicente Lourenço — Margão (2 turnos); Escola Primária Oficial de Paigão — Margão (1 turno); Manuel António de Sousa — Mapuca (1 turno); Escola Primária Oficial de Vasco da Gama (2 turnos); Escola de Damão — Praca (3 turnos); Escola de Damão Pequeno (2 turnos) e Escola Primária de Diu (1 turno).

É numerosa a legislação publicada nos últimos dois anos no Estado da Índia Portuguesa referente ao ensino primário, técnico, liceal e superior. Toda a legislação anterior foi refundida por diploma de 1958 e, logo a seguir, foi tornada livre a criação e o funcionamento das escolas particulares, paralelas às oficiais, sendo-lhes concedidos subsídios. Uma portaria do mesmo ano aprovava o Regulamento do Ensino Primário.



O vasto conjunto de edifícios do Liceu Afonso de Albuquerque, em Goa

Diplomas de 1959 criaram os lugares de regentes escolares, equiparam a 4.ª classe do ensino misto de português-urdu a 3.ª do ensino primário português; autorizaram o funcionamento de turmas do ensino primário em edifícios de escolas particulares; e concederam subsídios às escolas de línguas nativas. Portarias já do ano corrente regulamentam o provimento dos lugares de regentes escolares, equiparam a escolaridade obrigatória das escolas de línguas nativas e regulamentam os cursos nocturnos.

A actuação do governador-geral nestes sete dois cursos anos de actividade, produziu, como em todos os outros campos, obra de muito vulto quanto à instrução. No sector do ensino particular, jamais se viu tanto carinho como o que lhe dedica o sr. general Vassallo e Silva.

Comparticipações avultadas têm sido dadas para a construção de edifícios, alguns grandiosos, sem serem distinguidas as escolas de português das de marata, inglês, guzerate ou urdu, e estas escolas recebem, ainda, subsídios para o ensino da língua portuguesa, o que muito concorrerá para uma rápida e profícua difusão da língua nacional.

Escolas primárias de português têm hoje uma frequência digna de nota, merecendo importantes subsídios.

O governador-geral tem procurado impulsionar a instrução marata um sentido eminentemente nacional, tendo mandado elaborar e imprimir leituras escolares em marata, uma obra excepcional no seu género.

O sr. general Vassallo e Silva visita frequentemente escolas modestíssimas, onde estudam os filhos de gente humilde, levando aquelas crianças, normalmente ignoradas, o conforto do seu sorriso e do seu carinho.

São 318 os estabelecimentos de ensino particular (entre eles sete liceus) que recebem subsídios do Governo. Cerejas destas escolas estudam marata, inglês, urdu e guzerate 29.204 alunos, dez mil dos quais estudam, simultaneamente, o português.

Os subsídios concedidos ultrapassaram uma centena de contos, e também os estabelecimentos particulares do ensino primário em língua portuguesa, receberam, em fornecimento de mobiliário e material didáctico, importantes subsídios.

A educação física da juventude não foi descuidada, como complemento da educação escolar. Recentemente, ainda, no final do último mês de Setembro, o sr. Alberto Feliciano Marques Pereira Junior, professor do Instituto Superior de Estudos Ultramarinos e do I. N. E. F. regiu em Goa e Margão dois cursos de actualização dos conhecimentos de educação física, destinado aos professores primários.

Os cursos, em que participava uma classe de ginástica modelo para demonstrações, tiveram a colaboração do elemento médico, para o seu programa ser completado com noções de Higiene, Anatomia e Fisiologia.

Notavelmente orientados em forma de colóquio, os cursos tiveram excelentes resultados, especialmente pela introdução de novas e actualizadas técnicas do professor Marques Pereira, que é natural de Goa, e que vão ao encontro das predilecções das crianças, dando-lhes uma verdadeira brincadeira séria que satisfaz a sua necessidade lúdica e alimenta o seu espírito imaginativo — como afirmou aquele excelente técnico.

O professor Marques Pereira fez, mais tarde, idênticos cursos em Damão e Diu, sempre com grande assistência e grande proveito para os interessados.

Na Índia Portuguesa funcionam quatro escolas de ensino técnico, em Goa, Margão, Mapuca e Damão.

A Escola Industrial e Comercial de Goa contém, no ano lectivo de 1959-60, com 296 alunos, 277 dos quais do sexo masculino e 69 do feminino, números que se elevaram, no ano corrente, para um total de 333 estudantes, sendo 256 rapazes e 77 raparigas.

A Escola, que conta actualmente com 21 professores do quadro e 6 em serviço eventual, ministra, além do ensino preparatório, os cursos gerais de comércio, formação feminina, especialização de modista de vestidos, montador-electricista, serralharia, carpintaria,

marceneiro, e ainda conta com secções preparatórias para os institutos comerciais e industriais. Na escola funciona, ainda, um curso de escultura e gravado em madeira e em marfim.

O curso de carpintaria-marceneiro e o de especialização de modista de vestidos foram criados nos últimos dois anos, mediante despacho do sr. governador-geral Vassallo e Silva.

No corrente ano lectivo, 48 estudantes de Damão e Diu recebem bolsas de estudo e a 60 outros são fornecidos subsídios que lhes permitam seguir os cursos. Oito alunos estão isentos do pagamento de propinas.

Desde Janeiro foram despendidas as importâncias de 4.771\$00 e 16.185\$00, respectivamente com a aquisição de material de utilidade permanente e com a de artigos de consumo corrente.

Igualmente foi adquirido material didáctico para a aquisição de conhecimentos de inglês, francês e alemão. É frequente a colaboração dos estudantes em manifestações de carácter escolar. Os alunos colaboraram na organização do III Salão de Educação Estética e na do Presépio e uma exposição de trabalhos escolares, inaugurada em Março pelo governador-geral, apresentando excelentes aspectos de aproveitamento.

Em Agosto realizou-se a habitual sessão solene para a abertura das aulas e a distribuição dos prémios e o sr. governador-geral manifestou mais uma vez o seu interesse pelo problema da formação da juventude, presidindo à sessão, enviando excelentes aspectos de aproveitamento.

Deve-se ao actual governador-geral da Índia Portuguesa a elevação da Escola Técnica Elementar de Margão à classe de Escola Comercial, assim como a criação do Curso de Formação Feminina, os quais contam com a frequência de 238 alunos e um corpo docente de 19 unidades. Aquela autoridade também autorizou a aplicação de verba de utilização permanente para a aquisição de tornos paralelos de bancada, de uma máquina de furar, de uma formadora com ventoinha, de um cavalete para forjador de outros utensílios.

Visitando a Escola no dia da inauguração do ano escolar, o sr. general Vassallo e Silva entregou ao aluno mais bem classificado no ciclo preparatório um prémio de 1.500\$00 e ao aluno mais bem classificado na disciplina de Português um prémio de 1.000\$00. O sr. governador-geral manifestou a sua aprovação das instalações da Escola e pôs, até, a hipótese da criação de um novo edifício.

A Escola Comercial de Margão insere o ensino relativo ao ciclo preparatório, ao Curso Geral de Comércio, ao Curso de Formação Feminina e ao regime de aperfeiçoamento, com aulas nocturnas.

Na Escola Técnica Elementar de Mapuca 74 alunos (cinquenta rapazes e 24 raparigas) frequentam o ciclo preparatório, sendo o ensino ministrado por sete professores do quadro e três eventuais.

Em bolsas, subsídios, isenções de propinas e prémios o sr. governador-geral concedeu a esta Escola mais de 3.000\$00, enquanto que para aquisição de mobiliário, instrumentos, ferramentas e livros, o total se elevou a cerca de dezasseis mil escudos.

No último ano escolar foi inaugurada a cantina que fornece uma refeição diária constituída por um pão com manteiga e café com leite a 34 alunos necessitados.

Para as actividades da Mocidade Portuguesa foi alugado um edifício, para uma mensalidade de 480\$00, onde vai ser instalado o Lar dos Estudantes para acomodar os alunos não residentes em Mapuca.

A governação do sr. general Vassallo e Silva veio conceder novos benefícios e oferecer maiores possibilidades à actuação da Escola.

Dezenas de bolsas de estudo são anualmente concedidas aos alunos para prosseguirem os seus estudos na Escola Industrial e Comercial de Goa e muitos estudantes têm recebido excelentes prémios pecuniários pelo seu aproveitamento escolar.

Os estudantes que se encontram em Goa recebem passagens gratuitas para passarem as férias grandes e a quadra do Natal no seio das suas famílias.

A escola conta já hoje com grande número de alunos diplomados com o Curso Complementar e ainda outros em vias de prosseguirem os seus estudos na Metrópole.

Importante parte na vida educacional do Estado da Índia Portuguesa, torna o Liceu Nacional Afonso de Albuquerque, que serve a 820 alunos (dos quais 519 são do sexo masculino e 301 do sexo feminino, distribuídos pelos três ciclos em 28 turmas. A frequência máxima dos estudantes verifica-se nos dois primeiros ciclos e baixa ligeiramente no último.

Além do ensino habitual dos cursos liceais, este estabelecimento ministra também aulas de marata e sânscrito como cadeiras anexas.

O pessoal docente é constituído por 19 professores do quadro e outros tantos em serviço eventual. Além do quadro o liceu conta com dois professores, adidos dos antigos liceus municipais e, em períodos de exames, contrata mais seis professores, três de serviço eventual e três de férias.

Momento alto para o desporto foi a visita do Sport Lisboa e Benfica à Índia Portuguesa. Preparados como profissionais e lutando contra puros amadores, os benfiquistas venceram a selecção militar por 2-1; a selecção de naturais por 4-0; e a selecção de Goa por 1-0.

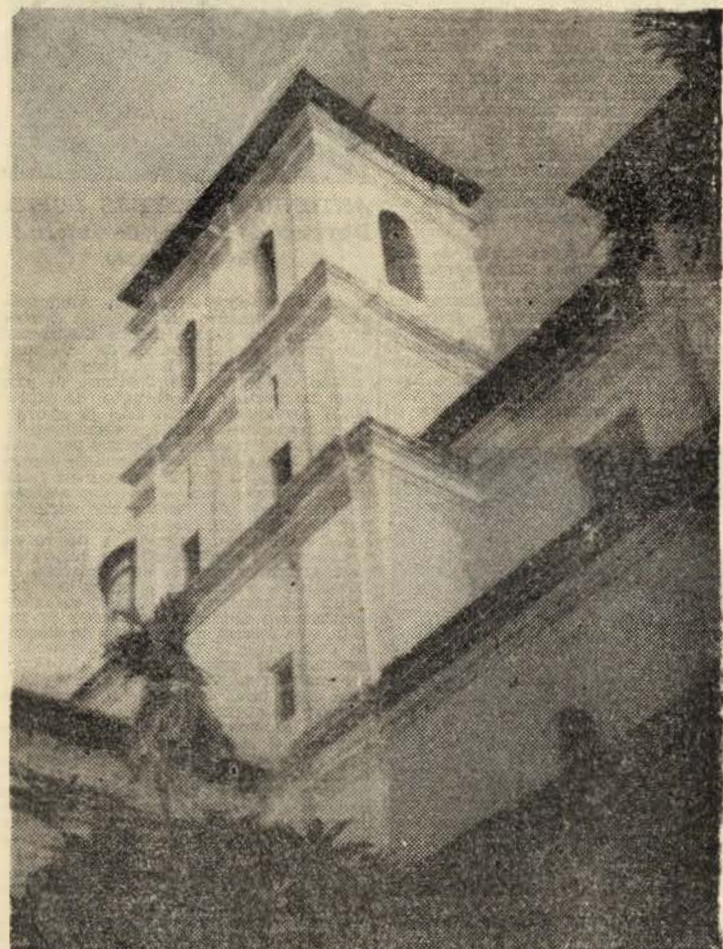
Ao Campeonato Distrital de Football de Goa, promovido pela Associação de Football de Goa, concorreram as seguintes equipas: Grupo Desportivo da Polícia, Sporting Club de Goa, Club Desportivo de Santa Inês, Associação Académica de Taleigão, Club Desportivo de Vasco da Gama, Club Desportivo Salsgoar, Club dos Ferrovários de Goa, Margão Cricket Club, Club Independente de Margão e Club M. M. P. de Sousa, na I Divisão. Na II Divisão, os concorrentes foram: Club Jovens de Pampil, Club Desportivo de Santa Inês, Club Desportivo de Taleigão, Club Lusitânia das Mercês, Club Desportivo de Agacaim, Grupo Desportivo Major Faustino Duarte, Associação Mocidade Desportiva e Social de Colva, Sporting Club de Colva, Club Desportivo Viriatos de Ponda.

Realizou-se ainda um torneio relâmpago, promovido por aquela Associação, entre as quatro primeiras equipas na classificação do Campeonato Distrital de Football de Goa: Club Independente de Margão, Club Desportivo Salsgoar, Associação Académica de Taleigão e Club dos Ferrovários de Goa.

Os encontros promovidos pela Associação de Football de Goa foram em número de noventa e no Campeonato da I Divisão, cinquenta e dois para o da II; dois jogos de passagem; um jogo repetido; cinco jogos contra equipas estrangeiras, e três encontros com equipas metropolitanas, num total de 153 deslocações.

Inscritos oficialmente encontram-se os seguintes grupos: Desportivo da Polícia, Sporting Club de Goa, Associação Académica de Taleigão, Club Desportivo de Santa Inês, Club Jovens de Pampil, Club Desportivo de Santa Inês, Club Desportivo de Taleigão, Club Lusitânia das Mercês, Club Desportivo de Agacaim, Grupo Desportivo Major Faustino Duarte, Associação Académica Major da Utorda Calata, Club Mocidade Desportiva e Social de Colva, Sporting Club de Colva, Club Desportivo de Santa Inês, Club Desportivo de Santa Bárbara, Centro de Desenvolvimento da Ilha Divar, Associação Desportiva de Vasco da Gama, Club Desportivo de Vasco da Gama, Club Desportivo Salsgoar, Club Desportivo de Taleigão, Club Lusitânia das Mercês, Club Desportivo de Agacaim, Grupo Desportivo Major Faustino Duarte, Associação Académica Major da Utorda Calata, Club Mocidade Desportiva e Social de Colva, Sporting Club de Colva, Club Desportivo de Santa Inês, Club Desportivo de Santa Bárbara, Centro de Desenvolvimento da Ilha Divar, Associação Desportiva de Vasco da Gama, Club Desportivo de Vasco da Gama, Club Desportivo Salsgoar, Club Desportivo de Taleigão, Club Lusitânia das Mercês, Club Desportivo de Agacaim, Grupo Desportivo Major Faustino Duarte, Associação Académica Major da Utorda Calata, Club Mocidade Desportiva e Social de Colva, Sporting Club de Colva, Club Desportivo de Santa Inês, Club Desportivo de Santa Bárbara, Centro de Desenvolvimento da Ilha Divar, Associação Desportiva de Vasco da Gama, Club Desportivo de Vasco da Gama, Club Desportivo Salsgoar, Club Desportivo de Taleigão, Club Lusitânia das Mercês, Club Desportivo de Agacaim, Grupo Desportivo Major Faustino Duarte, Associação Académica Major da Utorda Calata, Club Mocidade Desportiva e Social de Colva, Sporting Club de Colva, Club Desportivo de Santa Inês, Club Desportivo de Santa Bárbara, Centro de Desenvolvimento da Ilha Divar, Associação Desportiva de Vasco da Gama, Club Desportivo de Vasco da Gama, Club Desportivo Salsgoar, Club Desportivo de Taleigão, Club Lusitânia das Mercês, Club Desportivo de Agacaim, Grupo Desportivo Major Faustino Duarte, Associação Académica Major da Utorda Calata, Club Mocidade Desportiva e Social de Colva, Sporting Club de Colva, Club Desportivo de Santa Inês, Club Desportivo de Santa Bárbara, Centro de Desenvolvimento da Ilha Divar, Associação Desportiva de Vasco da Gama, Club Desportivo de Vasco da Gama, Club Desportivo Salsgoar, Club Desportivo de Taleigão, Club Lusitânia das Mercês, Club Desportivo de Agacaim, Grupo Desportivo Major Faustino Duarte, Associação Académica Major da Utorda Calata, Club Mocidade Desportiva e Social de Colva, Sporting Club de Colva, Club Desportivo de Santa Inês, Club Desportivo de Santa Bárbara, Centro de Desenvolvimento da Ilha Divar, Associação Desportiva de Vasco da Gama, Club Desportivo de Vasco da Gama, Club Desportivo Salsgoar, Club Desportivo de Taleigão, Club Lusitânia das Mercês, Club Desportivo de Agacaim, Grupo Desportivo Major Faustino Duarte, Associação Académica Major da Utorda Calata, Club Mocidade Desportiva e Social de Colva, Sporting Club de Colva, Club Desportivo de Santa Inês, Club Desportivo de Santa Bárbara, Centro de Desenvolvimento da Ilha Divar, Associação Desportiva de Vasco da Gama, Club Desportivo de Vasco da Gama, Club Desportivo Salsgoar, Club Desportivo de Taleigão, Club Lusitânia das Mercês, Club Desportivo de Agacaim, Grupo Desportivo Major Faustino Duarte, Associação Académica Major da Utorda Calata, Club Mocidade Desportiva e Social de Colva, Sporting Club de Colva, Club Desportivo de Santa Inês, Club Desportivo de Santa Bárbara, Centro de Desenvolvimento da Ilha Divar, Associação Desportiva de Vasco da Gama, Club Desportivo de Vasco da Gama, Club Desportivo Salsgoar, Club Desportivo de Taleigão, Club Lusitânia das Mercês, Club Desportivo de Agacaim, Grupo Desportivo Major Faustino Duarte, Associação Académica Major da Utorda Calata, Club Mocidade Desportiva e Social de Colva, Sporting Club de Colva, Club Desportivo de Santa Inês, Club Desportivo de Santa Bárbara, Centro de Desenvolvimento da Ilha Divar, Associação Desportiva de Vasco da Gama, Club Desportivo de Vasco da Gama, Club Desportivo Salsgoar, Club Desportivo de Taleigão, Club Lusitânia das Mercês, Club Desportivo de Agacaim, Grupo Desportivo Major Faustino Duarte, Associação Académica Major da Utorda Calata, Club Mocidade Desportiva e Social de Colva, Sporting Club de Colva, Club Desportivo de Santa Inês, Club Desportivo de Santa Bárbara, Centro de Desenvolvimento da Ilha Divar, Associação Desportiva de Vasco da Gama, Club Desportivo de Vasco da Gama, Club Desportivo Salsgoar, Club Desportivo de Taleigão, Club Lusitânia das Mercês, Club Desportivo de Agacaim, Grupo Desportivo Major Faustino Duarte, Associação Académica Major da Utorda Calata, Club Mocidade Desportiva e Social de Colva, Sporting Club de Colva, Club Desportivo de Santa Inês, Club Desportivo de Santa Bárbara, Centro de Desenvolvimento da Ilha Divar, Associação Desportiva de Vasco da Gama, Club Desportivo de Vasco da Gama, Club Desportivo Salsgoar, Club Desportivo de Taleigão, Club Lusitânia das Mercês, Club Desportivo de Agacaim, Grupo Desportivo Major Faustino Duarte, Associação Académica Major da Utorda Calata, Club Mocidade Desportiva e Social de Colva, Sporting Club de Colva, Club Desportivo de Santa Inês, Club Desportivo de Santa Bárbara, Centro de Desenvolvimento da Ilha Divar, Associação Desportiva de Vasco da Gama, Club Desportivo de Vasco da Gama, Club Desportivo Salsgoar, Club Desportivo de Taleigão, Club Lusitânia das Mercês, Club Desportivo de Agacaim, Grupo Desportivo Major Faustino Duarte, Associação Académica Major da Utorda Calata, Club Mocidade Desportiva e Social de Colva, Sporting Club de Colva, Club Desportivo de Santa Inês, Club Desportivo de Santa Bárbara, Centro de Desenvolvimento da Ilha Divar, Associação Desportiva de Vasco da Gama, Club Desportivo de Vasco da Gama, Club Desportivo Salsgoar, Club Desportivo de Taleigão, Club Lusitânia das Mercês, Club Desportivo de Agacaim, Grupo Desportivo Major Faustino Duarte, Associação Académica Major da Utorda Calata, Club Mocidade Desportiva e Social de Colva, Sporting Club de Colva, Club Desportivo de Santa Inês, Club Desportivo de Santa Bárbara, Centro de Desenvolvimento da Ilha Divar, Associação Desportiva de Vasco da Gama, Club Desportivo de Vasco da Gama, Club Desportivo Salsgoar, Club Desportivo de Taleigão, Club Lusitânia das Mercês, Club Desportivo de Agacaim, Grupo Desportivo Major Faustino Duarte, Associação Académica Major da Utorda Calata, Club Mocidade Desportiva e Social de Colva, Sporting Club de Colva, Club Desportivo de Santa Inês, Club Desportivo de Santa Bárbara, Centro de Desenvolvimento da Ilha Divar, Associação Desportiva de Vasco da Gama, Club Desportivo de Vasco da Gama, Club Desportivo Salsgoar, Club Desportivo de Taleigão, Club Lusitânia das Mercês, Club Desportivo de Agacaim, Grupo Desportivo Major Faustino Duarte, Associação Académica Major da Utorda Calata, Club Mocidade Desportiva e Social de Colva, Sporting Club de Colva, Club Desportivo de Santa Inês, Club Desportivo de Santa Bárbara, Centro de Desenvolvimento da Ilha Divar, Associação Desportiva de Vasco da Gama, Club Desportivo de Vasco da Gama, Club Desportivo Salsgoar, Club Desportivo de Taleigão, Club Lusitânia das Mercês, Club Desportivo de Agacaim, Grupo Desportivo Major Faustino Duarte, Associação Académica Major da Utorda Calata, Club Mocidade Desportiva e Social de Colva, Sporting Club de Colva, Club Desportivo de Santa Inês, Club Desportivo de Santa Bárbara, Centro de Desenvolvimento da Ilha Divar, Associação Desportiva de Vasco da Gama, Club Desportivo de Vasco da Gama, Club Desportivo Salsgoar, Club Desportivo de Taleigão, Club Lusitânia das Mercês, Club Desportivo de Agacaim, Grupo Desportivo Major Faustino Duarte, Associação Académica Major da Utorda Calata, Club Mocidade Desportiva e Social de Colva, Sporting Club de Colva, Club Desportivo de Santa Inês, Club Desportivo de Santa Bárbara, Centro de Desenvolvimento da Ilha Divar, Associação Desportiva de Vasco da Gama, Club Desportivo de Vasco da Gama, Club Desportivo Salsgoar, Club Desportivo de Taleigão, Club Lusitânia das Mercês, Club Desportivo de Agacaim, Grupo Desportivo Major Faustino Duarte, Associação Académica Major da Utorda Calata, Club Mocidade Desportiva e Social de Colva, Sporting Club de Colva, Club Desportivo de Santa Inês, Club Desportivo de Santa Bárbara, Centro de Desenvolvimento da Ilha Divar, Associação Desportiva de Vasco da Gama, Club Desportivo de Vasco da Gama, Club Desportivo Salsgoar, Club Desportivo de Taleigão, Club Lusitânia das Mercês, Club Desportivo de Agacaim, Grupo Desportivo Major Faustino Duarte, Associação Académica Major da Utorda Calata, Club Mocidade Desportiva e Social de Colva, Sporting Club de Colva, Club Desportivo de Santa Inês, Club Desportivo de Santa Bárbara, Centro de Desenvolvimento da Ilha Divar, Associação Desportiva de Vasco da Gama, Club Desportivo de Vasco da Gama, Club Desportivo Salsgoar, Club Desportivo de Taleigão, Club Lusitânia das Mercês, Club Desportivo de Agacaim, Grupo Desportivo Major Faustino Duarte, Associação Académica Major da Utorda Calata, Club Mocidade Desportiva e Social de Colva, Sporting Club de Colva, Club Desportivo de Santa Inês, Club Desportivo de Santa Bárbara, Centro de Desenvolvimento da Ilha Divar, Associação Desportiva de Vasco da Gama, Club Desportivo de Vasco da Gama, Club Desportivo Salsgoar, Club Desportivo de Taleigão, Club Lusitânia das Mercês, Club Desportivo de Agacaim, Grupo Desportivo Major Faustino Duarte, Associação Académica Major da Utorda Calata, Club Mocidade Desportiva e Social de Colva, Sporting Club de Colva, Club Desportivo de Santa Inês, Club Desportivo de Santa Bárbara, Centro de Desenvolvimento da Ilha Divar, Associação Desportiva de Vasco da Gama, Club Desportivo de Vasco da Gama, Club Desportivo Salsgoar, Club Desportivo de Taleigão, Club Lusitânia das Mercês, Club Desportivo de Agacaim, Grupo Desportivo Major Faustino Duarte, Associação Académica Major da Utorda Calata, Club Mocidade Desportiva e Social de Colva, Sporting Club de Colva, Club Desportivo de Santa Inês, Club Desportivo de Santa Bárbara, Centro de Desenvolvimento da Ilha Divar, Associação Desportiva de Vasco da Gama, Club Desportivo de Vasco da Gama, Club Desportivo Salsgoar, Club Desportivo de Taleigão, Club Lusitânia das Mercês, Club Desportivo de Agacaim, Grupo Desportivo Major Faustino Duarte, Associação Académica Major da Utorda Calata, Club Mocidade Desportiva e Social de Colva, Sporting Club de Colva, Club Desportivo de Santa Inês, Club Desportivo de Santa Bárbara, Centro de Desenvolvimento da Ilha Divar, Associação Desportiva de Vasco da Gama, Club Desportivo de Vasco da Gama, Club Desportivo Salsgoar, Club Desportivo de Taleigão, Club Lusitânia das Mercês, Club Desportivo de Agacaim, Grupo Desportivo Major Faustino Duarte, Associação Académica Major da Utorda Calata, Club Mocidade Desportiva e Social de Colva, Sporting Club de Colva, Club Desportivo de Santa Inês, Club Desportivo de Santa Bárbara, Centro de Desenvolvimento da Ilha Divar, Associação Desportiva de Vasco da Gama, Club Desportivo de Vasco da Gama, Club Desportivo Salsgoar, Club Desportivo de Taleigão, Club Lusitânia das Mercês, Club Desportivo de Agacaim, Grupo Desportivo Major Faustino Duarte, Associação Académica Major da Utorda Calata, Club Mocidade Desportiva e Social de Colva, Sporting Club de Colva, Club Desportivo de Santa Inês, Club Desportivo de Santa Bárbara, Centro de Desenvolvimento da Ilha Divar, Associação Desportiva de Vasco da Gama, Club Desportivo de Vasco da Gama, Club Desportivo Salsgoar, Club Desportivo de Taleigão, Club Lusitânia das Mercês, Club Desportivo de Agacaim, Grupo Desportivo Major Faustino Duarte, Associação Académica Major da Utorda Calata, Club Mocidade Desportiva e Social de Colva, Sporting Club de Colva, Club Desportivo de Santa Inês, Club Desportivo de Santa Bárbara, Centro de Desenvolvimento da Ilha Divar, Associação Desportiva de Vasco da Gama, Club Desportivo de Vasco da Gama, Club Desportivo Salsgoar, Club Desportivo de Taleigão, Club Lusitânia das Mercês, Club Desportivo de Agacaim, Grupo Desportivo Major Faustino Duarte, Associação Académica Major da Utorda Calata, Club Mocidade Desportiva e Social de Colva, Sporting Club de Colva, Club Desportivo de Santa Inês, Club Desportivo de Santa Bárbara, Centro de Desenvolvimento da Ilha Divar, Associação Desportiva de Vasco da Gama, Club Desportivo de Vasco da Gama, Club Desportivo Salsgoar, Club Desportivo de Taleigão, Club Lusitânia das Mercês, Club Desportivo de Agacaim, Grupo Desportivo Major Faustino Duarte, Associação Académica Major da Utorda Calata, Club Mocidade Desportiva e Social de Colva, Sporting Club de Colva, Club Desportivo de Santa Inês, Club Desportivo de Santa Bárbara, Centro de Desenvolvimento da Ilha Divar, Associação Desportiva de Vasco da Gama, Club Desportivo de Vasco da Gama, Club Desportivo Salsgoar, Club Desportivo de Taleigão, Club Lusitânia das Mercês, Club Desportivo de Agacaim, Grupo Desportivo Major Faustino Duarte, Associação Académica Major da Utorda Calata, Club Mocidade Desportiva e Social de Colva, Sporting Club de Colva, Club Desportivo de Santa Inês, Club Desportivo de Santa Bárbara, Centro de Desenvolvimento da Ilha Divar, Associação Desportiva de Vasco da Gama, Club Desportivo de Vasco da Gama, Club Desportivo Salsgoar, Club Desportivo de Taleigão, Club Lusitânia das Mercês, Club Desportivo de Agacaim, Grupo Desportivo Major Faustino Duarte, Associação Académica Major da Utorda Calata, Club Mocidade Desportiva e Social de Colva, Sporting Club de Colva, Club Desportivo de Santa Inês, Club Desportivo de Santa Bárbara, Centro de Desenvolvimento da Ilha Divar, Associação Desportiva de Vasco da Gama, Club Desportivo de Vasco da Gama, Club Desportivo Salsgoar, Club Desportivo de Taleigão, Club Lusitânia das Mercês, Club Desportivo de Agacaim, Grupo Desportivo Major Faustino Duarte, Associação Académica Major da Utorda Calata, Club Mocidade Desportiva e Social de Colva, Sporting Club de Colva, Club Desportivo de Santa Inês, Club Desportivo de Santa Bárbara, Centro de Desenvolvimento da Ilha Divar, Associação Desportiva de Vasco da Gama, Club Desportivo de Vasco da Gama, Club Desportivo Salsgoar, Club Desportivo de Taleigão, Club Lusitânia das Mercês, Club Desportivo de Agacaim, Grupo Desportivo Major Faustino Duarte, Associação Académica Major da Utorda Calata, Club Mocidade Desportiva e Social de Colva, Sporting Club de Colva, Club Desportivo de Santa Inês, Club Desportivo de Santa Bárbara, Centro de Desenvolvimento da Ilha Divar, Associação Desportiva de Vasco da Gama, Club Desportivo de Vasco da Gama, Club Desportivo Salsgoar, Club Desportivo de Taleigão, Club Lusitânia das Mercês, Club Desportivo de Agacaim, Grupo Desportivo Major Faustino Duarte, Associação Académica Major da Utorda Calata, Club Mocidade Desportiva e Social de Colva, Sporting Club de Colva, Club Desportivo de Santa Inês, Club Desportivo de Santa Bárbara, Centro de Desenvolvimento da Ilha Divar, Associação Desportiva de Vasco da Gama, Club Desportivo de Vasco da Gama, Club Desportivo Salsgoar, Club Desportivo de Taleigão, Club Lusitânia das Mercês, Club Desportivo de Agacaim, Grupo Desportivo Major Faustino Duarte, Associação Académica Major da Utorda Calata, Club Mocidade Desportiva e Social de Colva, Sporting Club de Colva, Club Desportivo de Santa Inês, Club Desportivo de Santa Bárbara, Centro de Desenvolvimento da Ilha Divar, Associação Desportiva de Vasco da Gama, Club Desportivo de Vasco da Gama, Club Desportivo Salsgoar, Club Desportivo de Taleigão, Club Lusitânia das Mercês, Club Desportivo de Agacaim, Grupo Desportivo Major Faustino Duarte, Associação Académica Major da Utorda Calata, Club Mocidade Desportiva e Social de Colva, Sporting Club de Colva, Club Desportivo de Santa Inês, Club Desportivo de Santa Bárbara, Centro de Desenvolvimento da Ilha Divar, Associação Desportiva de Vasco da Gama, Club Desportivo de Vasco da Gama, Club Desportivo Salsgoar, Club Desportivo de Taleigão, Club Lusitânia das Mercês, Club Desportivo de Agacaim, Grupo Desportivo Major Faustino Duarte, Associação Académica Major da Utorda Calata, Club Mocidade Desportiva e Social de Colva, Sporting Club de Colva, Club Desportivo de Santa Inês, Club Desportivo de Santa Bárbara, Centro de Desenvolvimento da Ilha Divar, Associação Desportiva de Vasco da Gama, Club Desportivo de Vasco da Gama, Club Desportivo Salsgoar, Club Desportivo de Taleigão, Club Lusitânia das Mercês, Club Desportivo de Agacaim, Grupo Desportivo Major Faustino Duarte, Associação Académica Major da Utorda Calata, Club Mocidade Desportiva e Social de Colva, Sporting Club de Colva, Club Desportivo de Santa Inês, Club Desportivo de Santa Bárbara, Centro de Desenvolvimento da Ilha Divar, Associação Desportiva de Vasco da Gama, Club Desportivo de Vasco da Gama, Club Desportivo Salsgoar, Club Desportivo de Taleigão, Club Lusitânia das Mercês, Club Desportivo de Agacaim, Grupo Desportivo Major Faustino Duarte, Associação Académica Major da Utorda Calata, Club Mocidade Desportiva e Social de Colva, Sporting Club de Colva, Club Desportivo de Santa Inês, Club Desportivo de Santa Bárbara, Centro de Desenvolvimento da Ilha Divar, Associação Desportiva de Vasco da Gama, Club Desportivo de Vasco da Gama, Club Desportivo Salsgoar, Club Desportivo de Taleigão, Club Lusitânia das Mercês, Club Desportivo de Agacaim, Grupo Desportivo Major Faustino Duarte, Associação Académica Major da Utorda Calata, Club Mocidade Desportiva e Social de Colva, Sporting Club de Colva, Club Desportivo de Santa Inês, Club Desportivo de Santa Bárbara, Centro de Desenvolvimento da Ilha Divar, Associação Desportiva de Vasco da Gama, Club Desportivo de Vasco da Gama, Club Desportivo Salsgoar, Club Desportivo de Taleigão, Club Lusitânia das Mercês, Club Desportivo de Agacaim, Grupo Desportivo Major Faustino Duarte, Associação Académica Major da Utorda Calata, Club Mocidade Desportiva e Social de Colva, Sporting Club de Colva, Club Desportivo de Santa Inês, Club Desportivo de Santa Bárbara, Centro de Desenvolvimento da Ilha Divar, Associação Desportiva de Vasco da Gama, Club Desportivo de Vasco da Gama, Club Desportivo Salsgoar, Club Desportivo de Taleigão, Club Lusitânia das Mercês, Club Desportivo de Agacaim, Grupo Desportivo Major Faustino Duarte, Associação Académica Major da Utorda Calata, Club Mocidade Desportiva e Social de Colva, Sporting Club de Colva, Club Desportivo de Santa Inês, Club Desportivo de Santa Bárbara, Centro de Desenvolvimento da Ilha Divar, Associação Desportiva de Vasco da Gama, Club Desportivo de Vasco da Gama, Club Desportivo Salsgoar, Club Desportivo de Taleigão, Club Lusitânia das Mercês, Club Desportivo de Agacaim, Grupo Desportivo Major Faustino Duarte, Associação Académica Major da Utorda Calata, Club Mocidade Desportiva e Social de Colva, Sporting Club de Colva, Club Desportivo de Santa Inês, Club Desportivo de Santa Bárbara, Centro de Desenvolvimento da Ilha Divar, Associação Desportiva de Vasco da Gama, Club Desportivo de Vasco da Gama, Club Desportivo Salsgoar, Club Desportivo de Taleigão, Club Lusitânia das Mercês, Club Desportivo de Agacaim, Grupo Desportivo Major Faustino Duarte, Associação Académica Major da Utorda Calata, Club Mocidade Desportiva e Social de Colva, Sporting Club de Colva, Club Desportivo de Santa Inês, Club Desportivo de Santa Bárbara, Centro de Desenvolvimento da Ilha Divar, Associação Desportiva de Vasco da Gama, Club Desportivo de Vasco da Gama, Club Desportivo Salsgoar, Club Desportivo de Taleigão, Club Lusitânia das Mercês, Club Desportivo de Agacaim, Grupo Desportivo Major Faustino Duarte, Associação Académica Major da Utorda Calata, Club Mocidade Desportiva e Social de Colva, Sporting Club de Colva, Club Desportivo de Santa Inês, Club Desportivo de Santa Bárbara, Centro de Desenvolvimento da Ilha Divar, Associação Desportiva de Vasco da Gama, Club Desportivo de Vasco da Gama, Club Desportivo Salsgoar, Club Desportivo de Taleigão, Club Lusitânia das Mercês, Club Desportivo de Agacaim, Grupo Desportivo Major Faustino Duarte, Associação Académica Major da Utorda Calata, Club Mocidade Desportiva e Social de Colva, Sporting Club de Colva, Club Desportivo de Santa Inês, Club Desportivo de Santa Bárbara, Centro de Desenvolvimento da Ilha Divar, Associação Desportiva de Vasco da Gama, Club Desportivo de Vasco da Gama, Club Desportivo Salsgoar, Club Desportivo de Taleigão, Club Lusitânia das Mercês, Club Desportivo de Agacaim, Grupo Desportivo Major Faustino Duarte, Associação Académica Major da Utorda Calata, Club Mocidade Desportiva e Social de Colva, Sporting Club de Colva, Club Desportivo de Santa Inês, Club Desportivo de Santa Bárbara, Centro de Desenvolvimento da Ilha Divar, Associação Desportiva de Vasco da Gama, Club Desportivo de Vasco da Gama, Club Desportivo Salsgoar, Club Desportivo de Taleigão, Club Lusitânia das Mercês, Club Desportivo de Agacaim, Grupo Desportivo Major Faustino Duarte, Associação Académica Major da Utorda Calata, Club Mocidade Desportiva e Social de Colva, Sporting Club de Colva, Club Desportivo de Santa Inês, Club Desportivo de Santa Bárbara, Centro de Desenvolvimento da Ilha Divar, Associação Desportiva de Vasco da Gama, Club Desportivo de Vasco da Gama, Club Desportivo Salsgoar, Club Desportivo de Taleigão, Club Lusitânia das Mercês, Club Desportivo de Agacaim, Grupo Desportivo Major Faustino Duarte, Associação Académica Major da Utorda Calata, Club Mocidade Desportiva e Social de Colva, Sporting Club de Colva, Club Desportivo de Santa Inês, Club Desportivo de Santa Bárbara, Centro de Desenvolvimento da Ilha Divar, Associação Desportiva de Vasco da Gama, Club Desportivo de Vasco da Gama, Club Desportivo Salsgoar, Club Desportivo de Taleigão, Club Lusitânia das Mercês, Club Desportivo de Agacaim, Grupo Desportivo Major Faustino Duarte, Associação Académica Major da Utorda Calata, Club Mocidade Desportiva e Social de Colva, Sporting Club de Colva, Club Desportivo de Santa Inês, Club Desportivo de Santa Bárbara, Centro de Desenvolvimento da Ilha Divar, Associação Desportiva de Vasco da Gama, Club Desportivo de Vasco da Gama, Club Desportivo Salsgoar, Club Desportivo de Taleigão, Club Lusitânia das Mercês, Club Desportivo de Agacaim, Grupo Desportivo Major Faustino Duarte, Associação Académica Major da Utorda Calata, Club Mocidade Desportiva e Social de Colva, Sporting Club de Colva, Club Desportivo de Santa Inês, Club Desportivo de Santa Bárbara, Centro de Desenvolvimento da Ilha Divar, Associação Desportiva de Vasco da Gama, Club Desportivo de Vasco da Gama, Club Desportivo Salsgoar, Club Desportivo de Taleigão, Club Lusitânia das Mercês, Club Desportivo de Agacaim, Grupo Desportivo Major Faustino Duarte, Associação Académica Major da Utorda Calata, Club Mocidade Desportiva e Social de Colva, Sporting Club de Colva, Club Desportivo de Santa Inês, Club Desportivo de Santa Bárbara, Centro de Desenvolvimento da Ilha Divar, Associação Desportiva de Vasco da Gama, Club Desportivo de Vasco da Gama, Club Desportivo Salsgoar, Club Desportivo de Taleigão, Club Lusitânia das Mercês, Club Desportivo de Agacaim, Grupo Desportivo Major Faustino Duarte, Associação Académica Major da Utorda Calata, Club Mocidade Desportiva e Social de Colva, Sporting Club de Colva, Club Desportivo de Santa Inês, Club Desportivo de Santa Bárbara, Centro de Desenvolvimento da Ilha Divar, Associação

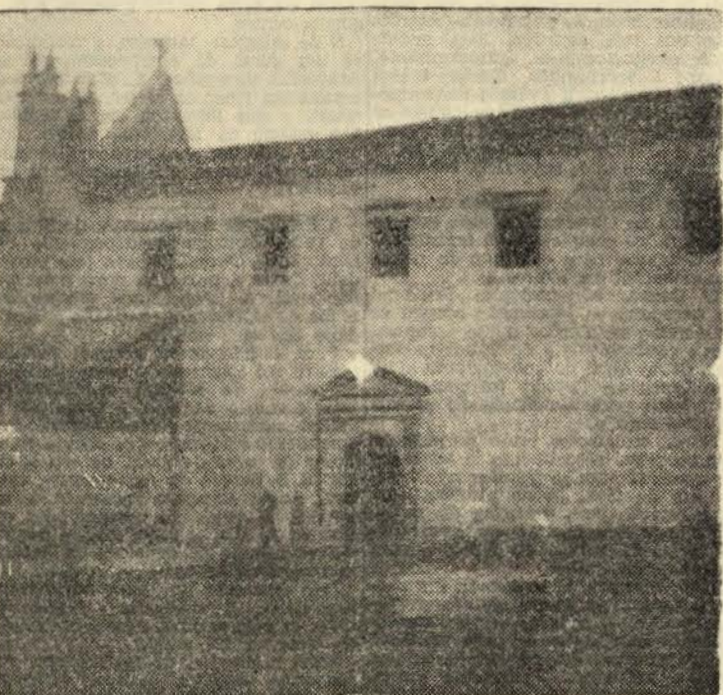
A CIDADE GLORIOSA DE VELHA GOA, PADRÃO DA HISTÓRIA E DA ARTE, RESSURGE NO ESPLENDOR DAS SUAS RIQUEZAS ARQUITECTÓNICAS, ARTÍSTICAS E CULTURAIS



Torre empenárea da igreja de S. Francisco de Assis, em Velha Goa, após os trabalhos de consolidação e reboco



Convento de S. Francisco de Assis, em Velha Goa, durante os trabalhos de conservação e restauro



Fachada lateral da capela de Santo António (Velha Goa), As escavações que estão a ser feitas em Velha Goa têm revelado riquezas arqueológicas e utensílios antiquíssimos



Alguns meses depois de tomar posse do cargo de governador-geral, e em consequência de demoradas visitas que fez à cidade de Velha Goa, conjunto precioso de ruínas gloriosas no meio de cerrada vegetação — uma cidade morta materialmente mas sempre viva porque ali se escreveram algumas das mais belas páginas da epopeia portuguesa — o sr. general Vassallo e Silva surpreendeu gostosamente os goeses com este sensacional despacho de 19 de Maio de 1959:

«A Velha Goa, como é do vulgo conhecida, é um repositório de valores artísticos, históricos, culturais e religiosos de valor inestimável, talvez único no Mundo, em que cada pedra, dentro ou fora dos edifícios, tem a sua vida, a sua alma. O próprio local integra-se, enraíza-se profundamente no significado de todas as acções que ali se encontram. Local e coisas são, no meu entender, inseparáveis. Por outro lado a posição da Velha Goa em relação à capital deste Estado de que a separam escassos quilómetros de boa estrada, com transportes rápidos e frequentes, leva-nos a procurar concentrar nela, no seu ambiente peculiar onde soam horas de encantamento espiritual, todas as nossas atenções, ou melhor, toda a nossa alma.

«Sinto que estamos num ponto crucial do destino de que consideramos melhor poder concretizar o espírito de séculos gloriosos destas terras portuguesas.

A nossa decisão só pode ser uma: impedir que se esbatam estes valores espirituais e esforçar-nos por lhes dar o ambiente próprio que o destino nos proporciona neste século XX, tão propício às derrocadas do que não seja

material. E quando digo próprio, de-sejo-o sem artifícios. Visando Velha Goa, a cidade morta, reanimar-se, não ressuscitar, mas renascer transformada em cidade monástica, cidade espiritual, silenciosa, mas com vida, em preto de homenagem e respeito à gloriosa herança de que nos devemos orgulhar.

A responsabilidade material e espiritual da decisão é enorme. Por isso considero conveniente que sobre o problema se inclinem desde já os valores intelectuais de maior autoridade que nesta terra possam fazer luz sobre certos pontos delicados e ligados ao problema.

Convergem na Velha cidade interesses diferenciados que obrigam a reunir opiniões em número de certo modo elevado. Não nos assista o facto, pelo medo de prolongadas discussões. Os valores consultados estarão à altura das circunstâncias, empenhados numa solução construtiva. Compete-lhes estabelecer as bases principais em que deve assentar o programa das realizações que passarão a ser levadas a efeito por um número restrito de técnicos e consultores, mais de acordo com a preocupação de materializar a ideia.

Para as dúvidas que se deparam na tradução dessas bases teremos sempre a boa vontade e a competência dos seus autores, aos quais desde já o governador-geral agradece a audiência ao convite que teve a honra de lhes fazer.

Para estabelecimentos dessas bases dispomos dos próximos meses de Junho e Julho, pelo que em 1 de Agosto de 1959 deverão ser-me entregues os resultados dos seus estudos.

Assim, nomeio para fazerem parte desta comissão as seguintes individualidades:

Dr. José António Ismael Gracías, presidente do Tribunal da Relação, que presidiu; mons. Francisco da Piedade Rebelo, prof. Panduranga Sacarama Sinai Pisuriencar, director do Arquivo Histórico; tenente-coronel Mario Mar-



DR. JOSÉ ANTÓNIO ISMAEL GRACÍAS

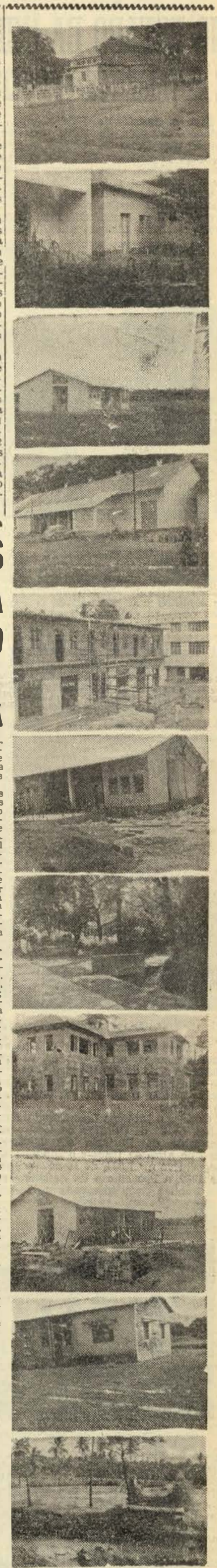
Presidente da comissão de estudo da reconstrução de Velha Goa

ques de Andrade, chefe do estado-maior do Q. G. P. A.; António Agostinho dos Mártires da Divina Providência; Jesus Lopes, chefe da Secção de Informação; eng. Artur José Pedro Joaquim Joaquim Dias, como delegado da Direcção de Obras Públicas e Transportes; dr. Maximiano Manuel de Menezes, arquitecto Nogueira Ximenes Sinai Pisuriencar, eng. Domingos Cabral de Melo, como delegado do Gabinete de Estudos e Obras, e Rui Francisco Gomes da Silva (secretário).

Esta comissão apresentou em 12 de Agosto de 1959 o seu relatório, que não só incluía o estudo completo e perfeito do problema, como apontava as soluções a adoptar para a reestruturação da Velha Goa conforme os desejos do governador-geral.

Sob o seu impulso se elaboraram os projectos e decidiram as dotações que eram necessárias para a primeira fase dos trabalhos, os quais começaram logo, de modo que já em Janeiro deste ano o sr. ministro da Presidência, quando da sua visita, pôde observar importantes obras de restauro de alguns dos principais monumentos (no artigo sobre obras públicas vem a menção das obras feitas e das verbas despendidas), como do arranjo de avenidas e ruas.

A Velha Goa ressurgiu dia a dia em toda a sua grandeza arquitectural e artística e no seu alto simbolismo religioso. O que outros governadores tentaram e não conseguiram por vários motivos, entre os quais a falta de recursos, está o sr. general Vassallo e Silva a realizar com um ritmo admirável, de modo que, em 1962 já a Velha Goa será uma das maiores atracções turísticas do continente indiano, e ao mesmo tempo prova da grandeza da acção dos portugueses no Índostão e do espírito superior do governador-geral.



NO SECTOR DAS OBRAS PÚBLICAS NOS TRÊS DISTRITOS DA ÍNDIA O GOVERNO-GERAL TEM EXERCIDO UMA ACÇÃO MAGNÍFICA, AMPLIADA EM RITMO E EFICIÊNCIA

Mencionar todas as obras públicas realizadas ultimamente na Índia Portuguesa exigiria um espaço de que não dispomos e um tempo que não é compatível com o espectro divulgador que se imprimiu a este suplemento do *Seculo*.

Na verdade, a presença da Direcção das Obras Públicas e Transportes do Estado da Índia Portuguesa é evidente em todos os distritos, desde as grandes cidades às pequenas povoações, dos palácios aos humildes caminhos vicinaes.

Esta Direcção gastou em 1959 3 531 786\$65 em obras que vão do restauro da Velha Cidade às aeroportos e material aeronáutico e passaram por todos os aspectos da actividade portuguesa na Índia.

No excepcional trabalho de restauro da Velha Cidade despenderam-se naquele ano 73 832\$25; em aeroportos e material aeronáutico, 1 006 080\$20; nos abastecimentos de água e de energia eléctrica, 2 278\$10; na construção e no equipamento de edifícios escolares, 224 649\$60; e no plano rodoviário, que inclui estradas e pontes, 780 828\$30.

Até ao final de Agosto do ano presente as verbas gastas pela Direcção montam já 1 547 170\$85, os quais escudam 3 367 808\$15 cabiam às obras de restauro da Velha Cidade e o restante a outras obras em curso.

Os trabalhos prosseguem actualmente no mesmo ritmo e com o mesmo espírito numa vasta obra de renovação e reconstrução de que a Índia Portuguesa muito tem beneficiado. As obras a terminar em 1960 ascendem a um total de 2 183\$000, distribuídas pelas seguintes obras e aparelhamento de instalações escolares, pelos estudos e obras e na continuação da reestruturação de Velha Goa.

Entre as mais importantes obras levadas a cabo neste dois últimos anos contam-se: os portos policais de Bicholim, de Valpoi, de Ponda, de Sangem e de Betul, a residência dos funcionários aduaneiros em Pólem, reconstrução do Hospital Abade de Páris, o edifício do Laboratório Farmacológico de Goa, a Biblioteca Municipal Visconde de Pernem, a instalação eléctrica no edifício da Polícia e no da Prisão de Argueda, as escolas de Latambarcom e Maem, em Bicholim, e Cuncolim e Quenlá, em Ponda; e em Bati, Netorim e Nolecrém, e numerosas reparações em edifícios públicos.

A Secção de Viagem gastou, por sua conta, 3 044 083\$00 durante o ano de 1959, para a abertura de um canal no tronco do canal de Combarlúa; as rampas de banca de passagem em Ponda, de Santo Estêvão e Candolim, Cortiém, Macassana, Colvale e Choras-Pomburpá; e muro de defesa do rio Mandovi, em Carassim; e o reforço das fundações da reparação de valados, que citamos mais extensamente em obra local.

Estão em projecto a regularização do rio Santana-Curca, em Siridão; do rio Sai, da alagosa de Macrambo, em Sarqra de Salcete; da alagosa da Comun-

idade de Dicarpale; das rampas de passagem em Gandaulim, Siolim e Chopdem e as reparações do calis-ponte de Alidón. Todas estas obras já realizadas importaram em mais de mil e duzentos contos.

São também muito consideráveis as verbas despendidas em obras públicas pelo Gabinete de Estudos e Obras do Governo-Geral. Entre as obras já realizadas contam-se as escolas primárias de Guirim, Duler, Colvale, Candolim, Calangute e Marna de Siolim; a central eléctrica da Imprensa Nacional; as capelas de Bicholim, do Carmelo, de Calicim e da Senhora da Piedade, em Molcarnem; renovações de pavimentos e construções de estradas um pouco por toda a parte; o abastecimento de água a Sangem e Goa Velha; reparações em numerosas obras sociais; as casas económicas da Polícia; e a devala de Mardol, e a mesquita de Azrath Abdul Can Xeid, em Curti de Ponda.

Em curso está a construção das escolas primárias de D. Paula, Gon. Gondyulm, Cola Querim, Corgão, Fatorpá, Xeidem, Cotorem, Onda, Ambagi, Deusasa, Quipém, Agonda, Lobidm, Bapal e Navellm, e de vários colégios; o asfaltamento de várias ruas; o mercado municipal de Vasco da Gama; a devala de Xri Granadeu Laxm Naraina; o Estádio Municipal de Margão; e reconstruções em edifícios públicos. Obras particulares: construção de estradas e caminhos; a iluminação pública de Bicholim, Quipém, Alidón, Sangem, Chinchinim e Valpoi; o abastecimento de água a Calangute, Suncuclim, Damao, Bicholim, Ambarcom, Menem, Suncruza Cruz Pernem, Vila Nova de Curcho, Valpoi, Betul, Chicalim, Suncuclim, Cortiém, Ribandar, Velha Goa, Cuncolim, Pólem, Manuiera, Mardol, Bala, Quipém, Fatorpá, Madra, Ambora, Bolrim e Joutulim; os mercados de Vila Nova de Curcho, e de Valpoi; as devalas de Xri Babilotão e Vilal de Xri Ventexa de Nanora, de Xri Lachnesvor de Bopovoti, de Xri Xantásura, de Xri Vitel e a mesquita de Chapur; e, ainda, a urbanização da praia de Calangute; o Cine-Teatro de Dio, os cemitérios de hindus em Santo Estêvão, o do bairro «Mundias» em Cuncolim e o de Sarqra; além de ampliações em vários edifícios públicos.

Como está referido, em outros locais, o Governo-Geral tem distribuído importantes subsídios aos municípios e outras instituições, os quais, a par da obra realizada pelas repartições especializadas têm contribuído para o ambiente de renovação e modernização que se verifica em todos os locais, dos mais importantes aos mais humildes, da Índia Portuguesa.

Aspectos de algumas das numerosas obras públicas realizadas ou em curso no corrente ano: De cima para baixo, escola parouquial de Fatorpá; casa de electricidade da Imprensa Nacional; edifício da Escola Primária de Guirim; Centro Social da Armada, em Vasco da Gama; ampliação do mercado de Vasco da Gama; edifício da Escola Primária de Duler (Bardex); pontão do Bairro dos Leiteiros; Devala de Mardol; edifício da Escola Primária de Gandolim; enfermaria de Bicholim; e reconstrução da ponte de Arporá

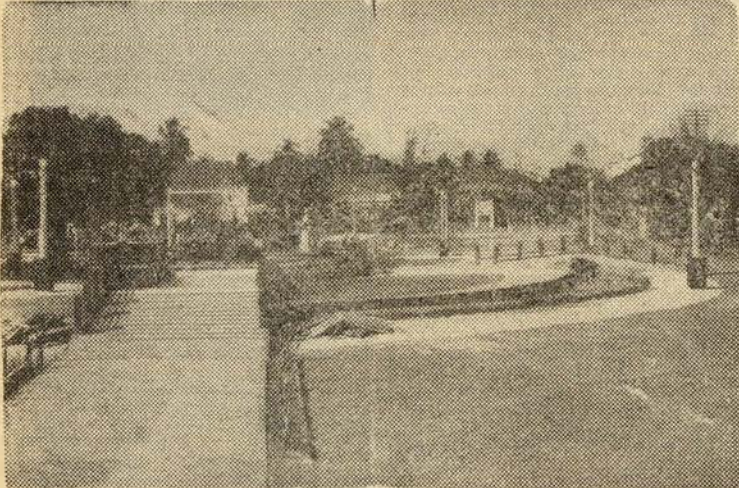


A sr.^a D. Fernanda de Vassalo e Silva, esposa do governador-geral, na inauguração de uma creche em Caranzalem (Goa)

A ACÇÃO ASSISTENCIAL NO ESTADO DA ÍNDIA PORTUGUESA É ALTAMENTE PROVEITOSA E MERITÓRIA

Tem a Assistência Pública no Estado Português da Índia procurado uma linha de conduta que assegure proficiência completa das suas directrizes. Com carinho, devoção, sacrifício e o auxílio preponderante do Ministério do Ultramar e, principalmente do Governo-Geral, a Assistência Pública conseguiu, nos últimos anos, em

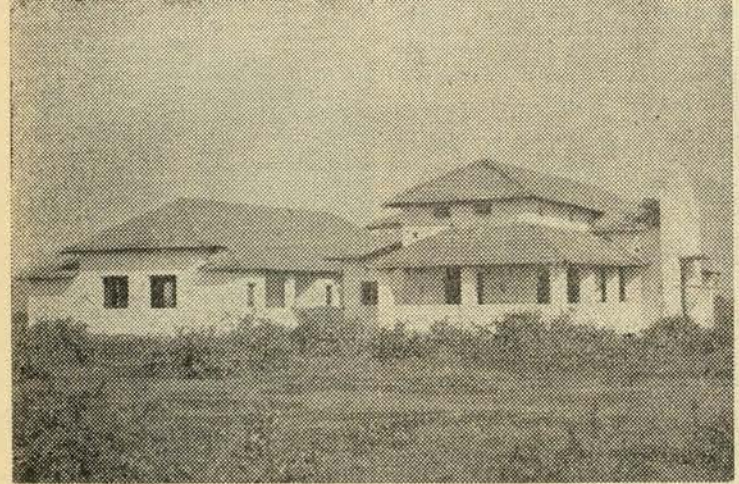
Assim, nestes dois anos surgiram: creches em Caranzalem e Sanquelin, a primeira no Convento de Nossa Senhora do Rosário e a segunda no edifício oferecido pelo industrial sr. Kamat; vários centros de Assistência, de tipos A e B nos quatro concelhos de Velhas Conquistas, Cuncolim, Canimolim, Solim, Perném, Bicholim,



Parque infantil na cidade de Margão

Goa e territórios limítrofes de soberania portuguesa, concretizar os mais variados empreendimentos de ordem social, levando a milhares de famílias e a dezenas de centros onde se cultivava o bem, um maior conforto moral e material. Durante o governo do sr. general Vassalo e Silva fomentaram-se e alargaram-se iniciativas de carácter variado, ansiosamente amparadas e, depois, incrementadas até, pelo desejo de bem servir por parte de algumas pessoas da melhor sociedade goesa.

Satari, Pondá, Sanguim, Quepém e Canacana — enquanto outros se projectam em localidades que se julgarem convenientes; bolsas de estudos na Metrópole, em número elevadíssimo, para especialização em cirurgia, assistência social, etc.; albergues e asilos, como o anexo ao antigo Albergue de Loutolim, destinado a indigentes do sexo masculino; colégios e internatos, — um em Bardéz e outro em Salsete — os maiores da Índia Portuguesa, especialmente erigidos para assistir e manter todas as



Dispensário antituberculoso de Mormugão

Vejam as realizações e empreendimentos, no campo da Assistência Pública, exactamente desde que se encontra no Governo deste Estado o sr. general Vassalo e Silva: Criados o Diploma Legislativo n.º 1.944, de 22 de Outubro de 1959 — acrescido da Portaria n.º 7.788, de 7 de Abril de 1960 — e o Diploma Legislativo n.º 1.984, de 14 de Abril de 1960, a Provedoria da Assistência Pública ficou integrada no re-

crianças enjeitadas da região; um Hospital Policlínico em Goa, com uma lotação de 150 camas, com as necessárias secções especializadas; cantinas escolares, dispensários, etc. Isto, acrescido das enormes despesas com doentes que têm de recorrer às clínicas da Metrópole, e ainda da manutenção das colónias balneares, que pelo ano fora recebem milhares de crianças. A esta última obra liga-se, imorredouro, o nome da sr.^a D. Fernan-

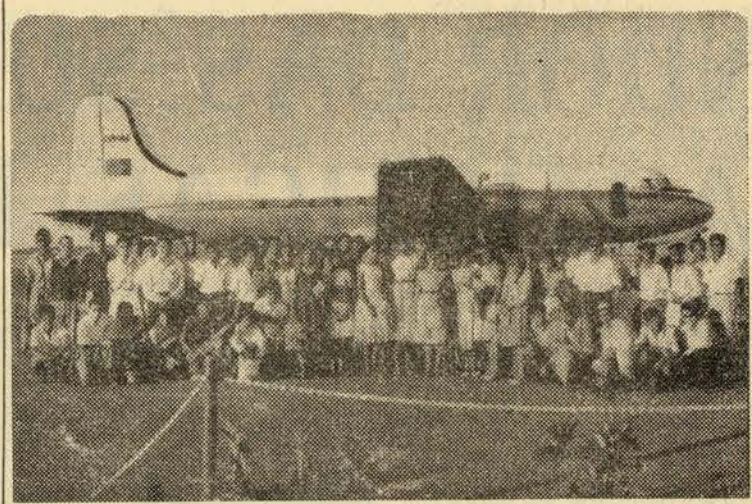


Hospital de Maternidade na cidade de Goa

gime jurídico dos serviços autónomos do Estado, atribuindo-se aqueles que nela trabalham os direitos, deveres e regalias dos demais funcionários públicos. Esta força de que a Assistência Pública se sentiu senhora trouxe vantajosas possibilidades à sua concepção. Nos últimos dois anos, a população dos territórios de Goa, Damão e Diu, passou a usufruir de extraordinários melhoramentos nos campos mais diversos. Realizaram-se, num par de anos, trabalhos cuja finalização muitos descreveriam vaticinando impossíveis ou em que não se acreditava, como concreto, nem dentro da década mais próxima. Vencendo, porém, a descrença, — sempre existiram fracas vontades e nunca elas contaram para as soluções maiores do homem — os membros da Assistência Pública caminharam de frente, convencidos de que *querer é poder*.

da Vassalo e Silva, sob cujo patrocínio foram estabelecidas no Verão do ano corrente, três colónias balneares para crianças pobres dos 7 aos 12 anos, funcionando em turnos de quinze dias, sendo distribuídas cinquenta crianças por cada colónia. Para se avaliar do interesse que a obra da Assistência Pública em Goa despertou no Governo da Nação e nas próprias entidades particulares, entregues a obras sociais de vulto, vejamos uma informação da Misericórdia de Goa: «Foram publicadas no ano corrente duas Portarias n.ºs 7.797, de 28 de Abril, e 7.816, de 2 de Junho, as quais trouxeram mais incentivo para o trabalho a maior parte dos empregados desta instituição, sobretudo do pessoal do Hospital que, sendo na sua grande maioria assalariado, passou a ser agora contratado, beneficiando-se assim, de maior es-

OS TRANSPORTES AÉREOS DA ÍNDIA PORTUGUESA VÃO EM PROGRESSO PARA A LIGAÇÃO DE GOA COM TODAS AS PARCELAS DO TERRITÓRIO NACIONAL



Alunos do Liceu de Goa, naturais de Damão e Diu, foram, de avião, por iniciativa do governador-geral, passar o Natal com suas famílias

A Companhia dos Transportes Aéreos da Índia Portuguesa (T. A. I. P.) foi fundada em 1955, tendo em vista somente a ligação aérea de Goa com Damão, Diu e Karachi, esta última cidade sede de comunicações entre a Europa e o Oriente e Extremo Oriente. A frota inicial era composta de dois Herons e foi aumentada em 1956 com dois

Ano	Horas de Voo	Quilómetros	Carga	Correio	Passageiros
1955	520-15	184.214	20 Kg	9.437 Kg	824
1956	1512-50	453.629	4.317 »	29.252 »	2.865
1957	1618-45	508.512	15.211 »	27.259 »	3.629
1958	3030-10	1.172.888	31.827 »	31.372 »	5.565
1959	2626-00	1.024.138,50	61.089 »	40.380 »	7.258
1960 (até 10-8)	1917-85	748.443	27.581 »	29.904 »	5.849

Viking's e, em Janeiro de 1958, com dois Skymasters, sendo os Herons retirados do serviço. Em 1958, iniciaram-se as carreiras mensais para Lisboa com os Skymasters. Essas carreiras passaram pouco depois a ser quinzenais. No corrente ano começaram também carreiras mensais entre Goa-Beira-Lourenço Marques, a título experimental, prevendo-se que passem a ser semanais e a efectuar com aviões DC 6 B a partir do próximo ano. Além destas carreiras normais os T. A. I. P. efectuam tratamentos para o Japão, Egipto, Arábia, etc. Para as ligações entre os distritos de Goa, Damão e Diu, utilizam os T. A. I. P. os modernos aeroplanos recentemente construídos, todos equipados com aerogélio, rádio-farol omnidireccional e pistas assinaladas de 2.000 metros por 46 metros de largura, sendo a pista de Goa iluminada com sistema eléctrico Calvert.

Durante estes dois últimos anos de 1959 e 1960, os Transportes Aéreos da Índia Portuguesa tomaram notável desenvolvimento, aumentando, em relação a 1958, em cerca de 32 e 66 por cento, respectivamente, o número de passageiros transportados.

Em Julho do corrente ano, iniciou-se a carreira regular entre Goa e Moçambique.

tabilidade nos seus lugares e mais ainda de outras regalias nas licenças disciplinares, etc. Com efeito, legislações de tal natureza provocam no espírito de quem recebe os seus benefícios uma eterna gratidão, nascendo nele o mesmo tempo um alto sentimento de bem cumprir o dever, o que dá novas e fortes energias para o cabal desempenho da missão. Ainda no corrente ano foi aprovada a revisão integral dos vencimentos, tão ansiada pelos empregados desta Santa Casa, que fora proposta pela Pia Mesa. Esta justiça calou bem funda na alma de todos os servidores desta instituição que, cónscios dos seus deveres, trabalhando sem esmorecimentos, souberam pacientemente esperar. Esse benefício deixou-os profundamente gratos.

«A Santa Casa da Misericórdia de Goa lutava como ainda hoje acontece, com várias dificuldades, sobretudo de ordem financeira. E assim, não podia enfrentar os múltiplos problemas que surgiam, mormente respeitantes à conservação dos seus edifícios que já há muito reclamavam uma grande reforma. Em boa hora, porém, graças à boa vontade do sr. governador-geral, pôde receber da Provedoria da Assistência Pública, para ajudar as boas e sãs empresas, a soma de 180.000\$00. Mais tarde, quando da chegada da delegação das Misericórdias nesta nossa terra, a Santa Casa recebeu da mesma Provedoria outra quantia, equivalente a 240.000\$00. Além disto, na mesma ocasião, foi a Fundação Gulbenkian, essa associação benemérita e filantrópica, que, através do seu ilustre presidente, sr. dr. Azeredo Pereira, lhe concedeu 100.000\$00 para a aquisição do material e equipamento hospitalares.

Tão relevante e extraordinária obra de assistência em todos os graus não podia deixar de ser posta em foco. O Governo-Geral da Índia merece todos os encômios e as honras de um dever bem cumprido. O Estado Português da Índia sente-se material e moralmente seguro, porque tem ao seu serviço homens de alta categoria, esportivos ímputos e incansáveis.

A eficiência dos serviços continua a ser a primeira preocupação do governador-geral, que determinou se estudasse um plano de conjunto para, com a maior brevidade possível, serem introduzidos nos C. T. T. os seguintes melhoramentos: instalação da rede telefónica automática, abrangendo todas as cidades e o porto de Mormugão; remodelação da rede telegráfica, com instalação de um sistema muito mais eficiente; construção de um edifício para a centralização de todas as dependências dos C. T. T. na capital da



Escola do Centro Social e creche do Bairro das Fontainhas, em Goa

CENTRO DE INFORMAÇÃO E TURISMO, HÁ POUCO TEMPO CRIADO, JÁ REVELOU BEM A SUA EFICIÊNCIA

O Centro de Informação e Turismo do Estado Português da Índia, departamento com esse título e mais largas atribuições, criado em 22 de Março de 1959, teve a sua origem numa secção de informações que, desde 1946 a 1958, esteve adstrita à Repartição Central de Estatística e Informação e ficou, depois, até Janeiro do ano corrente, subordinada à Direcção dos Serviços de Economia.

Organismo de primordial importância na Índia Portuguesa, só em Setembro foi convenientemente instalado, num edifício novo. Vai ser publicado brevemente o seu regulamento e constituído o quadro do pessoal; ao mesmo tempo será criado o Fundo de Turismo e elaborado o Estatuto da Indústria Hoteleira. Uma vez que tudo isto seja concretizado em diplomas legais, o Centro de Informação e Turismo exercerá uma profunda influência na vida do Estado da Índia, não só como órgão coordenador e impulsor da informação, mas como coordenador e impulsor do movimento turístico. Para esta última missão, na sua fase embrionária, a Natureza, em paisagens, monumentos e obras de arte que só esperam a sua valorização e aproveitamento.



Inauguração da 2.ª Feira do Livro, em Goa, em Março de 1960

no campo cultural, turístico e folclórico, sob o impulso e orientação do sr. governador-geral, que dedica também a sua missão de serviço a este aspecto da vida pública, sendo de acentuar que não havia anteriormente qualquer vestígio de actividades culturais dominantes. Quando o sr. ministro da Presidência visitou o Estado da Índia, o Centro de Informação e Turismo organizou, den-

tro de poucos dias, uma exposição de arte sacra nas salas do antigo palácio arquiépiscopal, contíguo à Sé Catedral de Goa, e outra na sacristia da Basílica do Bom Jesus num ambiente místico e artístico que mereceu lisonjeiras apreciações da Imprensa metropolitana e local, da rádio e da televisão; promoveu dois recitais de música — o de piano, pelo distinto goês Noel Flores, que actualmente se encontra em Viena como bolsista da Fundação Gulbenkian; e o de Miguel Martins, exímio violonista, que exerce a sua actividade profissional na União Indiana, e que apresentou composições da sua terra sobre motivos folclóricos de Goa; promoveu a II Feira do Livro, com participação de dezenas de livrarias e editores de Lisboa, do Porto e de Coimbra, procurando proporcionar ao público a oportunidade de satisfazer a sua ansia cultural em condições assaz vantajosas.

Pela primeira vez, as praças de Gaspar Dias, Galangute e Colva apresentaram aspectos turísticos em benefício dos Veraneantes, que encontraram nelas um ambiente agradável, graças à acção C. I. T., de colaboração com as câmaras municipais, que receberam do Governo uma participação condigna. Está em via de organização o Mosteiro de Arte Regional, onde os visitantes possam adquirir recordações de

viagem e apreciar o valor e as características do artesanato local. Está já convenientemente montado o serviço de cinema ambulante, que entrará a funcionar logo que termine a estação das chuvas. De igual modo, está presta a entrar em funcionamento a biblioteca itinerante em três grupos com 500 livros cada.

O C. I. T. abriu um concurso literário, com o prémio de três contos, para uma monografia sobre Afonso de Albuquerque, especialmente destinada às escolas primárias e a classes menos ilustradas. Está prevista a construção de três povoadas, na primeira fase, logo após a criação do Fundo de Turismo, de um hotel no porto de Mormugão, de exploração particular, tendo sido já aprovada a respectiva planta e autorizada a obrigação de construir as obras para que o hotel entre em funcionamento dentro de dois anos. O C. I. T. entrou em franquias especiais para o uso dos visitantes a actividade de propaganda turística por meio da publicação de guias, roteiros e itinerários turísticos e de várias tes nacionais e estrangeiras, e editou algumas publicações na sua Coleção de Divulgação e Cultura e criou um boletim informativo em inglês, além de continuar o «Notícias do Estado da Índia», que passou a ser órgão do Centro de Informação e Turismo. Promoveu o restauro de um estandarte histórico pertencente ao Convento de Santa Mónica e de uma casula de S. Francisco Xavier; mantém com toda a regularidade o serviço de informação para a Imprensa, rádio local e a estas e outras actividades junta-se o interesse, a dedicação e as facilidades que o C. I. T. proporciona aos visitantes e turistas nacionais e estrangeiros, cujo número cresce cada vez mais, e que colhem as melhores impressões dos respectivos serviços.

Tudo isso se fez em nove meses da existência do C. I. T., sem condições próprias e adequadas para actuar. Devesse tudo ao impulso e entusiasmo contagiante do sr. general Vassalo e Silva e ao zelo e boa vontade dos três ou quatro funcionários daquele novo departamento público, de entre os quais é de justiça salientar o director do Centro, sr. António dos Martires Lopes, ilustre goês, jornalista culto, conferente brilhante, inteiramente dedicado ao progresso da sua terra e homem de entusiasta gentileza e inextinguível zelo pelo serviço.

Assim como novos sanitários e um pavilhão para a instalação de um grupo gerador privativo de electricidade. Todas estas obras foram realizadas com dotações das Obras Públicas. Novo maquinário foi adquirido, como uma máquina de compor, uma guilhotina automática, com defesa de célula fotográfica, duas máquinas de impressão, uma máquina de costura a ponto de linha, um serviço de fotografia, um refrigerador de água, um gerador de electricidade, intercomunicadores e uma carrinha para entrega de encomendas. Estas aquisições importaram em cerca de mil ducados e cinquenta contos.

É de salientar também a realização de um curso de aperfeiçoamento de impressão tipográfica dirigido por um especialista vindo da Metrópole por três meses, o que importou em 45.000\$00; e o estágio na Metrópole de um impressor e de um encadernador, em cursos de seis meses, que importaram em 96.000\$00.

A Secção de Agrimensura do Estado da Índia Portuguesa, dependente da Direcção de Obras Públicas, tem procedido, desde a posse do novo governador-geral, a importantes realizações, sendo de salientar a exactidão e o cuidado dos seus serviços.

Para estudo do sr. general Vassalo e Silva foi elaborada a carta de Goa, na escala de 1/50.000, apresentando toda a viação nacional e municipal e outros pormenores importantes. Foi igualmente elaborada uma carta actualizada da mesma cidade, na escala de 1/40.000. A Secção de Agrimensura realizou, ainda «croquis» apresentando os prédios de todas as comunidades do distrito de Goa e prosseguir o cadastramento no concelho de Satari, intermédio da mais de quinze anos.

Para os serviços de Agrimensura foi adquirido moderno material topográfico, cuja falta de há muito se fazia sentir, e 2.000 exemplares das cartas de Goa, na escala de 1/25.000.

No próximo mês de Dezembro vai proceder-se no Estado da Índia ao 9.º Recenseamento Geral da População, serviço que está a cargo da competente Repartição de Estatística Geral. Nesta repartição foi instalado em Agosto o Serviço do Censo.

A Estatística Geral reiniciou a partir de 1959 a publicação do boletim trimestral e tem actualizado as suas publicações estatísticas.

Um diploma de Junho deste ano criou o Serviço do Censo e fixou as remunerações a atribuir ao pessoal, estabelecendo, ainda, as gratificações às pessoas estrangeiras nos Serviços de Estatística Geral que mte. tenham nos trabalhos de recenseamento.

O PLANO DE URBANIZAÇÃO DE GOA JÁ FOI SUPERIORMENTE APROVADO E VA, EM BREVE, ENTRAR EM EXECUÇÃO PARA QUE A CAPITAL DA ÍNDIA PORTUGUESA TENHA O ASPECTO QUE A SUA IMPORTÂNCIA MERECE

Em princípios de Setembro deste ano o sr. governador Vassallo e Silva reuniu no Palácio do Ilhaço os representantes da Imprensa e da rádio, o elemento oficial, os proprietários e comerciantes, para lhes expor, através de uma comunicação que seria feita pelo sr. eng. Toural Pereira Vilela, director dos Serviços de Obras Públicas, o Plano de Urbanização de Goa. Com isso mais uma vez o sr. governador dava prova do seu empenho em resolver os mais importantes problemas do Estado que dirige.

Na sua exposição, atentamente escutada, o sr. eng. Pereira Vilela considerou que poucos problemas poderiam interessar mais à quase totalidade dos habitantes do Estado da Índia do que aqueles que respeitavam ao futuro do tempo discutido Plano de Urbanização.

«A cidade de Goa a que se refere o plano director define-a ele como constituída na sua parte urbana, principalmente a Panjim antiga, e o bairro da aldeia de Taleigão, elevada à categoria de cidade por alvará de 22 de Março de 1943 e atribui a sua formação à necessidade que existiu de ser criado um novo núcleo urbano que herdasse as funções e albergasse o grosso da população da Velha Goa».

«O sr. eng. Pereira Vilela referiu-se depois à sugestão de um habitante para que a urbanização das cidades de Goa e de Vasco da Gama fosse estudada em conjunto, e mais adiante afirmou:

«Estudando o aspecto actual da cidade de Goa, os urbanistas consideram-na dividida em duas zonas completamente distintas: a urbana, constituída pela freguesia de Panjim e a suburbana ou rural, formada pelas freguesias de Caranzalém, Mercês, Santa Cruz, Ribandar e as todas incluídas dentro da grande área que, em estreta faixa se estende ao longo do rio Mandovi e se inclui nos limites administrativos fixados pela portaria n.º 4.409, de 22 de Maio de 1947. Também aqui se manifestou o desacordo de alguns dos membros do comité, que se pronunciaram sobre o plano e que, em ideia que reputo muito interessante, desejariam ver as freguesias de Mercês e Santa Cruz excluídas da cidade que se desenvolveria de preferência para o mar, o que, aliás, é uma tendência que as diversas moradias que vêm estabelecendo-se ao longo da estrada de Dona Paula indicam já. Este pensamento, que se ilustra dentro do que aconteceu a criação da cidade única Goa-Vasco da Gama, defendida de constituir os produtivos campos de arroz das Mercês e Santa Cruz, em prejuízo — evidentemente — dos de Caranzalém, que se classificam de menos férteis. Atenda-se ao não desenvolvimento dos estudos em curso, as considerações que acabei de reproduzir, a verdade é que na cidade de Goa sempre a zona urbana se distinguirá fundamentalmente da rural e o plano director não poderia deixar de ter tal facto em consideração».

«Em relação à primeira adoptou-se um critério do qual a mais saliente característica é a prudência que claramente se traduz na seguinte passagem: «Em relação ao núcleo urbano, em que as grandes remodelações não são aconselháveis pelo seu carácter de confusão, o traçado representativo das diversas épocas em que se deu a sua expansão e qualidade de alguns dos seus edifícios, um Plano da sua urbanização terá de ser principalmente de carácter disciplinador, muito do qual é sempre possível, muito do qual é sempre necessário, e que a esta zona da cidade as condições que a tornem apta a enfrentar o progresso naturalmente atingido pela vida cidadã».

«O plano afirmou-se em seguida: «No presente Plano Director, partiu-se da ideia de que a população da cidade de Goa que, em 1960, rondará a volta de 31.000 habitantes (16.400 pertencentes à zona urbana e 14.600 à zona rural), atingirá, no ano 2000, um número aproximado de 53.000. Estas três décadas de milhar de cidadãos têm hoje ao seu dispor — segundo o parecer dos urbanistas e as linhas rectricas de outros locais por onde já andei, uma excelente rede de estradas que percorre a quase totalidade do território e que com a construção das outras principais vias urbanas do distrito».

«Na apreciação de certos quadros há quem afirme que, de longe, se vê melhor. Se isto aqui tiver aplicação, que se pensassem em que tanto as zonas têm atraição, pedras como se isentos de pecado estivessem».

«A expansão natural do núcleo urbano — diz o Plano Director — tem sido efectuada segundo dois sentidos — o da ocupação do Altimho e o da ocupação da zona marginal do rio Mandovi para o lado da sua foz. De um destes dois sentidos observados ter a sua explicação no facto de o núcleo urbano se encontrar envolvido por uma vasta zona baixa e plana, hoje designada à agricultura e de mais condições climatológicas para nelas se dar a fixação de construções de carácter residencial. Ora, é justamente, nestas zonas que se situam não só as populações freguesias de Santa Cruz e das Mercês, mas ainda a aldeia de Taleigão e engloba-las dentro dos limites citados é, não parece haver dúvidas,

não só mais uma transigência dos urbanistas, a conformar-se com o carácter aldeano de grande parte da capital deste Estado, mas criar problemas cuja solução, no futuro, não se apresentará nada fácil.

«Vê-se que, para já, e ainda em superiormente estudado, se é obrigado a dividir os subúrbios em três áreas caracterizadas por: a) forte carácter agrícola, na parte baixa e plana que envolve o núcleo urbano, com mais condições climatológicas para nela se desenvolver a habitação; b) aconselhável para se habitar no anel envolvente da zona anterior; c) de carácter histórico e monumental, na parte antiga, ocupada pela Velha Cidade. Eu julgo que será complicar desnecessariamente o problema desta terra, anexar-lhe parte efectiva de urbanização os apêndices que acabamos de referir e que — em boa verdade — poucas ou nenhuma relação com ele têm».

«Santa Cruz, Mercês e Taleigão são as três aldeias, neste aspecto, de Panjim, que se pode haver vantagem em não as incluir, pelo menos por agora, em assunto tão ingráto e delicado. Caranzalém, sim, é já uma verdadeira continuação desta cidade, da qual se distingue pela tabuleta de estradas que, para esse efeito, se colocou na sua foz. A Velha Goa não se lhe exija, senão que se mantenham como sagradas relíquias e museus de uma época gloriosa que nos cumpre enaltecer e respeitar. Quero, com o que disse, significar que me parece artificial a consideração de uma cidade de Goa, envolvendo todas aquelas freguesias e que, as actuais exigências, basariam o planeamento relativo à chamada zona urbana estendendo-se até com mais verdade, ao que agora habita na parte da trilha do rio Mandovi, agora em causa, bem como o nosso exame ao que lhe interesse e interessa igualmente à sua população. Com as reservas que as incertezas quanto à localização da futura ponte sobre o rio Mandovi aconselharam a estas linhas todas as dúvidas poderão já estar desfeitas pois que a apreciação de processo respeitante àquela obra de arte pode muito bem ter já sido concluída e partindo de elementos que oportunos foram referindo e de outros — avaliação do número de habitantes, regimes de chuva, humidade, temperaturas e ventos, etc. — que os urbanistas entenderam dever considerar a definição do núcleo urbano, contemplando-a em diferentes situações».

«Compreendendo toda a actual zona central prevê-se estabelecer o centro cívico e social, justificando-se a vasta área que lhe é destinada com o carácter administrativo da cidade, com a capital deste Estado e com a necessidade de estabelecer nas zonas dos serviços públicos, hoje tão mal servidos de edifícios como as Obras Públicas — em casa de ferro, espeto de pan — ou alojados em prédios particulares adoptados, com prejuízo deles próprios, os edifícios que, na sua falta, os iriam ocupar. Nesta zona, pretende-se não ser de futuro autorizada a construção de edifícios para a habitação salvo os que se destinarem a hotel, hotel-residencial ou apartamentos. Assim, a população do centro diminuirá, julgando-se que em 1980, passará a ser da ordem de 2.300 habitantes, apenas, e que — de futuro — não ultrapassará 10 por cento do total da cidade. É claro que estas datas devem considerar-se como pontos de previsão e não como pontos de realidade, o plano, neste ponto, se limite a disciplinar, sem impor remodelações, parece acreditar-se nas nossas sempre desmentidas predisposições para aceitar o que superiormente se nos aconselha. De qualquer modo, e desde já, além do carácter da zona em causa, dos tipos de construção a estabelecer nela e do quantitativo da sua população futura — elementos que já referi — esboçamos-se a revisão do traçado das ruas, com o intuito de se levarem — como era de esperar — as maiores oposições. Esse esquema, aliás, poderá ter de sofrer fortes realtações uma vez que ele e o grande parte depende da localização da futura ponte sobre o rio Mandovi».

«Pelo a IV, Ex.ª para me acompanharem nestas linhas, que agora faremos pela cidade, para tomar conhecimento das soluções previstas para a referida ponte — e, para melhor nos orientarmos, partamos, por exemplo, de Mapuca. A viagem far-se-á pelo trajecto habitual, mas antes de descer para Betim, abandonaremos a antiga estrada e, contornando, por Leste, a elevação que contém o farol de Malim chegaremos a um ponto de onde poderemos optar o pelo trajecto que nos conduzirá em frente da actual estrada para os lagos. A Nascente da ponte de Lihars — ou pelo que, passando entre os edifícios de Fazenda e do tribunal das líhas, nos levará atrás da igreja matriz. No primeiro caso, a entrada em Panjim far-se-á como agora pela ponte de Lihars ou pela ligação a construir — com a estrada nacional que, de Goa, se dirige a Agacim. No segundo, estabelecer-se-á um nó de comunicações o corte do Outeiro, de onde irradiarão as vias de acesso necessárias. Uma vez feita a hipótese, entraremos a continuar a nossa viagem até aos Reis Magos, o que implicará a utilização de um novo trajecto de estrada, atravessando-se o rio ligeiramente a Leste da fortaleza da qual povoação. Quero referir ainda uma outra solução, que, embora não indicada no actual plano, existe e foi já considerada no estudo que se fez da ponte sobre o rio Mandovi — a que previa vir de Betim, local onde hoje se encontram as oficinas dos S. A. N. I., directamente a parte posterior do Tribunal da Relação».

«Como muito bem se compreende, sem que se conheça o local exacto onde a ponte será estabelecida, é impossível tomar decisão final sobre os arranjos a fazer para a sua construção. Como já disse, possível é que a esta obra se esteja já a trabalhar, tendo-se dado, pois, o passo em frente de que o plano necessita. A incerteza existente quanto ao futuro local de atravessamento do Mandovi não evita que os urbanistas tivessem delineado desde já um plano de arranjos principais, salvo numa pequena zona, mais afectada pela posição da ponte».

«Eis alguns dos aspectos mais salientes do seu estudo: Todo o núcleo urbano será contornado por uma esplanada, a Avenida que, na zona compreendida entre as pontes de Lihars e do Campal terá uma largura total de 30,00 metros. Frente à Rua de Cadeia, uma praça, bifurcará a via de comunicações antes referida, dando lugar a uma outra avenida, marginal, da mesma largura — até Gaspar Dias — e mantendo a Clavero Lopes, já existente. De si para diante e ligando com a estrada de Goa — Agacim seguirá a larga via de circulação que vimos descrevendo que se estenderá ao longo do trecho compreendido entre aquela estrada e a Ponte de Lihars — para 24 metros (perfil H. Desenho 3) ao que se julga, uma vez que o plano não menciona esse aspecto. Este anel de manifestas funções, para a comunicação com o interior do núcleo através de «tracados» já existentes — mas que se melhorará — excepção feita ao da Rua 20 de Janeiro que será profundamente alterada na zona das Fontainhas. Como se vê, os urbanistas tiveram como principal preocupação a preocupação de estabelecer um esquema de trânsito que lhes permitisse atribuir a cada arruamento a sua função própria».

«Voltando ao centro cívico e comercial, depois desta volta, pela cidade, verificamos que — embora os arranjos existentes se tenham mantido — a quase totalidade, alguns houve que foram encunados, apenas no desenho, foram modificados ou mesmo eliminados. Tal motivo — como já referi — críticas diversas de alguns interessados, e se bem que — na maioria dos casos — apenas os pequenos negócios que muito respeitáveis — problemas — houve sem que, portanto, posto desde já garantir que todos serão postos à

consideração dos urbanistas, para os devidos efeitos. É claro que o público deverá estar preparado para sofrer também alguns dos transtornos que o progresso sempre acarreta — procurar-se-á, 2.º, no entanto, que sejam tão poucos quanto possível, até porque algumas das observações apresentadas se afiguram muito razoáveis. Citarei, entre outros os reparos feitos, quanto à eliminação de algumas ruas nas zonas do Campal e mercado municipal; às alterações no bairro de Santa Inês; à falta de previsão de traçado no Corte do Outeiro e Traseira de Delhi e modificações encareadas na zona das ruas Governador Pestana e Heliodora Salgado — todos tão merecedores de atenção que, por certo, serão tidos na devida conta pelos urbanistas — que acrescentarão as dificuldades que deles resultam as mudanças a sua árdua tarefa de obra a suportar. Uma destas — e bem grande a ela deve ser pois que mereceu honras de destaque — diz respeito ao projecto do novo edifício para a Câmara Municipal, que, pelo seu volume e disposição dos diversos corpos, que o compõem, se julga inapropriado para onde se vai localizar, destruindo o todo o harmónico aspecto que ela hoje apresenta. Este caso que não será, infelizmente único, vem pôr em evidência o facto de que o maior erro de que um plano de urbanização pode sofrer é a demora de alguns anos a elaborar-se».

«Além das pontes já aqui tratadas o estudo do centro cívico, na fase em que por enquanto se apresenta — nada mais contém do que algumas indicações de generalidade — e por essa razão não se podem fazer mais do que as que fizemos, deixando a examinar agora as outras áreas da cidade. A distribuição que se prevê para a sua população, no prazo de vinte anos — estipulada como máximo de actualização para o plano é a seguinte: Fontainhas, 5.000 habitantes; Encosta, 3.000; Gaspar Dias, 2.000; Altimho, 2.000; Caranzalém, 3.000; e Taleigão, 2.000. Estas seis células foram estudadas através de quadriculados, tão toscos quanto possível, tendo os urbanistas atingido as seguintes conclusões: nas células habitacionais, junto ao centro da cidade, a densidade de população poderá manter-se nos números actuais — cerca de 300 habitantes por hectare; o seu plot ratio, isto é, a relação existente entre a área total dos pisos de construção e a área do terreno, hoje bastante baixo e não excedendo o valor médio de 0,8, pode ser melhorado, adoptando-se o tipo de construções em altura e obtendo-se, assim, facilmente, mais de vinte metros quadrados de espaço livre por habitante — o que se afigura suficiente; nas células habitacionais excentricas, estes valores poderão e deverão ser reduzidos, de acordo com o tipo das construções a efectuar e com as condições topográficas. Para estas zonas, no entanto, a densidade média de população deve fixar-se à volta de 150 habitantes; no momento, a área coberta por habitante anda à volta de 25 metros quadrados, valor que não é muito elevado em conta no prosseguimento dos

ELECTRIFICAÇÃO DO DISTRITO DE GOA VAI SER EM BREVE UMA REALIDADE, POIS JÁ FOI POSTA A CONCURSO A IMPORTANTE OBRA, EM REGIME DE CONCESSÃO

A electrificação do distrito de Goa vai ser brevemente um facto, já no princípio deste ano foi apresentado à Imprensa o plano respectivo, elaborado pelo ilustre engenheiro goês sr. Jenardana U. Couto, e também já esta a correr o prazo para apresentação de propostas, visto que a obra será dada, em concessão, a uma empresa particular.

Apresentar o seu relatório, o sr. eng. Jenardana Couto fez, com amplitude, a definição do que se entende por Produção térmica clássica, produção térmica nuclear, cisão ou fissão, produção hidroeléctrica, dadas as condições, e, em seguida, a sua importância, os seus aspectos importantes e esclarecimentos. E declarou em seguida:

«O que podemos dizer quanto ao progresso de electricidade no Estado da Índia? A nossa posição no campo de produção de energia eléctrica é absolutamente inferior à dos países desenvolvidos, no que se refere ao nível a que temos chegado, os parâmetros que nos traçam os caminhos a percorrer, os recursos naturais que temos disponíveis e o grau de civilização da população, número de centros populacionais, o desenvolvimento da indústria mineira e, finalmente, os recursos naturais».

«É incontestável que o surto mineiro registado na economia de Goa dentro dos últimos 10 anos em que a nossa actividade de mineração de ferro nos deu um enorme número de toneladas de minério de ferro e de minério de cobre de 5 milhões de toneladas, não se pode considerar como um facto de relevo no sector de produção de electricidade».

«E, neste registo, o Goa com os seus 55.000 habitantes e mais de 140.140.000 habitantes não tem mais do que 7.500.000 KWh de energia produzida em 1959, segundo um cálculo aproximado a que procedi pessoalmente. Conforme o censo de 1950 existem em Goa, além de quatro cidades, e sete vilas, 891 aldeias e algumas destas são tão densamente povoadas que em doze aldeias há mais de 5.000 e noutras 800 mais de 2.000 habitantes. No entanto, os oito distritos e apenas três vilas estão electrificadas em condições que se podem considerar pouco satisfatórias. Assim, os índices característicos da nossa produção eléctrica, que é toda de origem térmica, não extremam os pobres, como se conclui dos gráficos da planta n.º 2 das seguintes cifras: Froas: Produção de energia eléctrica em KWh, 17.500; Produção por habitante, 137 KWh/habit. Produção por KM2, 21 MW/habit. Produção por habitante na KM2, 668 KWh/habit. Produção por habitante em Mapuca, 248 KWh/habit.

«Comparando os nossos índices de produção de energia eléctrica com os dos Estados Unidos, o índice de produção de energia eléctrica por habitante é de 3.000 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por KM2 é de 215 KWh/habit. em 1955. A captação de consumo residencial, que varia muito conforme o nível da população, é de 10 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por habitante é de 3.000 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por KM2 é de 215 KWh/habit. em 1955. A captação de consumo residencial, que varia muito conforme o nível da população, é de 10 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por habitante é de 3.000 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por KM2 é de 215 KWh/habit. em 1955. A captação de consumo residencial, que varia muito conforme o nível da população, é de 10 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por habitante é de 3.000 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por KM2 é de 215 KWh/habit. em 1955. A captação de consumo residencial, que varia muito conforme o nível da população, é de 10 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por habitante é de 3.000 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por KM2 é de 215 KWh/habit. em 1955. A captação de consumo residencial, que varia muito conforme o nível da população, é de 10 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por habitante é de 3.000 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por KM2 é de 215 KWh/habit. em 1955. A captação de consumo residencial, que varia muito conforme o nível da população, é de 10 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por habitante é de 3.000 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por KM2 é de 215 KWh/habit. em 1955. A captação de consumo residencial, que varia muito conforme o nível da população, é de 10 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por habitante é de 3.000 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por KM2 é de 215 KWh/habit. em 1955. A captação de consumo residencial, que varia muito conforme o nível da população, é de 10 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por habitante é de 3.000 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por KM2 é de 215 KWh/habit. em 1955. A captação de consumo residencial, que varia muito conforme o nível da população, é de 10 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por habitante é de 3.000 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por KM2 é de 215 KWh/habit. em 1955. A captação de consumo residencial, que varia muito conforme o nível da população, é de 10 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por habitante é de 3.000 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por KM2 é de 215 KWh/habit. em 1955. A captação de consumo residencial, que varia muito conforme o nível da população, é de 10 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por habitante é de 3.000 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por KM2 é de 215 KWh/habit. em 1955. A captação de consumo residencial, que varia muito conforme o nível da população, é de 10 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por habitante é de 3.000 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por KM2 é de 215 KWh/habit. em 1955. A captação de consumo residencial, que varia muito conforme o nível da população, é de 10 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por habitante é de 3.000 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por KM2 é de 215 KWh/habit. em 1955. A captação de consumo residencial, que varia muito conforme o nível da população, é de 10 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por habitante é de 3.000 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por KM2 é de 215 KWh/habit. em 1955. A captação de consumo residencial, que varia muito conforme o nível da população, é de 10 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por habitante é de 3.000 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por KM2 é de 215 KWh/habit. em 1955. A captação de consumo residencial, que varia muito conforme o nível da população, é de 10 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por habitante é de 3.000 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por KM2 é de 215 KWh/habit. em 1955. A captação de consumo residencial, que varia muito conforme o nível da população, é de 10 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por habitante é de 3.000 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por KM2 é de 215 KWh/habit. em 1955. A captação de consumo residencial, que varia muito conforme o nível da população, é de 10 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por habitante é de 3.000 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por KM2 é de 215 KWh/habit. em 1955. A captação de consumo residencial, que varia muito conforme o nível da população, é de 10 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por habitante é de 3.000 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por KM2 é de 215 KWh/habit. em 1955. A captação de consumo residencial, que varia muito conforme o nível da população, é de 10 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por habitante é de 3.000 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por KM2 é de 215 KWh/habit. em 1955. A captação de consumo residencial, que varia muito conforme o nível da população, é de 10 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por habitante é de 3.000 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por KM2 é de 215 KWh/habit. em 1955. A captação de consumo residencial, que varia muito conforme o nível da população, é de 10 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por habitante é de 3.000 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por KM2 é de 215 KWh/habit. em 1955. A captação de consumo residencial, que varia muito conforme o nível da população, é de 10 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por habitante é de 3.000 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por KM2 é de 215 KWh/habit. em 1955. A captação de consumo residencial, que varia muito conforme o nível da população, é de 10 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por habitante é de 3.000 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por KM2 é de 215 KWh/habit. em 1955. A captação de consumo residencial, que varia muito conforme o nível da população, é de 10 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por habitante é de 3.000 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por KM2 é de 215 KWh/habit. em 1955. A captação de consumo residencial, que varia muito conforme o nível da população, é de 10 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por habitante é de 3.000 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por KM2 é de 215 KWh/habit. em 1955. A captação de consumo residencial, que varia muito conforme o nível da população, é de 10 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por habitante é de 3.000 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por KM2 é de 215 KWh/habit. em 1955. A captação de consumo residencial, que varia muito conforme o nível da população, é de 10 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por habitante é de 3.000 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por KM2 é de 215 KWh/habit. em 1955. A captação de consumo residencial, que varia muito conforme o nível da população, é de 10 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por habitante é de 3.000 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por KM2 é de 215 KWh/habit. em 1955. A captação de consumo residencial, que varia muito conforme o nível da população, é de 10 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por habitante é de 3.000 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por KM2 é de 215 KWh/habit. em 1955. A captação de consumo residencial, que varia muito conforme o nível da população, é de 10 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por habitante é de 3.000 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por KM2 é de 215 KWh/habit. em 1955. A captação de consumo residencial, que varia muito conforme o nível da população, é de 10 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por habitante é de 3.000 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por KM2 é de 215 KWh/habit. em 1955. A captação de consumo residencial, que varia muito conforme o nível da população, é de 10 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por habitante é de 3.000 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por KM2 é de 215 KWh/habit. em 1955. A captação de consumo residencial, que varia muito conforme o nível da população, é de 10 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por habitante é de 3.000 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por KM2 é de 215 KWh/habit. em 1955. A captação de consumo residencial, que varia muito conforme o nível da população, é de 10 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por habitante é de 3.000 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por KM2 é de 215 KWh/habit. em 1955. A captação de consumo residencial, que varia muito conforme o nível da população, é de 10 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por habitante é de 3.000 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por KM2 é de 215 KWh/habit. em 1955. A captação de consumo residencial, que varia muito conforme o nível da população, é de 10 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por habitante é de 3.000 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por KM2 é de 215 KWh/habit. em 1955. A captação de consumo residencial, que varia muito conforme o nível da população, é de 10 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por habitante é de 3.000 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por KM2 é de 215 KWh/habit. em 1955. A captação de consumo residencial, que varia muito conforme o nível da população, é de 10 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por habitante é de 3.000 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por KM2 é de 215 KWh/habit. em 1955. A captação de consumo residencial, que varia muito conforme o nível da população, é de 10 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por habitante é de 3.000 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por KM2 é de 215 KWh/habit. em 1955. A captação de consumo residencial, que varia muito conforme o nível da população, é de 10 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por habitante é de 3.000 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por KM2 é de 215 KWh/habit. em 1955. A captação de consumo residencial, que varia muito conforme o nível da população, é de 10 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por habitante é de 3.000 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por KM2 é de 215 KWh/habit. em 1955. A captação de consumo residencial, que varia muito conforme o nível da população, é de 10 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por habitante é de 3.000 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por KM2 é de 215 KWh/habit. em 1955. A captação de consumo residencial, que varia muito conforme o nível da população, é de 10 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por habitante é de 3.000 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por KM2 é de 215 KWh/habit. em 1955. A captação de consumo residencial, que varia muito conforme o nível da população, é de 10 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por habitante é de 3.000 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por KM2 é de 215 KWh/habit. em 1955. A captação de consumo residencial, que varia muito conforme o nível da população, é de 10 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por habitante é de 3.000 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por KM2 é de 215 KWh/habit. em 1955. A captação de consumo residencial, que varia muito conforme o nível da população, é de 10 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por habitante é de 3.000 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por KM2 é de 215 KWh/habit. em 1955. A captação de consumo residencial, que varia muito conforme o nível da população, é de 10 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por habitante é de 3.000 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por KM2 é de 215 KWh/habit. em 1955. A captação de consumo residencial, que varia muito conforme o nível da população, é de 10 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por habitante é de 3.000 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por KM2 é de 215 KWh/habit. em 1955. A captação de consumo residencial, que varia muito conforme o nível da população, é de 10 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por habitante é de 3.000 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por KM2 é de 215 KWh/habit. em 1955. A captação de consumo residencial, que varia muito conforme o nível da população, é de 10 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por habitante é de 3.000 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por KM2 é de 215 KWh/habit. em 1955. A captação de consumo residencial, que varia muito conforme o nível da população, é de 10 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por habitante é de 3.000 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por KM2 é de 215 KWh/habit. em 1955. A captação de consumo residencial, que varia muito conforme o nível da população, é de 10 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por habitante é de 3.000 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por KM2 é de 215 KWh/habit. em 1955. A captação de consumo residencial, que varia muito conforme o nível da população, é de 10 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por habitante é de 3.000 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por KM2 é de 215 KWh/habit. em 1955. A captação de consumo residencial, que varia muito conforme o nível da população, é de 10 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por habitante é de 3.000 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por KM2 é de 215 KWh/habit. em 1955. A captação de consumo residencial, que varia muito conforme o nível da população, é de 10 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por habitante é de 3.000 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por KM2 é de 215 KWh/habit. em 1955. A captação de consumo residencial, que varia muito conforme o nível da população, é de 10 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por habitante é de 3.000 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por KM2 é de 215 KWh/habit. em 1955. A captação de consumo residencial, que varia muito conforme o nível da população, é de 10 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por habitante é de 3.000 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por KM2 é de 215 KWh/habit. em 1955. A captação de consumo residencial, que varia muito conforme o nível da população, é de 10 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por habitante é de 3.000 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por KM2 é de 215 KWh/habit. em 1955. A captação de consumo residencial, que varia muito conforme o nível da população, é de 10 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por habitante é de 3.000 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por KM2 é de 215 KWh/habit. em 1955. A captação de consumo residencial, que varia muito conforme o nível da população, é de 10 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por habitante é de 3.000 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por KM2 é de 215 KWh/habit. em 1955. A captação de consumo residencial, que varia muito conforme o nível da população, é de 10 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por habitante é de 3.000 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por KM2 é de 215 KWh/habit. em 1955. A captação de consumo residencial, que varia muito conforme o nível da população, é de 10 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por habitante é de 3.000 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por KM2 é de 215 KWh/habit. em 1955. A captação de consumo residencial, que varia muito conforme o nível da população, é de 10 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por habitante é de 3.000 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por KM2 é de 215 KWh/habit. em 1955. A captação de consumo residencial, que varia muito conforme o nível da população, é de 10 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por habitante é de 3.000 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por KM2 é de 215 KWh/habit. em 1955. A captação de consumo residencial, que varia muito conforme o nível da população, é de 10 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por habitante é de 3.000 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por KM2 é de 215 KWh/habit. em 1955. A captação de consumo residencial, que varia muito conforme o nível da população, é de 10 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por habitante é de 3.000 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por KM2 é de 215 KWh/habit. em 1955. A captação de consumo residencial, que varia muito conforme o nível da população, é de 10 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por habitante é de 3.000 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por KM2 é de 215 KWh/habit. em 1955. A captação de consumo residencial, que varia muito conforme o nível da população, é de 10 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por habitante é de 3.000 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por KM2 é de 215 KWh/habit. em 1955. A captação de consumo residencial, que varia muito conforme o nível da população, é de 10 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por habitante é de 3.000 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por KM2 é de 215 KWh/habit. em 1955. A captação de consumo residencial, que varia muito conforme o nível da população, é de 10 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por habitante é de 3.000 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por KM2 é de 215 KWh/habit. em 1955. A captação de consumo residencial, que varia muito conforme o nível da população, é de 10 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por habitante é de 3.000 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por KM2 é de 215 KWh/habit. em 1955. A captação de consumo residencial, que varia muito conforme o nível da população, é de 10 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por habitante é de 3.000 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por KM2 é de 215 KWh/habit. em 1955. A captação de consumo residencial, que varia muito conforme o nível da população, é de 10 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por habitante é de 3.000 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por KM2 é de 215 KWh/habit. em 1955. A captação de consumo residencial, que varia muito conforme o nível da população, é de 10 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por habitante é de 3.000 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por KM2 é de 215 KWh/habit. em 1955. A captação de consumo residencial, que varia muito conforme o nível da população, é de 10 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por habitante é de 3.000 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por KM2 é de 215 KWh/habit. em 1955. A captação de consumo residencial, que varia muito conforme o nível da população, é de 10 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por habitante é de 3.000 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por KM2 é de 215 KWh/habit. em 1955. A captação de consumo residencial, que varia muito conforme o nível da população, é de 10 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por habitante é de 3.000 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por KM2 é de 215 KWh/habit. em 1955. A captação de consumo residencial, que varia muito conforme o nível da população, é de 10 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por habitante é de 3.000 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por KM2 é de 215 KWh/habit. em 1955. A captação de consumo residencial, que varia muito conforme o nível da população, é de 10 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por habitante é de 3.000 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por KM2 é de 215 KWh/habit. em 1955. A captação de consumo residencial, que varia muito conforme o nível da população, é de 10 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por habitante é de 3.000 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por KM2 é de 215 KWh/habit. em 1955. A captação de consumo residencial, que varia muito conforme o nível da população, é de 10 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por habitante é de 3.000 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por KM2 é de 215 KWh/habit. em 1955. A captação de consumo residencial, que varia muito conforme o nível da população, é de 10 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por habitante é de 3.000 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por KM2 é de 215 KWh/habit. em 1955. A captação de consumo residencial, que varia muito conforme o nível da população, é de 10 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por habitante é de 3.000 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por KM2 é de 215 KWh/habit. em 1955. A captação de consumo residencial, que varia muito conforme o nível da população, é de 10 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por habitante é de 3.000 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por KM2 é de 215 KWh/habit. em 1955. A captação de consumo residencial, que varia muito conforme o nível da população, é de 10 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por habitante é de 3.000 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por KM2 é de 215 KWh/habit. em 1955. A captação de consumo residencial, que varia muito conforme o nível da população, é de 10 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por habitante é de 3.000 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por KM2 é de 215 KWh/habit. em 1955. A captação de consumo residencial, que varia muito conforme o nível da população, é de 10 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por habitante é de 3.000 KWh/habit. e o índice de produção de energia eléctrica por KM2 é de 215 KWh/habit. em 1955. A captação de consumo residencial, que varia muito conforme o nível da população, é de 10 KWh/habit. e o índice de produção de energia

AS COMUNIDADES ALDEANAS, CUA ORIGEM É MULTISSECULAR, SÃO ELEMENTOS ÚTEIS DA ECONOMIA GOESA E REALIZAM IMPORTANTES OBRAS COM O AUXÍLIO DO GOVERNO-GERAL

Fala-se há muitos anos das comunidades de Goa, apontando-as como excelentes órgãos de progresso econômico e social, tão importantes que o general Afonso de Albuquerque as manteve e acarinhou, com isso marcando um princípio até hoje seguido. Porém, os portugueses da Europa, e menos ainda os estrangeiros, pouco sabem acerca dessas comunidades; e isso levou o século a solicitar do sr. dr. José António Imael Gracías, ilustrado presidente do Tribunal da Relação de Goa e erudito investigador e escritor goês, a seguinte magnífica informação:

Entre as instituições peculiares existentes no Estado da Índia avultam as Góccarias (de gão=aldeia, car=senhor), cuja origem, certamente, é o povoamento do território de Goa. Se ignora dizendo o fidalgo de Afonso de Albuquerque, de 16 de Setembro de 1526, e não se pode saber o começo disto, João de Barros (Década 2.ª, Liv. V, cap. 1.º) narra que foram os seus primeiros habitantes, que, ao vir a terra, como em maninhos, sem Senhor, vieram aproveitar o que podiam destes sapes, vallando-os, e cultivando-os a maneira dos adiques de Flandres, de que o tempo, e a continuação de trabalho os fez ferreiros, e vícios, finalmente multiplicada a gente e o benefício da cultura vieram os principais e senhores d'aquella interior do Reino Canará a conquistar esta pobre gente, e tanta foi a cubica, que lhe venderam a herança que elles, e seus filhos tinham adquirido com suor de seu rosto, e foi por esta maneira que houve entre elles, e o Príncipe, que os trouxe a este Estado hum contrato perpetuo, em que cada parentela tomou uma certa comarca de terra, da qual se obrigou a pagar aquelle Príncipe, e seus sucessores hum tanto cada anno, ao qual direito elles chamam Coxivariado. E o modo que tem entre si de se partir este foro, he que os Nequebares cabeceiras d'Aldeia, que vem de linhagem das mais principais, principalmente nas comarcas de Goa, ficando este Coxivariado a El-Rey do Reino de Decan te se fazerem Senhores de Goa, com que o Gentio da terra ficou subdito neste Ley de linheira, e ao tempo que nos estamos na Índia era Senhor d'esta cidade de Goa hum Mouro por nome Soal Capitão do El-Rey do Decan a quem como comente chamavam Sabayo.

Conta João de Barros, em seguida, como o rendimento das terras firmes (sem ser a ilha de Goa) e outras que jazem ao pé dos Gates, ou Sabayo, o comia com a lança na mão porque sendo elas dos hindus, da geração dos primeiros povoadores da Índia, não podiam haver fazenda que quer incho e recolham a montanha. Quando Afonso de Albuquerque conquistou

Goa, essas terras estavam todas em rebelião e o fidalgo ocupou uma paz e assuego da sua herança.

Afonso de Albuquerque espava os ter pacíficos e obedientes lhes fez graça e mercê de lhes quitar a terça parte dos seus tributos, directos e indirectos, e que pagassem a El-Rey nos senhor das duas partes somente, do que pagavam, no que acordaram os hindus. Assim viveram as comunidades agrícolas, ora mais aliviadas, ora mais sobrecarregadas, conforme as necessidades do estado público. Constituíam pequenas repúblicas, verdadeiros municípios (Cunha Rivara as tem como municípios mais bem organizados do que na península, após a reconquista), pois a Góccaria satisfazia todas as necessidades da comunidade, e prestava todos os serviços à aldeia. Tinha um chefe, o maioral da aldeia, eleito, que exercia todas as funções importantes: tratava de tudo quanto respeitava à vida das terras cobrança de taxas, regulava a economia interna da comunidade e era a autoridade administrativa e judicial da aldeia. Esforçava-se por exercer o lugar com a maior honestidade e justiça, pois era sujeito a fiscalização da opinião pública, a que era muito sensível e de quem recebia correção se praticasse o mínimo acto de visível injustiça. Todos os assuntos de interesse comum da aldeia eram resolvidos em assembleia dos aldeões e as disputas que surgissem eram decididas com intervenção de árbitros. O maioral, em regra, era analfabeto, mas homem bom e unia como auxiliar mais importante o escrivão, o aculturado, que tinha a seu cargo a escrituração e contabilidade, lavrava as escrituras e arrumava os livros. Possuindo um certo grau de cultura, ocupava na aldeia uma elevada posição social, e a aldeia e a aldeia sobrepondo-se ao maioral. Seguiam-se os outros oficiais da aldeia, o vigia, que guardava as terras e os campos, era oficial de justiça, servia de guia e de mensageiro. A instrução ficava a cargo dos brámanes das aldeias, que além das suas funções religiosas, ensinavam a ler, escrever e contar as crianças da aldeia. Havia artesãos, ferreiros, carpinteiros, barbeiros, etc., que fabricavam os instrumentos agrícolas, construíam casas, sangravam o fezzim e fabricavam o cabelo. O maioral, muitas vezes, acumulava funções das mais diversas, sendo assim diminuído o pessoal. Todos eles eram pagos pela comunidade, em dinheiro, ou em gêneros, ou ainda como sucedia com os templos e certos serviços, com a atribuição de certas terras, que se denominavam enomoxins. As terras eram divididas em três grupos: as destinadas a culturas, as quais eram arrendadas de três em três anos, aos componentes das famílias, aos templos e oficiais, para serviço de culto e pagamento de serviços e as destinadas a casas e logradouros comuns.

Verificando o soberano que os seus agentes não conseguiam calcular e taxar os agricultores devidamente, havendo sempre flagrantes desigualdades, e a cobrança em global, o que devia pagar cada aldeia, e assim a comunidade passou a ser responsável pela taxa imposta, dando-se-lhe desta forma competência para lançar a derrama ou taxa feita a título de república. Desde a época da cobrança da derrama a entrega do total ao soberano. Não puderam, porém, algumas comunidades fugir a extorções e espoliações e, assim,

houve sociedades aldeãs reduzidas à miséria e perecidas sem vestígios; mas, a maior parte resistiu, usando de inteligência e de astúcia, havendo também outras que sempre estiveram sujeitas a exigências fiscais moderadas. Algumas comunidades se extinguíram por serem as suas terras dadas em mercês e concessões pelo soberano.

Aos originários povoadores e seus descendentes, góccarias da comunidade por direito próprio se atribuíram mais tarde os auxiliares ou colonos, os aculturados, que, com a evolução, também adquiriram o direito a uma parte do saldo líquido e outras vantagens sem, porém, terem qualquer intervenção no governo da aldeia. Com o decorrer dos tempos, a parte que ficou face às contribuições especiais que o tesouro público lhes pedia, viram-se as comunidades na necessidade de contrair dívidas, com sucessivo aumento das suas despesas. A receita das comunidades era constituída pelas rendas das terras arrendadas e pelas rendas das casas e outras indústrias, das derramas, etc. As despesas eram as taxas e contribuições, pagamentos de serviços, melhoramentos dos campos, consignações para o culto, saúde pública e instrução e juros e outros encargos. Se havia saldo, era este dividido pelos membros da comunidade, per capita ou per stirpes, denominando-se gionja esta participação, que era e é, pessoal, inalienável e imprescritível, recebendo-o todos os descendentes por linha varonil do sexo masculino, dos góccarias, para o que se inventariava logo que tivesse determinada idade — em regra 14 anos — nos livros da comunidade, matriculando-se anualmente — uma forma de mostrar estarem com vida, pois com a morte extinguia-se esse direito, que acrescia a comunidade.

Mais tarde os credores por empréstimos feitos e os que tinham participações que não representavam jono, viram os seus direitos transformados em acções alienáveis, prescrites e transmissíveis, existindo hoje como componentes das comunidades, os góccarias com direito ao jono e a acção, e os joneiros e acionistas concorrem para os ganhos e perdas, tendo os primeiros os direitos e obrigações garantidos e impostos pelo Código das Comunidades (D. L. n.º 651, de 20 de Junho de 1926), e os segundos a Fazenda Pública e a tutela administrativa do Estado, podendo os seus prédios ser subenfeiteirados pela forma estabelecida no referido Código.

Existem actualmente 224 comunidades agrícolas em Goa, que são detentoras de mais de 60 por cento de toda a terra arável e agrupam quase metade da população desse distrito. Daqui se vê a influência decisiva que elas exercem na economia e na vida social de Goa, podendo afirmar-se que delas depende e a sombra delas vive e prospera a maior parte da população. Foram elas no passado o melhor auxiliar do Governo — contribuindo afora os foros e contribuições prediais — com grossas somas ao tesouro público para as inúmeras guerras de defesa, para o sustento de algumas guarnições, para a construção de fortificações, para o socorro do Estado em ocasiões de calamidade pública e até para a reconstrução da Velha Goa, ordenada pelo marquês de Pombal, e para as construções feitas em Mormugão, quando da tentativa para a transferência da capital do Estado da Índia para aquela localidade. E são elas ainda hoje que contribuem para o culto, para as festas de freguesia, para investimentos de varia ordem, para o bem-estar da nossa população rural. Um século de existência e o espírito associativo que delas irradiava.

Nos primórdios do século passado iniciaram-se as tentativas para a sua extinção e espíritos cultos propuseram a sua desamortização. Outras individualidades, porém, defenderam a sua existência e não podia deixar de ser o caso o conservador e benévolo projecto do almirante Teixeira de Gómaras — que foi secretário-geral do Governo deste Estado —, o qual foi rejeitado por um voto de maioria, na Junta Geral do Distrito, então o corpo consultivo do governador-geral. Desde a proclamação da República, o Governo Central tem autorizado o governador-geral deste Estado a reformar as aldeias, pondo-as de acordo com as realidades presentes e restituindo-lhes a sua pristina grandeza, naquilo que não seja incompatível com a realidade actual. Houve tentativas de reforma feitas nos governos de Couceiro da Costa, Jaime de Moraes e Massano de Amorim, mas ignora-se onde param os estudos feitos. Em 1945 foi renovada essa autorização, de que pretendia o governador-geral, o sr. dr. Paulo Bernardes, ultimamente falecido. Foi, porém, o seu Governo distraído dessa intenção pelos graves acontecimentos de Dadrá e Nagar-Aveli, que criaram problemas de urgente solução, em que a sua prudente e benévola administração, com os seus postos à prova, e que foram resolvidos com o menor gravame possível. Teve ainda esse governador tempo para publicar o seu notável despacho de 15 de Maio de 1958, iniciando os trabalhos da reforma das Comunidades, a sua saúde abalada obrigou-o a deixar o governo, e a iniciativa, perdido o impulso que lhe havia sido dado, morreu, produzindo apenas um projecto do novo Código das Comunidades, com a inserção no artigo de toda a legislação posterior, o que é fraco resultado da intenção demonstrada.

É indispensável para o presente e para o futuro do maior distrito do Estado da Índia a reforma das Comunidades. As aldeias, com o despoimento dos seus mais activos habitantes, empurrados para a emigração, levam vida anagada e decadente. Só uma reforma das Comunidades, equilibrada e progressiva lhes pode insuflar nova vida trazendo ao mesmo tempo, para o bem-estar geral, novas energias e uma mais adequada economia de produção e de consumo. Quando será que se iniciará novamente esta tarefa,

cheia de dificuldades, não haja dúvida, mas absolutamente necessária à vida e progresso de Goa e portanto do Estado da Índia?

Sendo as comunidades um produto do empenho e trabalho dos goeses, a estes compete, dentro do ambiente próprio, reformá-las, tornando-as mais úteis e adequadas ao bem-estar geral, insuflando nova vida às aldeias decadentes e absorvendo o excesso de população que vê cercada a liberdade de emigração e na África, campo antigamente aberto e onde florescem prosperas colónias de goeses. Para isto, não faltam materiais de estudo: ali estão as obras de Philippe Keri Xavier, J. H. da Cunha Rivara, Teixeira de Gómaras, António Emílio de Azevedo, os trabalhos dos Congressos Provinciais e as contribuições de António Anastácio Bruto da Costa, José Maria de Sá, Cristóvão Pinto, J. J. Correia Afonso e tantos outros.

José António Imael Gracías

Nos últimos anos, a acção das comunidades (junto de cada uma há um representante da Administração Civil) tem-se exercido em ritmo crescente. Quanto ao concelho de Goa, a Comunidade de Chorão, em 1959, em obras comparticipadas pelo Estado, despendeu 198 541 800 no revestimento de valados; as de Moronim-o-Pequeno e Murda em reparações da igreja no qual, 115 315 800, a de Neura-o-Grande, na construção de dois portais e reparação de valados, 120 027 880. Já no ano anterior (1958), as comunidades de Caraim, Novelim e Jua tinham despendido muitas centenas de contos na construção e reparação de valados e portais. Neste ano de 1960 está a comunidade de Góitim a realizar obras em valados, no valor de 78.165 800. Na comunidade de Jua está

A CAIXA ECONÓMICA DE GOA É UM ORGANISMO QUE, COM O APOIO DO ESTADO, REALIZA UMA OBRA IMPORTANTE

A Caixa Económica de Goa, em substituição das antigas Caixas Económicas Postal e a Caixa de Crédito Rural, é um estabelecimento de crédito sob a garantia do Estado, com autonomia administrativa e pessoalidade jurídica. Destina-se, principalmente, a realizar as operações de depósito de capitais de particulares e de fundos dos corpos e corporações administrativas, as operações de crédito agrícola e industrial, as do financiamento aos organismos autónomos do Estado e aos corpos e corporações administrativas, e a colocação de capitais em empréstimos públicos, em acções e obrigações de comunidades e de empresas.

É dirigida e administrada por um conselho de cinco vogais, solidariamente responsáveis, tanto civil quanto criminalmente, pela boa gestão da mesma. Três dos administradores são de livre nomeação do governador-geral, e um deles é designado como presidente. Os restantes vogais do conselho administrativo servem por dois anos e são nomeados pelo governador-geral por escolha entre os três candidatos mais votados pelas Câmaras Municipais, quanto a um dos lugares, e quanto ao outro, pelas comunidades, confrarias, devotas e quaisquer outras associações sujeitas à autorização ou fiscalização do Governo. O conselho administrativo elige de entre os seus vogais o administrador-gerente.

Junto do conselho administrativo há um comissário do governador-geral com funções de fiscalização e direito de veto sobre todos os actos da administração ou gerência da Caixa, sendo esse cargo exercido por um dos funcionários dos serviços de fazenda, nomeado e exonerado livremente pelo governador-geral. Tanto as funções de vogal como as de comissário são remuneradas pela Caixa.

Em cada um dos concelhos do Estado Português da Índia há uma delegação da C. E. G. a cargo da Repartição de Fazenda Conciliar. As estações dos Correios, Telégrafos e Telefones funcionam como agências da Caixa Económica de Goa para o recebimento e pagamento de depósitos.

Vejam-se a alteração sofrida nas funções desta Caixa, com a reforma da Portaria n.º 7.370, de 23-10-1958, alteração que beneficiou altamente os serviços desta Caixa e os respectivos depositantes. Nos termos da Portaria acima aludida, as despesas de transferências dos depósitos efectuados das quantias superiores a 600\$00 eram pagas pelos depositantes — tornando-se tal função praticamente nocaiva aos interesses do público, porquanto se alguém pretendesse depositar nas delegações da Caixa as suas economias, superiores a quantia de 600\$00, esses depósitos ficariam sujeitos ao pagamento de prémios de transferência. Reconheceu-se que se deviam introduzir alterações na referida Portaria, de forma que, na medida das suas possibilidades, o público depositante auferisse benefícios, resultantes dos depósitos constituídos.

Nesta ordem de ideias foi publicada a Portaria n.º 7.866, de 15-9-1960, em virtude da qual os depositantes só estarão sujeitos ao pagamento de prémio de transferência no caso da quantia a depo-

projectada a construção do edifício da Casa do Povo, que importará em 250.000\$00; e na de Taleigão, a construção da Casa da Comunidade, em que se despendirão 60.000\$00.

Nas comunidades do concelho de Bardes-Masquá (Aldona, Boa Esperança, Anjuna, Assagão, Colvale, Nachinola, Pilerne, Serulá, Chunchelim, Neul, Revorá, Parra, Veril, Mapucá, Cancá, Molrá, Sircalm, Olandim, Saligão e Fraternal) as obras de reparação de valados, de alargamento e regularização de ribeiros, de igrejas, beneficiação de várzea, represas, etc., atingiram o total de 764.791 880, desde o ano de 1959. As obras projectadas para breve execução importam o investimento de 1.199.207 850. Nas comunidades do concelho de Salcete (Carmilim, Chunchelim, Telanlim, Benaulim, Lontulim, Cavorim, Sarará, Macasana, Semabatin, Gu'dollim, Velim, Majordá, Dramapur, Colvá, Vará e Deusul), a construção e reparação de valados, templos, canalizações, escaudelas, caminhos, edifícios e mobiliário importaram em 540.775 697. Orçamentos para outras obras envolvem dispêndio superior a 1.200 contos.

Tem sido notável o impulso dado nos últimos dois anos, pelo sr. governador Vassalo e Silva, para a construção e reparação dos valados que defendem as terras contra as cheias dos rios e a inundação. Os valados não chegam a atingir três metros de altura; mas a sua extensão é enorme, e deles depende a quase totalidade da produção de arroz, base da alimentação das populações de vilas, aldeias e campos.

As obras que as comunidades têm realizado concedeu o Estado vultosas comparticipações, visto que elas, com os recursos próprios, jamais poderiam desenvolver tão vasta e necessária acção de defesa da economia agrícola do distrito de Goa.

Tem sido notável o impulso dado nos últimos dois anos, pelo sr. governador Vassalo e Silva, para a construção e reparação dos valados que defendem as terras contra as cheias dos rios e a inundação. Os valados não chegam a atingir três metros de altura; mas a sua extensão é enorme, e deles depende a quase totalidade da produção de arroz, base da alimentação das populações de vilas, aldeias e campos.

Tem sido notável o impulso dado nos últimos dois anos, pelo sr. governador Vassalo e Silva, para a construção e reparação dos valados que defendem as terras contra as cheias dos rios e a inundação. Os valados não chegam a atingir três metros de altura; mas a sua extensão é enorme, e deles depende a quase totalidade da produção de arroz, base da alimentação das populações de vilas, aldeias e campos.

Tem sido notável o impulso dado nos últimos dois anos, pelo sr. governador Vassalo e Silva, para a construção e reparação dos valados que defendem as terras contra as cheias dos rios e a inundação. Os valados não chegam a atingir três metros de altura; mas a sua extensão é enorme, e deles depende a quase totalidade da produção de arroz, base da alimentação das populações de vilas, aldeias e campos.

Tem sido notável o impulso dado nos últimos dois anos, pelo sr. governador Vassalo e Silva, para a construção e reparação dos valados que defendem as terras contra as cheias dos rios e a inundação. Os valados não chegam a atingir três metros de altura; mas a sua extensão é enorme, e deles depende a quase totalidade da produção de arroz, base da alimentação das populações de vilas, aldeias e campos.

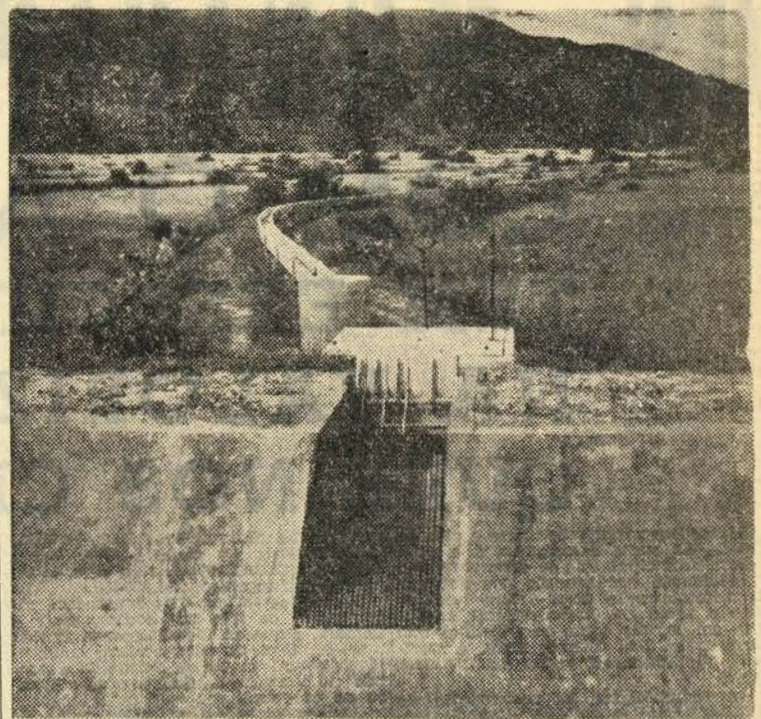
Tem sido notável o impulso dado nos últimos dois anos, pelo sr. governador Vassalo e Silva, para a construção e reparação dos valados que defendem as terras contra as cheias dos rios e a inundação. Os valados não chegam a atingir três metros de altura; mas a sua extensão é enorme, e deles depende a quase totalidade da produção de arroz, base da alimentação das populações de vilas, aldeias e campos.

Tem sido notável o impulso dado nos últimos dois anos, pelo sr. governador Vassalo e Silva, para a construção e reparação dos valados que defendem as terras contra as cheias dos rios e a inundação. Os valados não chegam a atingir três metros de altura; mas a sua extensão é enorme, e deles depende a quase totalidade da produção de arroz, base da alimentação das populações de vilas, aldeias e campos.

Tem sido notável o impulso dado nos últimos dois anos, pelo sr. governador Vassalo e Silva, para a construção e reparação dos valados que defendem as terras contra as cheias dos rios e a inundação. Os valados não chegam a atingir três metros de altura; mas a sua extensão é enorme, e deles depende a quase totalidade da produção de arroz, base da alimentação das populações de vilas, aldeias e campos.

Tem sido notável o impulso dado nos últimos dois anos, pelo sr. governador Vassalo e Silva, para a construção e reparação dos valados que defendem as terras contra as cheias dos rios e a inundação. Os valados não chegam a atingir três metros de altura; mas a sua extensão é enorme, e deles depende a quase totalidade da produção de arroz, base da alimentação das populações de vilas, aldeias e campos.

Tem sido notável o impulso dado nos últimos dois anos, pelo sr. governador Vassalo e Silva, para a construção e reparação dos valados que defendem as terras contra as cheias dos rios e a inundação. Os valados não chegam a atingir três metros de altura; mas a sua extensão é enorme, e deles depende a quase totalidade da produção de arroz, base da alimentação das populações de vilas, aldeias e campos.



Canal de Parodá, importante obra de rega no concelho de Quepem

O PROBLEMA DAS RELAÇÕES JURÍDICAS ENTRE OS PROPRIETÁRIOS E OS RENDEIROS FOI FINALMENTE RESOLVIDO

Há muitos anos que, sem êxito, vários governadores pretendiam resolver definitivamente o problema das relações jurídicas entre os proprietários de prédios rurais (em língua nativa *batoceres*) e os colonos ou serviços agrícolas (*mundacares*). A resistência dos proprietários era sempre grande, apoiada por elementos dirigentes de certos sectores sociais, contra qualquer modificação do sistema secular. Mas, assim como os protestos contra muitos casos em que se julgava haver exploração do trabalho e falta de respeito pelos bens e direitos dos *mundacares*, a decisão do sr. governador-geral, Vassalo e Silva, de mandar estudar o assunto por uma comissão presidida pelo sr. dr. Eudoro Pamplona Corte Real, ilustrado secretário-geral do Estado Português da Índia, e constituída pelos srs. drs. Basora Pratap Rai, Sar Desai, Purxotoma Ramanata Quenim, Seritório Crisólogo Lobo, Belchior Mariano Fernandes, Amadeu Prazeres da Costa e António Nononha Fernandes. O relatório da comissão, apresentado em 27 de Outubro de 1958, na sessão do Conselho Legislativo do Estado da Índia, reunido sob a presidência do governador-geral, é do seguinte teor:

"Data de mais de meio século o diploma respeitante ao *mundacato*, o qual, modificando os usos e costumes locais reguladores das relações jurídicas entre os proprietários de prédios rurais e *mundacares*, foi promulgado pelo decreto de 24 de Agosto de 1901; é de reconhecida utilidade o regime actual, pelos interesses de propriedade rural e para o bem-estar das classes trabalhadoras, sendo o *mundacato* um elemento importante da economia rural e social do Estado da Índia; o decurso do tempo e a experiência aconselham a revisão do diploma, a revisão do mesmo diploma, para que os direitos e deveres recíprocos sejam assegurados em novas bases, adaptadas às condições e exigências actuais.

Nestes termos:

Artigo 1.º O regime jurídico da ocupação de terreno em prédios rurais alheios para efeitos de habitação, designado por *mundacato*, reger-se-á na falta de convenção escrita, pelas disposições do presente diploma. § único. De futuro nas convenções escritas que se celebrarem e que não respeitem a situações anteriores a este diploma, poderão ser estipuladas todas as cláusulas e condições admissíveis nos termos gerais de direito.

Art. 2.º As convenções escritas serão reduzidas a contrato feito em triplicado, em papel comum e sem selo, assinado pelos interessados perante duas testemunhas e o administrador do concelho da situação do prédio, que o mandará registrar em livro próprio arquivando o triplicado na secretaria da Administração do Concelho e apondo nota do registo no respectivo acórdão. § 1.º Quando qualquer dos contratantes não saiba ou não possa ler ou escrever, o contrato será celebrado perante o administrador do concelho, que, recebendo as declarações verbais dos interessados, o mandará escrever, assinando com o respectivo secretário. § 2.º Por cada registo ou contrato será paga, a título de emolumentos, a quantia de 3\$00.

Art. 3.º Os direitos e obrigações existentes à data da entrada em vigor do presente diploma reger-se-ão pelos usos e costumes locais, e os indivíduos que ocupem ou habitem com permanência em prédios rurais alheios (*mundacares*) poderão ser reduzidos a escrito pela forma constante do artigo anterior, § 1.º Qualquer das partes poderá requerer ao administrador do concelho a notificação da outra parte para os fins do disposto no corpo do artigo, devendo neste caso o administrador ordenar que o contrato seja reduzido a escrito dentro do prazo de noventa dias a contar da notificação.

Art. 4.º Na falta de contrato escrito o regime de ocupação ou residência permanente em prédios rurais alheios envolve os seguintes direitos e obrigações: a) O contrato presume-se gratuito e por tempo indeterminado; b) O direito do *mundacar* transmite-se exclusivamente por sucessão legítima; c) O proprietário poderá, havendo justa causa, fazer cair do seu prédio o *mundacar* mediante notificação efectiva.

Art. 5.º O processo será reduzido às formalidades mínimas e isento de selo, devendo estar concluído no prazo máximo de 90 dias, podendo o administrador do concelho ordenar ou solicitar todas as diligências necessárias à sua instrução, não sendo porém admissível a aquisição de mais de cinco testemunhas por cada interessado. § único. A decisão final será proferida nos dez dias imediatamente ao encerramento da produção da prova.

Art. 12.º Das decisões cabe recurso, em última instância, para o Tribunal Administrativo, o qual terá efeito suspensivo.

Art. 13.º As custas serão devidas, a final, pela parte vencedora.

Art. 14.º Transitada em julgado a decisão ou decaído o prazo a que se refere a alínea c) do artigo 4.º, quando não haja contestação, a saída do *mundacar* será automaticamente compulsória no prazo de trinta dias, a requerimento do proprietário.

Art. 15.º (transfatório) Aplicam-se as disposições do presente diploma aos processos pendentes relativos à saída de *mundacares*.

Art. 16.º Fica revogado o Decreto Régio de 24 de Agosto de 1901.

Sobre este documento houve larga discussão, mas o projecto foi aprovado e vai ser promulgado, resolvendo-se assim um grave problema que muito gente julgava insolúvel e que a energia do sr. governador-geral conseguiu solucionar como era mister.

Tem sido notável o impulso dado nos últimos dois anos, pelo sr. governador Vassalo e Silva, para a construção e reparação dos valados que defendem as terras contra as cheias dos rios e a inundação. Os valados não chegam a atingir três metros de altura; mas a sua extensão é enorme, e deles depende a quase totalidade da produção de arroz, base da alimentação das populações de vilas, aldeias e campos.

O ABASTECIMENTO DE ÁGUA ÀS POPULAÇÕES DO ESTADO DA ÍNDIA PROSSIEGUE EM RITMO EXCELENTE

O abastecimento de água potável à população é um dos problemas que mais têm preocupado o Governo do Estado Português da Índia. A obra agerida inúmeras dificuldades que só a perseverança e a melhor orientação puderam remover. Durante os anos de 1959 e 1960 bastaram a ver conseguido este capítulo. Estimulados pela acção do próprio governador-geral, sr. dr. Vassalo e Silva, os Serviços de Abastecimento de Água executaram o puseram em curso vários trabalhos que, uma vez concluídos, melhoraram consideravelmente a vida nas cidades, vilas ou simples povoações beneficiadas. Para se avaliar de modo eficiente como são conduzidos os trabalhos do ritmo que lhes confere o Governo-Geral do Estado analisemos, em pormenor e em números, a sua extensão, o que nos oferece, sem dúvida, uma pequena ideia da sua utilidade e do seu alcance material e social. Na lista das obras executadas contam-se: a extensão da rede de Margão a Navellim, que custou 392.000\$00, verba dos Serviços de Abastecimento de Água; extensão da rede da cidade de Goa à praia de Gaspar Dias, com o custo de 117.480\$00, verba dos S. A. A.; e instalação da rede de distribuição na velha cidade de Goa, a qual custou 131.400\$00, verba do Estado. Além destas obras de maior vulto, foram concluídos pelos S. A. A. cerca de 500 ramais de utilidade domiciliária. Terminaram-se ainda as obras da extensão da rede de vila de Pondá até ao destacamento de engenharia da Índia, com os quais se gastaram 101.980\$00, verba do Estado.

Estão agora em curso: extensão da rede de Vasco da Gama ao planalto de Mormugão, cujo orçamento é de 130.900\$00, verba do Estado, e extensão da rede da cidade de Goa até ao Dispensário da Virgem Peregrina, com um orçamento de 70.280\$00, verba do Estado.

Os números são elucidativos. Por este rumo facilmente se chegará à conclusão de que o Estado Português da Índia está a ser altamente beneficiado com obras de envergadura. Não se poupam verbas nem esforços. Eis a lista dos materiais adquiridos pelos Serviços de Abastecimento de Água em

1959-1960, com verba própria; tubagens e acessórios de reserva — 131.541\$50; tubagens e acessórios para ramais de ligação — 249.332\$; tubagens e acessórios para ampliações de redes — 334.966\$00; acessórios sobresselentes e ferramentas para as máquinas das estações de elevação e tratamento — 207.659\$00, e contadores de água — 289.469\$00.

Mas à parte todo este movimento dos S. A. A., outras entidades levam por diante, e por sua conta e risco, realizações de carácter idêntico. Assim, os trabalhos de melhoria de abastecimento de água a Dio foram realizados pelas Obras Públicas, com a verba do Estado de 160.000\$00, e obra de abastecimento à vila de Sanguem — 1.ª fase, com a verba do Estado de 236.900\$00, e a verba da Câmara Municipal, de 144.507\$40.

Entretanto procede-se à designação daquelas obras cujo projecto está elaborado e que já se encontram dotadas com verba para serem iniciadas: reforço do caudal de abastecimento à cidade de D. O. orçamento de 307.900\$00, verba do Estado, e abastecimento de água do posto de Polém, orçamento de 85.000\$00, verba do Estado, ambas sob a autonomia das Obras Públicas.

Com projectos elaborados em 1959-1960, temos: abastecimento de água à vila de Perném, orçamento de 907.900\$00, já a concurso; orçamento para as obras de abastecimento à vila de Valpoi, 1.262.200\$, também a concurso; abastecimento de água à vila de Chauri, orçamento de 506.500\$00, igualmente a concurso; abastecimento de água à vila de Bicholim, orçamento de 1.300.000\$00; abastecimento de água às povoações de Santa Cruz, Mercês e Planalto de Bambolim, orçamento de 1.214.200\$00, e abastecimento de água à vila de Queimada, estando em curso outra captação, orçamento de 817.200\$00. Para finalizar, não querendo de maneira alguma deixar em branco qualquer capítulo desta importante missão, discriminaremos os trabalhos em estudo: abastecimento de água à vila de Sanguem, orçamento de 800.000\$00; abastecimento à vila de Churhorém, com orçamento idêntico, e abastecimento à povoação e praia de Calangute, orçamento de 1.200.000\$00.

Portal da Comunidade de Macasana, no concelho de Salcete

